

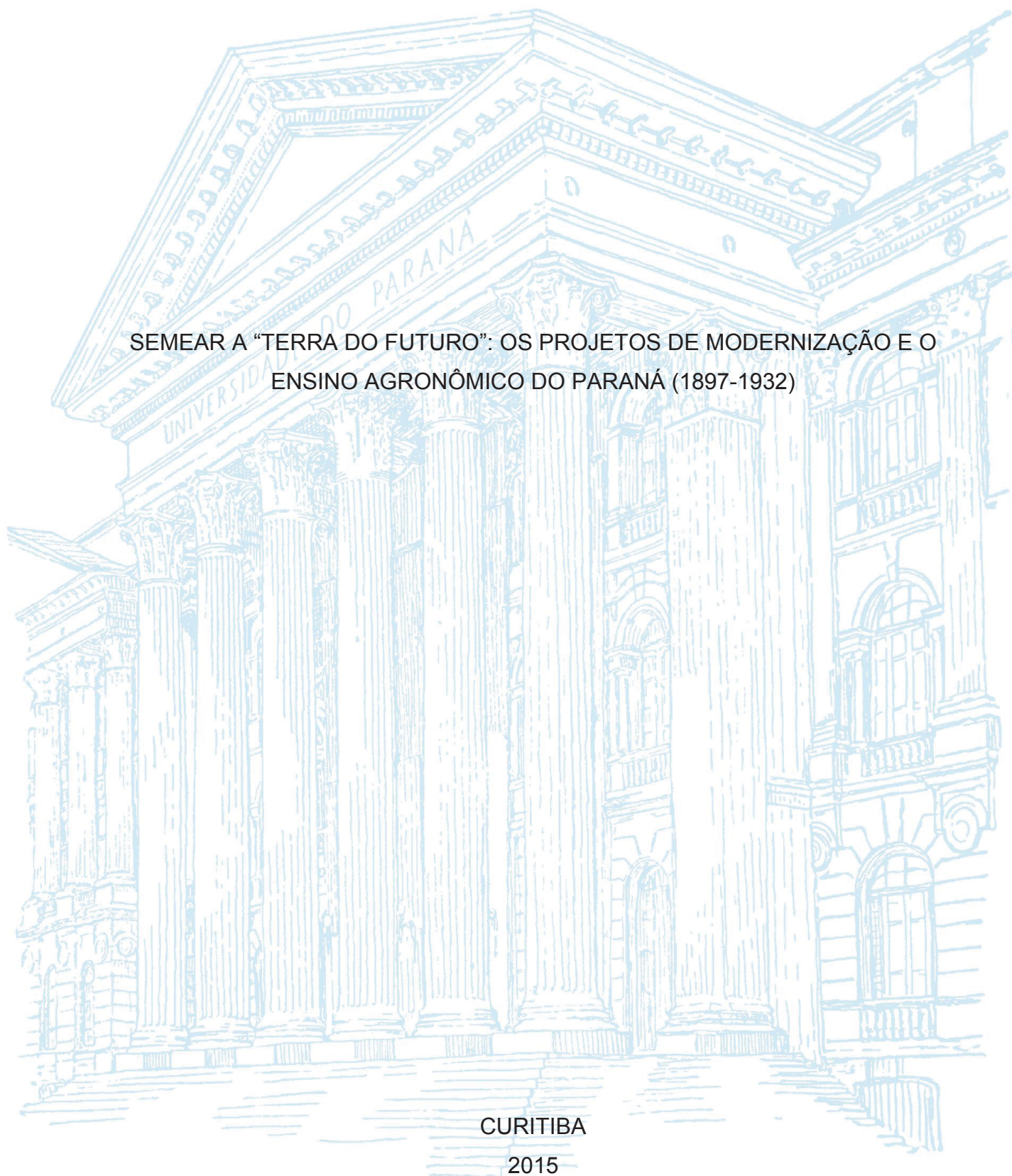
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLÁVIA REGINA MARCHIORI OGANAUSKAS

SEMEAR A “TERRA DO FUTURO”: OS PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO E O
ENSINO AGRONÔMICO DO PARANÁ (1897-1932)

CURITIBA

2015



FLÁVIA REGINA MARCHIORI OGANAUSKAS

SEMEAR A “TERRA DO FUTURO”: OS PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO E O
ENSINO AGRONÔMICO NO PARANÁ (1897-1932)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Leziany Silveira Daniel

CURITIBA
2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS
TANIA DE BARROS BAGGIO, CRB 9/760
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Oganauskas, Flávia Regina Marchiori

Semear a “terra do futuro” : os projetos de modernização e o ensino
agronômico no Paraná (1897-1932) / Flávia Regina Marchiori Oganauskas. –
Curitiba, 2015.
166f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação
Orientadora: Prof^a. Dr^a Leziany Silveira Daniel
Inclui referências e anexos

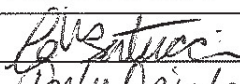


1. Agronomia. 2. Ensino superior. 3. Desenvolvimento rural. 4. Escola
Agrônômica do Paraná (PR). I. Universidade Federal do Paraná. II. Título.

CDD 796.077

PARECER

Defesa de Dissertação de **Flavia Regina Marchiori Oganauskas** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci, Prof.^a Dr.^a Dulce Regina Baggio Osinski, Prof. Dr. Nevio de Campos, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: "SEMEAR A "TERRA DO FUTURO": PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO E O ENSINO AGRÔNOMICO NO PARANÁ (1987-1993)".

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está Apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
Prof. ^a Dr. ^a Liane Maria Bertucci		Aprovada
Prof. ^a Dr. ^a Dulce Regina Baggio Osinski		Aprovada
Prof. Dr. Nevio de Campos		Aprovada

Curitiba, 30 de março de 2015.



Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do PPGE

Prof.^a Dra. Monica Ribeiro da Silva
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação
Matrícula: 125750



Ata (1129) um mil cento e vinte e nove referente a sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado em Educação. Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, nas dependências do Programa de Pós-graduação em Educação, instalou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação, intitulada "**SEMEAR A TERRA DO FUTURO: PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO E O ENSINO AGRONÔMICO NO PARANÁ (1987-1933)**", desenvolvida pela mestranda **Flavia Regina Marchiori Oganauskas**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Educação, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Leziany Silveira Daniel. A Banca foi presidida pela Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci, e foi composta também pelos Professores Doutores Dulce Regina Baggio Osinski e Nevio de Campos. A Presidenta da Banca Examinadora declarou aberta a sessão e passou a palavra à mestranda, que desenvolveu uma exposição oral de seu trabalho de Dissertação. Após a exposição, teve lugar o procedimento de arguição de cada membro da Banca, bem como a defesa, pela mestranda, das questões arguidas. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se sigilosamente e exarou Parecer Final de que a mestranda está Apta a receber o título de MESTRA em Educação. A Presidenta da Banca Examinadora declarou que a candidata foi APROVADA e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de MESTRA em Educação, Área de Concentração Educação, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias a contar desta data, a versão final da Dissertação, versão esta devidamente aprovada pela professora orientadora. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Curitiba, trinta de março de dois mil e quinze.

A BANCA RECOMENDA PUBLICAÇÃO DO TEXTO EM FORMA DE ARTIGOS
E DIVULGAÇÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS. A banca recomendou
o título: Semear a "terra do futuro": os projetos
de modernização e o ensino agrônomo no
Paraná (1897-1932)

Liane Maria Bertucci

Prof.^a Dr.^a Liane Maria Bertucci

Dulce Regina Baggio Osinski

Prof.^a Dr.^a Dulce Regina Baggio Osinski

Nevio de Campos

Prof. Dr. Nevio de Campos

Flavia Regina Marchiori Oganauskas

FLAVIA REGINA MARCHIORI OGANAUSKAS



AGRADECIMENTOS

Eis que chegou o momento de expressar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste projeto. Afinal, o percurso para a construção deste trabalho foi tão importante quanto o seu produto final. Como já dizia o poeta espanhol Antonio Machado: “Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar”.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Prof. Dra. Leziany Silveira Daniel, que me acolheu e apoiou desde que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação. Agradeço a paciência, a orientação e as longas conversas, as quais além de guiar os meus passos na pesquisa, acabaram se transformando em grandes lições de vida.

Agradeço as contribuições dos professores que participaram da minha Banca de Qualificação: Prof. Dra. Liane Maria Bertucci, Prof. Dra. Dulce Regina Baggio Osinski e Prof. Dr. Névio de Campos. O momento da qualificação me proporcionou a abertura de novos horizontes para prosseguir com o trabalho e a compreensão de algumas fragilidades em minha pesquisa.

De mesmo modo, agradeço a todos os professores da Linha de Pesquisa em História e Historiografia da Educação pelo comprometimento e oportunidade de aprendizado nas aulas e seminários.

Aos funcionários do Arquivo Público do Paraná, da Biblioteca Pública do Paraná e do Setor de Agrárias da UFPR, em especial, Ozie Lima Martins, pela atenção e disposição.

Aos amigos de mestrado, Amanda, Carla, Ester, Júlia, Sabrina, Sibeli e Rudimar, agradeço todo os diálogos, as risadas e a convivência durante e após as aulas. Formamos uma pequena turma, mas bastante unida!

Aos amigos e amigas que me apoiaram e torceram por mim. Agradeço os diálogos, o suporte, o incentivo e o carinho.

À minha família, e à família de meu esposo, agradeço o amor e apoio incondicional em todos os momentos.

Ao meu companheiro de vida, Gabriel, agradeço por compartilhar dos mesmos ideais e projetos, pelo amor e compreensão.

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo geral a compreensão das relações entre a modernização agrícola da sociedade paranaense e a defesa de projetos de ensino agrônomo, no período de 1897 a 1932. Diferentes fontes documentais foram consultadas: legislação, relatórios e documentos oficiais, jornais, revistas, livros e fotografias. Para o desenvolvimento da pesquisa, nos apropriamos da construção teórico-metodológica da História dos Intelectuais, apresentada por Jean-François Sirinelli, a fim de compreendermos as redes e espaços de sociabilidade estabelecidos entre agentes intelectuais que articularam seus interesses em prol da modernização da agricultura, com repercussões nos projetos de ensino agrícola e na consolidação das ciências agrônômicas no Paraná. Também apontamos o processo de organização de instituições de ensino e pesquisa agrônômicas, em particular da Escola Agrônoma do Paraná, estabelecimento de ensino superior agrícola criado em 1918, e que tinha o propósito de sistematizar e modernizar a agricultura paranaense a partir da formação de agrônomos, lavradores e pequenos proprietários rurais. Consideramos que tais debates intelectuais e projetos de ensino agrônomo representam a confluência de diferentes interesses que envolvem a modernização dos processos agrícolas, a regeneração do meio rural e a consolidação da categoria profissional dos agrônomos.

Palavras-Chave: Modernização Agrícola, Ciências Agrônômicas, Ensino Superior Agrícola, Escola Agrônoma do Paraná.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand the relationship between agricultural modernization of Paraná society and the defense of agronomic education projects in the period from 1897 to 1932. Various documentary sources were consulted: legislation, reports and official documents, newspapers, magazines, books and photographs. For the development of research, we use the theoretical and methodological construction of the History of Intellectuals, by Jean-François Sirinelli, to understand networks and sociability areas established between intellectual agents who articulated their interests for the modernization of agriculture, with repercussions on agricultural education projects and consolidation of agronomy in Paraná. We also pointed the process of organizing educational institutions and agronomic research, particularly the Agronomic School of Paraná, agricultural high education institution created in 1918, which intended to systematize and modernize Paraná agriculture through the formation of agronomists, farmers and small landowners. We believe that such intellectual debates and agronomic education projects represent a confluence of different interests involving the modernization of agricultural processes, the regeneration of rural areas and the consolidation of the profession of agronomists

Keywords: Agricultural modernization, Agronomy, Agricultural Higher Education, Agronomic School of Paraná.

LISTA DE SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

EAP - Escola Agrônômica do Paraná.

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

ESAMV - Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária - RJ

EPAA - Escola Prática de Agricultura de Araucária

EPR - Escolas Primárias Rurais

IAB - Instituto Agrônômico do Bacacheri

IHGEP - Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense

MAIC - Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

PAP - Patronato Agrícola do Paraná

PRF - Partido Republicano Federal

PRP - Partido Republicano Paranaense

SAIC - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná

SBAA - Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura

SEAP - Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná

SNA - Sociedade Nacional de Agricultura

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UAAP - União dos Acadêmicos de Agronomia do Paraná

UP - Universidade do Paraná

UAA - União dos Acadêmicos de Agronomia

URP - União Republicana do Paraná

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Iniciativas e Funcionamento dos Cursos de Agronomia no período de 1877 a 1936 – Brasil	34
TABELA 2 – Instituições de Ensino Superior de Agronomia extintas – 1877 a 1936 – Brasil.....	35
TABELA 3 – Cadeiras e Disciplinas da Escola Agrônômica do Paraná – Ano de 1918.....	102
TABELA 4 – Currículo do Curso de Agronomia da Escola Agrônômica do Paraná – 1927.....	119
TABELA 5 – Estrutura Curricular dos Cursos de Agronomia da “Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária” - ESAMV (1910) e da “Escola Agrônômica do Paraná” - EAP (1927).....	120

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Comunicado da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná sobre a distribuição de sementes de alfafa para sócios e lavradores do Paraná.....	52
FIGURA 2 – Exposição do Cinquentenário do Paraná (1853-1903), realizado no dia 19 de Dezembro de 2013, no espaço descampado que corresponde à atual Praça Eufrásio Correia.....	55
FIGURA 3 – Capa do Almanaque de publicação mensal da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Paraná, <i>A Casa do Lavrador</i>	75
FIGURA 4 – Palácio da Instrução: Edifício do Ginásio Paranaense, Escola Normal e Escola Agronômica do Paraná.....	100
FIGURA 5 – Corpo Docente da Escola Agronômica do Paraná.....	104
FIGURA 6 – Palácio das Luzes: Edifício da Universidade do Paraná, e espaço destinado à Escola Agronômica do Paraná em 1927.....	110
FIGURA 7 – Grupo de Alunos da Escola Agronômica do Paraná.....	113
FIGURA 8 – Cella Zimotérmica “Beccari” do Campo Experimental do Bacacheri.....	113
FIGURA 9 – Trabalhos Práticos no Gabinete de Botânica.....	117
FIGURA 10 – Aula Prática de Agricultura.....	117
FIGURA 11 – Trator Fordson em serviço no Campo Experimental do Bacacheri.....	118
FIGURA 12 – Campo de Experimentação – Cultura do Milho.....	155
FIGURA 13 – Campo Experimental do Bacacheri, Escola Agronômica do Paraná por ocasião da nevada em 30 de julho de 1928.....	155
FIGURA 14 – Laboratório de Química Orgânica e Inorgânica.....	156
FIGURA 15 – Gabinete de Agricultura.....	156
FIGURA 16 – Instrumentos e Aparelhos da Cadeira de Topografia.....	157
FIGURA 17 – Sala de Aula de Agricultura.....	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
1. CULTIVAR A VOCAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL: PROJETOS EDUCACIONAIS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM DEBATE.....	16
2. SEMEAR A “TERRA DO FUTURO”: OS INTELECTUAIS E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO PARANÁ:	45
3. O GERMINAR DO ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA: A ESCOLA AGRÔNOMICA DO PARANÁ.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
FONTES E DOCUMENTOS HISTÓRICOS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXOS.....	148

INTRODUÇÃO

É preciso notar que, se a Amazônia é fértil, não menos é a bacia do Paraná. E a essa fertilidade alia-se um clima adorável, sadio e fresco, águas boas, terra bela e excelente. O Paraná tem elemento de vida para marchar nas águas de São Paulo, e a luta para atingir a meta do progresso está empenhada entre esses dois Estados. O Paraná principiou mais tarde, mas as suas riquezas naturais não nos permitem dúvidas sobre o resultado de tal competência.

Nestor Vitor

A epígrafe acima foi extraída do livro *A Terra do Futuro*¹, de Nestor Vitor (1913), e representa o posicionamento do Secretário de Agricultura do Paraná, Ernesto Oliveira, em entrevista concedida a Bueno Monteiro, redator do periódico *A Imprensa*. Na ocasião, Ernesto Oliveira destacava as riquezas naturais e as amplas possibilidades de desenvolvimento do Paraná, concretizadas a partir do investimento nos processos agrícolas. Tal entrevista foi selecionada por Nestor Victor para indicar o progresso da agricultura paranaense, conquistado em conjunto com o desenvolvimento cultural, urbano e industrial do Estado. A partir da visão de Nestor Victor acerca das expectativas de progresso do Paraná, consideramos pertinente incorporar o título de sua obra - “Terra do Futuro” - à dissertação, por expressar adequadamente a vinculação existente entre os projetos de modernização agrícola e os ideais de progresso, modernidade e civilização do Estado do Paraná.

No presente trabalho buscamos identificar o modo como interesses político-econômicos relacionados à modernização da sociedade paranaense, influenciaram a concepção de projetos educacionais no início do século XX. Especificamente, o objetivo da pesquisa consiste em compreender a atuação de agentes intelectuais paranaenses na defesa e consolidação do ensino agrícola no Paraná, considerado uma medida necessária para a modernização da agricultura. Visamos identificar tanto as disputas intelectuais em torno dos projetos de

¹ O livro de Nestor Vitor, *A Terra do Futuro: Impressões do Paraná*, publicado em 1913, apresenta uma narrativa ufanista e detalhada da viagem feita por Nestor Vitor entre as cidades de Paranaguá, Curitiba e Ponta Grossa. O livro apresenta observações de caráter histórico dos locais, pessoas e instituições que tem contato, a análise da realidade atual do Estado do Paraná e uma visão utópica acerca do futuro de cada uma das regiões visitadas. No livro, Nestor Vitor reforça a expectativa de que o Paraná caminhava rumo ao progresso, ressaltando a prosperidade agrícola, industrial, comercial e econômica do exuberante *Terra do Futuro*.

modernização e ensino agrícola, quanto a organização de instituições de fomento, ensino e pesquisa agrícolas, com particular enfoque na Escola Agrônômica do Paraná.

A Escola Agrônômica do Paraná (EAP) foi uma instituição criada na cidade de Curitiba, por meio da Lei nº 1.788, de 05 de abril de 1918. Desde a sua fundação, a Escola Agrônômica do Paraná se apresentava inicialmente com um instituto de ensino superior voltado ao propósito de sistematizar e modernizar os processos agrícolas do Estado do Paraná, garantindo a formação de agrônomos que viriam a atuar no meio rural paranaense e difundir as modernas técnicas da agricultura entre os lavradores e pequenos proprietários agrícolas. Em suma, a criação dessa instituição materializou os interesses de políticos e intelectuais paranaenses em prol da educação superior agrícola e, por conseguinte, da modernização agrícola.

Acreditava-se, naquele momento, que a formação de agrônomos seria uma solução para a enorme extensão de terras improdutivas, o que era interpretado como entrave para o desenvolvimento do progresso geral do Estado do Paraná. Além disso, creditava-se à instituição a possibilidade de otimizar a produção agrícola paranaense, em termos quantitativos e qualitativos, em conformidade com as modernas técnicas de uso do solo e de produção agrícola.

Convém situarmos o objeto de pesquisa em seu recorte temporal (1897-1932), que se inicia com a criação da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP), em 1897, instituição que representou os interesses da elite agrária paranaense e que propagava o estabelecimento de uma agricultura moderna e racional no Estado. A partir de tal instituição, mapeamos os debates intelectuais e as iniciativas em prol da modernização agrícola no Paraná que culminaram, em 1918, na criação da Escola Agrônômica do Paraná (EAP).

O recorte temporal se encerra no ano de 1932 em razão de dois fatores: o primeiro, está relacionado à supressão abrupta dos incentivos que a administração estadual fornecia à Escola Agrônômica Federal, em particular, a subvenção anual e a cessão da propriedade onde funcionava o Campo Experimental do Bacacheri; e o segundo, diz respeito à mudança radical nas políticas de modernização agrícola do Estado, que, por ordem do Interventor

Manoel Ribas, assumiram como prioridade a expansão do ensino primário agrícola. Tais transformações inauguraram uma nova fase na gestão da Escola Agrônômica do Paraná que necessita de maior aprofundamento para a sua análise.

A escolha de tal objeto de pesquisa visa contribuir com a discussão acerca da história dos intelectuais e a história das instituições de ensino, particularmente o ensino agrônômico, ainda incipiente naquele momento. Consideramos que a compreensão do processo histórico que envolve a atuação e defesa de diferentes agentes envolvidos na criação e manutenção de instituições de ensino agrícola em geral, e da Escola Agrônômica do Paraná poderá ampliar os horizontes acerca da História da Educação no Paraná, principalmente no que se refere às instituições de ensino agrícolas, tema ainda pouco explorado em pesquisas acadêmicas.

Para melhor compreender o processo de institucionalização do ensino agrônômico no Paraná, faz-se necessário voltarmos o olhar para as configurações políticas e intelectuais, nos âmbitos regional e nacional, que antecederam a fundação da Escola Agrônômica do Paraná. Nesse sentido, algumas questões emergem como ponto de partida: Quais eram as vinculações políticas do grupo de intelectuais que lançaram bases para a consolidação da Escola Agrônômica do Paraná? Qual era o projeto educacional e os ideais divulgados na época que justificavam a criação de uma escola de ensino superior voltada ao ensino agrônômico? E mais, quem eram os interlocutores de tais grupos nos âmbitos regional e nacional?

Para empreendermos a análise de tais questionamentos acima levantados, consideramos relevante partir das contribuições teóricas de Jean-François Sirinelli acerca do que configuraria a história dos intelectuais. Sirinelli (2003) aponta que a retomada dos estudos históricos dos intelectuais ocorreu após um período de ofuscamento causado pela ascensão da história cultural e da história social, em oposição à historiografia tradicional. Com o movimento de renovação historiográfica, a história dos intelectuais estaria no “ângulo morto” da pesquisa. Desse modo, por um longo período a história dos intelectuais foi negligenciada pelos movimentos de renovação historiográfica que se opunham à antiga tradição

historiográfica, cuja abordagem essencialmente positivista, política e épica passou a ser questionada de modo a ceder espaço à análise das condições da vida material, das formas de viver, pensar e sentir presentes em uma nova forma de fazer historiográfico. (FONSECA, 2003).

Em outros termos, o movimento de renovação historiográfica, inicialmente liderado pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, questionava a antiga tradição historiográfica positivista, voltada ao relato dos acontecimentos políticos a partir do uso exclusivo de fontes oficiais. Em tal contexto, podemos destacar que o movimento da História Nova, em seus diversos aspectos e variações, pode ser caracterizado em linhas gerais como iniciativa que visava estabelecer uma leitura analítica e problemática dos acontecimentos do passado, superando a mera reconstrução expositiva e narrativa. Além disso, oferecia a inversão da perspectiva de análise que antes centrava-se nas figuras dos “grandes homens”, para a compreensão das grandes coletividades anônimas ou mesmo das individualidades marginais. (PIZZETI, 2003).

Sirinelli (2003) aponta que a partir da segunda metade da década de 1970 a história dos intelectuais tomou forma novamente, adquirindo legitimidade no espaço acadêmico. Entretanto, tratou-se mais de um nascimento da história dos intelectuais, do que propriamente o renascimento da mesma. A história dos intelectuais teria ressurgido no cenário acadêmico com uma nova abordagem, de modo a configurar uma história cultural do âmbito político. Sirinelli aposta em uma abordagem da história cultural para pensar o político, na medida em que era preciso empreender uma história dos intelectuais em oposição à história das “ideias desencarnadas”. (ALVES, 2012).

Sirinelli (1998; 2003) defende a inserção das ideias em seu contexto histórico e social e identifica a necessidade de compreender as redes e espaços de sociabilidade, na medida em que os grupos de intelectuais também se organizam em torno de aspectos ideológicos e culturais comuns e possuem determinadas afinidades que fundam um espaço comum de convivência. Desse modo, “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora” (SIRINELLI,

2003, p. 248). Ou seja, a análise da sociabilidade permite a compreensão de determinadas práticas estabilizadoras dos grupos intelectuais, tais como a frequência em determinados espaços sociais, a troca de correspondências, a publicação de textos, etc. (ALVES, 2012).

As práticas que organizam a sociabilidade entre os intelectuais devem ser compreendidas em sua historicidade, na medida em que são dados relevantes para a análise do movimento de determinados modos de pensar e de agir compartilhados pelos grupos de intelectuais. Assim, nos apropriamos de tal construção teórica de Sirinelli para pensarmos quais foram os espaços de sociabilidade de determinados agentes que contribuíram com a consolidação e execução do projeto da Escola Agrônômica do Paraná. Afinal, é relevante identificarmos em quais instituições ou redes de sociabilidade circularam os principais agentes envolvidos com a Escola Agrônômica do Paraná, a fim de entendermos quais eram as relações implícitas na consolidação de um projeto de ensino agrônômico no Paraná.

Mas, ainda permanece a seguinte questão: o que propriamente constituiria a categoria “intelectual”? Carlos Eduardo Vieira (2011) afirma que a categoria intelectual é um termo representativo das personalidades públicas engajadas politicamente pelo sentimento de missão ou dever social. Para Vieira (2011) tais agentes sociais visam mobilizar a esfera estatal para a efetivação dos seus projetos políticos. De modo complementar Sirinelli (1998) busca aliar à noção dos intelectuais como indivíduos engajados direta ou indiretamente na vida política, também a noção mais abrangente de intelectual como aqueles que são criadores e/ou mediadores culturais: na primeira categoria pertenceriam aqueles que possuem participação na criação artística, científica ou literária; enquanto que na segunda reúnem-se aqueles que buscam contribuir com a difusão e vulgarização dos conhecimentos oriundos da criação desses saberes.

Em nosso entendimento, a criação da Escola Agrônômica do Paraná envolve a atuação de determinados agentes políticos no sentido de assumir um posicionamento de mediação em relação à disseminação das ciências agrônômicas no Paraná. Desse modo, ainda convém questionarmos: quais seriam as motivações dos grupos político-intelectuais em desenvolver um projeto

educacional voltado à formação de agrônomos e engenheiros agrônomos no Paraná no início do século XX? Podemos identificar a circulação e a transmissão de determinados valores e ideais políticos voltados ao âmbito da produção agrícola? Quais seriam as intersecções entre o pensamento político, interesses econômicos e os projetos educacionais voltados ao ensino agrícola?

As questões supramencionadas decorrem do objeto de pesquisa selecionado, que se encontra em uma intersecção entre a História dos intelectuais e a História do Ensino Agrícola. Esse posicionamento entre os diferentes campos de estudo nos revela múltiplas abordagens, das quais buscamos empreender uma análise que contemple o debate intelectual acerca da modernização agrícola do Estado do Paraná, o processo de constituição das ciências agrônômicas e a institucionalização da Escola Agrônômica do Paraná.

A identificação dos agentes envolvidos com o projeto da Escola Agrônômica do Paraná, assim como a forma como se relacionavam, considerando suas aproximações, parcerias, conflitos, é imprescindível para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que envolvem a trajetória institucional da EAP. A atuação e a trajetória dos agentes envolvidos com a EAP revelam o grau de autonomia dos mesmos em relação ao poder político-estatal, mais especificamente se a EAP foi criada e estabelecida a partir de um grupo de origem autônomo ou se seria fruto da atuação de uma elite política que geria o Estado naquele momento. Também se faz relevante a análise diacrônica das sucessivas atuações, parcerias e/ou conflitos entre a EAP e o poder estatal ao longo do período de 1918 a 1933.

A fim compreender os discursos e práticas educacionais voltadas ao projeto de modernização agrícola paranaense, consultamos fontes que constam nos acervos da Biblioteca Pública do Paraná - Seção Paranaense, do Arquivo Público do Paraná, da Hemeroteca Digital Brasileira e do Arquivo do Setor de Agrárias³, as quais estão compiladas no **Anexo 1**. Buscamos nos pautar na

³ Localizamos diversas fontes documentais da Escola Agrônômica do Paraná em um porão, localizado no subsolo do prédio da Direção do Setor de Agrárias da Universidade Federal do Paraná. Os documentos referentes à Escola Agrônômica do Paraná encontram-se em meio à toda documentação dos cursos do setor de Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Industrial Madeireira, Zootecnia e Medicina Veterinária) até a década de 1990, sem qualquer padrão de organização ou catalogação.

análise de diversas fontes documentais, tais como Leis, Decretos, Relatórios de Governo, Portarias, documentos administrativos e institucionais da Escola Agrônômica do Paraná, periódicos e jornais locais.

Como fonte primordial para a identificação dos debates intelectuais e políticos acerca da modernização agrícola no Paraná, selecionamos o jornal *A República*, publicado pelo Partido Republicano Federal (PRF-PR) entre os anos 1886 a 1930. É essencial a análise das publicações do jornal *A República*, referentes à agricultura paranaense, pois revela as relações político-partidárias dos agentes envolvidos na fundação e consolidação da EAP. Importante salientar que *A República*, se caracteriza como espaço de veiculação dos interesses da elite agrária paranaense.

A análise do jornal *A República*, parte do pressuposto, elencado por Carlos Eduardo Vieira (2007), de que a imprensa se constitui como importante fonte para a análise do impacto da reestruturação do sistema público de ensino ou da emergência de novas modalidades e métodos de ensino para além do restrito círculo de especialistas. Assim, o autor ressalta o fato dos veículos de comunicação poderem servir como mediadores entre diferentes públicos, tais como especialistas e leigos, dirigentes e dirigidos, pobres e ricos, patrões e empregados. No caso em específico, selecionamos o jornal *A República* como fonte histórico que nos permite avaliar o lugar ocupado pelo discurso educacional, voltado especificamente ao ensino agrícola, no contexto social paranaense.

Por fim, não podemos deixar de refletir sobre o que caracteriza o processo de modernização da sociedade brasileira. O período que se estende entre o final do século XIX e início do século XX é marcado por alterações substanciais da sociedade brasileira, tais como a abolição da escravidão, o fortalecimento da economia de mercado, o estabelecimento de uma sociedade urbano-industrial e o advento da República. Em meio a tal contexto de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, verifica-se também a intensa circulação de ideias e discursos amplamente difundidos pela elite intelectual brasileira, veiculados em periódicos, instituições governamentais, associações, entre outros.

Nesse ambiente de efervescência cultural, começa a se consolidar a noção de “Brasil moderno”, em oposição à condição de país atrasado. A concepção do

Brasil como país civilizado não é exclusiva do período republicano, pois já apresentava seus primeiros contornos durante o Império⁴, na medida em que buscava-se desvincular a ideia de barbárie dos trópicos. Mas foi durante a República, iniciada em 1889, que adveio a difícil tarefa de definir uma identidade nacional e manter a imagem de nação civilizada, ao mesmo tempo em que se rompia com as antigas referências do período imperial. Nesse sentido, Costa e Schwarcz (2000) afirmam que:

Em meio a uma verdadeira batalha simbólica, quando se mudaram nomes de ruas e de estabelecimentos que lembravam a extinta monarquia, em que se impuseram novas imagens para representar a nação – figuras de mulheres francesas que substituíam os índios tropicais, Tiradentes entrava no lugar dos marcos imperiais –, a República preparava-se para redesenhar a nação. Unindo mudança político ao contexto de virada de século, os brasileiros se mobilizaram como nunca para redefinir a sua imagem. (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p.127)

Se já existia no final do Império o esforço de evidenciar o Brasil ao lado dos países civilizados, no início do século XX tal esforço é retomado e reforçado pelo desafio de modernizar a sociedade brasileira. Em tal contexto, passa-se a defender a intervenção tanto do meio urbano como do meio rural a partir da atuação de profissionais de diferentes áreas, tais como arquitetos, urbanistas, agrônomos, engenheiros, médicos, educadores e cientistas. A ordem era a de “sanear as cidades”, “planejar novos inventos”, “modernizar o campo”, “educar o povo”, enfim, atribuir novas características à sociedade brasileira.

Tal noção de organização da sociedade, aplicada à sociedade brasileira, correspondia ao projeto de modernidade, inicialmente defendido pelos intelectuais iluministas, que durante o século XVIII, propagaram a crença no poder ilimitado da razão e no domínio científico sobre o mundo social e natural. Nesse sentido, Alan Touraine (1994) afirma que a concepção clássica de modernidade, vinculada à ideia de ordem e de progresso, também tomou por base o desenvolvimento das tecnologias associadas aos meios de produção, o que ocasionou diversas transformações radicais tanto nas relações de trabalho, como na economia, cultura e política. A partir de tal concepção:

⁴ Os ideais de modernidade e civilidade já estavam presentes na sociedade brasileira desde o período imperial, principalmente devido o interesse de Pedro II pelas ciências e letras. Nota-se, por parte do segundo imperador a introdução de manuais de boas maneiras na Corte, participação brasileira em exposições e feiras internacionais, a participação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o financiamento de estudantes brasileiros no exterior. (SCHWARCZ, 1998)

A ideia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, foi a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que, portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre produção, tornada mais eficaz pela ciência, a tecnologia ou a administração, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelo interesse, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões. (...) É a razão que anima a ciência e suas aplicações; é ela também que comanda a adaptação da vida social às necessidades individuais ou coletivas; é ela, finalmente, que substitui a arbitrariedade e a violência pelo Estado de direito e pelo mercado. (TOURAINÉ, 1994, p. 9).

Desse modo, a defesa da agricultura racional se constituía como uma forma de intervenção humana realizada no campo, na qual se poderia submeter o ambiente rústico e selvagem ao ordenamento científico. Convém salientarmos que a conquista ou domínio da natureza corresponde diretamente ao ideal de modernidade. Por esse motivo, o historiador Keith Thomas (1988) afirma que, nos tempos da Renascença, as florestas e os campos incultos eram identificados como espaço de rusticidade, enquanto as cidades transformavam-se em *locus* de civilização e progresso. Assim, entendia-se que “tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los”. (THOMAS, 1988, p. 290). Os homens da cidade eram considerados mais “civilizados” do que os homens do campo, já que as cidades eram consideradas o berço do aprendizado, das boas maneiras e da sofisticação.

No entanto, tal concepção passou a ser gradualmente modificada, surgindo a necessidade de civilizar o campo e seus habitantes. Para tanto, era necessário conhecer, gerir, dominar a natureza, a fim de colocá-la a serviço da vida humana. Nesse contexto, a motivação para o estudo da história natural possuía teor prático e utilitário. A botânica teria surgido como tentativa de identificar os usos das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para culinária e manufatura. De mesmo modo, a Zoologia surgia como ciência que buscava compreender a serventia dos animais aos humanos, quer seja como alimento ou remédio. Em suma, o “controle do homem sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado pelos primeiros cientistas modernos”. (THOMAS, 1988, p. 34-35). Nesse sentido, Keith Thomas demonstra que a prática de plantar cereais ou vegetais em linha reta não era apenas um modo eficiente de aproveitar

os espaços escassos, mas também representava “um meio agradável de impor a ordem humana ao mundo natural desordenado”⁵. (THOMAS, 1988, p. 304).

Os ideais de progresso, modernidade e civilização⁶, não ficaram restritos somente aos países europeus, mas também foram apropriados, adaptados e difundidos pelos intelectuais brasileiros, durante o final do século XIX até a primeira metade do século XX. Esses intelectuais somaram seus esforços para concretizar a modernização⁷ dos espaços urbano e rural, a partir da intervenção de agentes profissionais e técnicos específicos.

No Brasil, a modernização agrícola⁸ ocorreu em conjunto com o desenvolvimento industrial e pautou-se na aplicação dos conhecimentos científicos na agricultura, a fim de se opor à agricultura tradicional, que consistia em um conjunto não organizado de saberes, práticas, técnicas/artefatos utilizados pelos camponeses em quase todo o país. Nesse contexto, observa-se que os conhecimentos científicos, especificamente os agrônômicos, foram estimulados em função de seu retorno prático, na medida em que serviam aos ideais de desenvolvimento econômico e modernização da sociedade brasileira, sustentados pela tríade “Ciência, Pátria e Progresso”. (FIGUEIRÔA, 1998).

Desse modo, sustentamos que, ao mesmo tempo em que se verifica o processo de modernização nos grandes centros urbanos, através do estabelecimento de novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas, a

⁵ Keith Thomas (1988), ao abordar a forma como se desenvolveu a agricultura na Europa, afirma que a paisagem cultivada se distinguia por suas formas regulares, causadas principalmente pela introdução do arado, que teria incorporado simetria ao cultivo. Assim, simetria e regularidade eram identificados como características da boa agricultura.

⁶ Norbert Elias (1993) demonstra que o processo civilizador pressupõe a transformação gradual da conduta humana realizada a partir de mecanismos de controle e autocontrole dos indivíduos, principalmente no quesito violência, que passou a ser monopolizada pelo Estado. Como parte desse processo, Norbert Elias salienta o fato de que, durante o século XVIII, propagou-se na Europa a circulação de modelos culturais que buscavam a reforma de toda a sociedade, de modo a difundir a civilização como um padrão universal de moral e costumes para a humanidade como um todo.

⁷ Segundo Marshall Berman (2007), a modernização é caracterizada por uma multidão de processos sociais, tais como as descobertas científicas, as revoluções industriais, as transformações demográficas, as formas de expansão urbana, a consolidação dos Estados nacionais.

⁸ A modernização agrícola insere-se no contexto da modernização econômica, sendo essa última definida por Norberto Bobbio (1998) como o processo pelo qual a organização da esfera econômica torna-se mais racional e mais eficiente, pautando-se na correspondência entre os meios utilizados e os fins que se pretendem atingir.

modernização também se estendeu para o campo, a partir de novas dinâmicas de reorganização do espaço e produção rural também inseridas na perspectiva de progresso. Assim, a modernização da sociedade brasileira significou a reorganização planejada dos espaços urbano e rural a partir de critérios específicos, de modo a redimensionar a produção e circulação dos produtos agrícolas e industriais. (SUZUKI, 2007).

As estratégias aplicadas para a modernização agrícola implicavam desde ações particulares e governamentais, realizadas em institutos de pesquisas, sociedades agrícolas e instituições de ensino, de modo a diversificar a agricultura, desenvolver e inserir o uso de tecnologias na organização do trabalho agrícola, implantar colônias para a “fixação do camponês à terra”, desenvolver pesquisas para a produção ou adaptação de novos conhecimentos agrícolas e, por fim, instituir o ensino agrícola a partir de escolas primárias, técnicas, secundárias e superiores. (FERRARO, 2005).

Conforme percebemos acima, a modernização agrícola também esteve inserida no contexto de valorização de um conhecimento técnico científico e adquiriu os primeiros contornos nos diversos projetos implantados no Brasil durante o período imperial e os primeiros anos da República, dos quais se destacam a instalação do Real Horto⁹ no Rio de Janeiro (1808), a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), a Imperial Escola Agrícola da Bahia¹⁰ (1875), a Imperial Estação Agronômica de Campinas¹¹ (1887), o curso de Engenharia Agrícola pela Escola Politécnica de São Paulo¹² (1893), a Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”¹³, em Piracicaba (1900) e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária¹⁴, no Rio de Janeiro (1910), entre outras. No Paraná, podemos observar a mesma tendência, a partir da criação do Instituto

⁹ O Real Horto do Rio de Janeiro, organizado sob o comando de Dom João em 1808 e depois denominado Jardim Botânico e anexado ao Museu Nacional, tinha por objetivo introduzir e aclimatar novas espécies de plantas no território nacional. (NAGAMINI, 2004).

¹⁰ Atual Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

¹¹ Atual Instituto Agronômico de Campinas – IAC.

¹² Atual Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP.

¹³ Atual Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo – USP.

¹⁴ Atual Escola de Agronomia e Escola de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Agrônomo do Bacacheri (1907), o curso de Agronomia pela Universidade do Paraná (1915) e, posteriormente, a Escola Agrônoma do Paraná¹⁵ (1918).

Em relação às principais contribuições bibliográficas acerca da participação dos grupos agrários na constituição de projetos de ensino agrícola no Brasil e no Paraná, podemos destacar diversas obras com as quais dialogamos ao longo do trabalho. Tais obras nos apresentam uma relevante contribuição acerca dos cenários político, econômico e intelectual que marcaram consolidação dos ideais de educação rural no país e no Paraná, principalmente a partir da representação do “ruralismo” e dos projetos de modernização agrícola.

Na obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, publicada em 1974¹⁷, Jorge Nagle (2009) empreende um levantamento acerca das medidas governamentais que fomentaram o ensino agrônomo no Brasil considerando, principalmente, a legislação federal. Em relação à análise efetuada por Nagle acerca do ruralismo, esse o apresenta como reação ou oposição aos movimentos urbanos que defendiam a industrialização do país. Desse modo, Nagle contrapõe o rural ao urbano e cria uma polarização entre os grupos vinculados à agricultura e à indústria. Na dissertação, buscamos apresentar as teses de Nagle para contrapô-las com outras perspectivas, na medida em que verificamos que o ruralismo, enquanto discurso, e a modernização agrícola, enquanto prática, foram defendidos por grupos ou agentes intelectuais que também possuíam interesse no desenvolvimento industrial e urbano do país.

A obra de Sônia Regina de Mendonça (1997), *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*, realiza um importante contraponto à interpretação de Jorge Nagle acerca do ruralismo brasileiro. Sônia Mendonça, ao estudar o conjunto de representações e práticas do mundo rural brasileiro, identifica o ruralismo como

¹⁵ Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

¹⁷ A obra *Educação e Sociedade na Primeira República*, publicada no ano de 1974, é fruto da tese de livre-docência de Jorge Nagle defendida em 1966, sob orientação de Laerte Ramos de Carvalho. A pesquisa desenvolvida por Jorge Nagle estava inserida em um amplo projeto acadêmico de Laerte Ramos de Carvalho, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, cujo intuito era o de desenvolver uma série de investigações (pesquisas, teses, artigos) sobre a educação brasileira no período republicano. (WARDE, 2000).

movimento político integrado por oligarquias rurais de diversos Estados do Brasil, que se interessavam em um projeto de regeneração da vocação eminentemente agrícola do Brasil. Assim, o discurso ruralista, na verdade, estaria mais vinculado à tentativa de superação da hegemonia das elites agrárias paulistas, por outros grupos agrários do país que reivindicavam a atuação do poder federal. Desse modo, consideramos correta a análise de Mendonça (1997), na medida em que evidencia determinados arranjos político-econômicos entre grupos agrários que disputam a atuação governamental.

Outra contribuição relevante para o estudo da Escola Agrônômica do Paraná é a tese de Doutorado de Graciela de Souza Oliver (2005), que versa sobre *O papel das Escolas Superiores de Agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas currículos e formação profissional*. Nesse trabalho, Oliver analisa quatro escolas de ensino superior agrícolas (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Escola Nacional de Agronomia, Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais, e Escola de Agricultura da Bahia) de modo a compreender os diferentes projetos políticos para a modernização da agricultura, assim como as contribuições de cada instituição para o desenvolvimento das atividades científicas agrícolas.

Por fim, a tese de Doutorado de Vera Lúcia Martiniak (2011), intitulada *Processo Histórico de Institucionalização das Primeiras Escolas Agrícolas nos Campos Gerais, PR*, apresenta uma aproximação mais direta com o nosso objeto de estudo, na medida em que busca analisar a constituição das escolas agrícolas na região dos Campos Gerais, Paraná. Embora a obra de Martiniak esteja centrada especificamente nas Escolas de Trabalhadores Rurais, instaladas nas cidades de Castro, Ponta Grossa e Palmeira, temos que ressaltar que oferece importantes subsídios para a compreensão da organização do ensino agrícola no Brasil e no Paraná.

A dissertação se divide em três capítulos, na tentativa de sistematizar discussões intelectuais acerca da modernização agrícola, realizada por diversos agentes político-intelectuais do Brasil e do Paraná; a atuação e estratégias práticas de agentes paranaenses na configuração do ensino agrônômico no

Paraná; bem como o currículo e práticas educacionais internos da EAP. Nos três capítulos pretendemos articular e problematizar fontes e bibliografias diversas para a compreensão dos discursos e estratégias políticas operacionalizadas para a consolidação do ensino agrônomo no Paraná.

No **primeiro capítulo** buscamos evidenciar os conflitos relacionados ao processo de modernização da sociedade brasileira da Primeira República, a partir dos diferentes grupos e agentes sociais que tencionavam estabelecer projetos político-econômicos a fim de representar os interesses dos grupos agrários. Consideramos que tais disputas políticas e intelectuais são substanciais para a compreensão de como a educação foi mobilizada a serviço de interesses sociais diversos.

Nossa hipótese é a de que o processo de modernização urbano-industrial não se configurou no início do século XX como um contraponto ou oposição ao projeto de desenvolvimento agrário dominante. Defendemos a existência de dois projetos de modernização paralelos, mas também integrados em uma concepção única, que visava tanto o desenvolvimento urbano-industrial, como o desenvolvimento agrícola, sendo esse fundado em bases modernas de racionalização da produção nacional. Tal movimento de modernização da sociedade brasileira estaria centrado no planejamento eficaz da distribuição da produção e da população nos espaços do campo e da cidade.

No **segundo capítulo** do trabalho partimos para a análise do debate intelectual e político acerca do processo de modernização paranaense, identificando os principais agentes envolvidos na consolidação dos projetos de ensino e pesquisa agrícolas, as redes de sociabilidade compartilhadas e os discursos e estratégias que visam a modernização agrícola paranaense. Visamos averiguar, além das representações e práticas educativas consolidadas institucionalmente, também os interesses políticos e econômicos que orientavam a ação desses agentes e grupos sociais, bem como a concretização de tais interesses mediados por instituições como a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP), o Instituto Agrônomo do Bacacheri (IAB) e a Universidade do Paraná (UP).

No **terceiro capítulo** abordamos especificamente o contexto intelectual e político que configura a criação da Escola Agrônômica do Paraná. Assim, damos enfoque aos debates intelectuais sobre o ensino superior agrícola e sobre a modernização da agricultura no Paraná, a repercussão da criação de tal instituição na sociedade paranaense, as articulações políticas para a instalação e efetivação das atividades de ensino práticas e teóricas da Escola Agrônômica do Paraná. Também apontamos alguns aspectos gerais sobre os alunos, lentes catedráticos, práticas educativas e currículo da instituição. Abordamos a criação do Patronato Agrícola do Paraná (PAP), instituição que ficou ao encargo da Direção da Escola Agrônômica do Paraná.

1. CULTIVAR A VOCAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL: PROJETOS EDUCACIONAIS E MODERNIZAÇÃO EM DEBATE.

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações, as zonas rurais para os centros populosos, da agricultura para as indústrias, do esforço produtivo para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tender a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos.

Alberto Torres¹⁸.

Com a derrocada do poder imperial e a abolição da escravidão, o Brasil iniciou o século XX com promessas otimistas de desenvolvimento. Entretanto, mesmo com tais promessas, o período denominado de Primeira República (1889 a 1930) ainda foi fortemente marcado pelo domínio das elites agrárias na manutenção de sua situação de poder. O contexto político do período era balizado pelo revezamento da classe proprietária agrária no poder, a partir de um sistema de representação coletiva singular, que se traduzia em eleições de fachada e na perpetuação das posições de poder dentro de um grupo social bastante restrito. Verifica-se uma forte marca do coronelismo no ambiente rural, na qual grandes latifundiários e coronéis sobrepunham o seu poder de mando diante de sua oposição e de seus dependentes. (NAGLE, 2009). Conclui-se que,

[...] o sistema coronelista não é interrompido com o advento do novo regime republicano; ao contrário, é continuamente alimentado pelo desenvolvimento das formações oligárquicas e atinge um ponto mais alto com a chamada “política dos Governadores”. A implantação do regime republicano não provocou a destruição dos clãs rurais e o desaparecimento dos grandes latifúndios, bases materiais do sistema político coronelista (NAGLE, 2009, p. 12).

Somado à tal configuração política verifica-se a interferência estatal junto à economia, em particular nas atividades voltadas à agricultura, na medida em que se processa a redefinição da dinâmica de trabalho no campo, que deixa de ser compulsória e passa a ser assalariada. A abolição da escravidão instaura uma insegurança e crise entre os proprietários rurais, por significar o abandono dos

¹⁸ TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional**. São Paulo: Ed. UnB, 1982.

postos de trabalho, o que resulta em uma forte aliança entre os proprietários rurais e o Estado. A solução apresentada pela esfera estatal estaria centrada na ideia de fixar os trabalhadores rurais no campo, a fim de evitar o esvaziamento da mão de obra e o crescimento desenfreado e desorganizado dos grandes centros urbanos. (ARAÚJO, 2013).

O período da Primeira República foi marcado pelo avanço das relações capitalistas, o crescimento do setor industrial, o fenômeno da urbanização, a influência da ideologia liberal, a crise do setor agrário, a ampliação das camadas médias da sociedade, diversificando o modelo já existente de estratificação social. É importante considerarmos as tensões políticas e econômicas que marcaram o período em análise para podermos melhor compreender a dinâmica dos grupos e agentes envolvidos com a defesa de determinados projetos de modernização da sociedade brasileira. Ao analisarmos tal tema, devemos considerar o contexto histórico do percurso de uma sociedade de bases agrárias em direção a uma sociedade capitalista-industrial, de modo que a análise das organizações dos grupos dominantes revela-se como um elemento estratégico para a compreensão das demandas, práticas e conflitos. Tais elementos emergem em uma sociedade de conflitos, tensões e contradições. Assim, a sociedade brasileira do início do século XX:

[...] tem base econômica e social agrária, mas o que ferve é a vida urbana; na cidade existe um número significativo de indústrias, mas é o café que dita os rumos da política econômica; os serviços públicos multiplicam-se, mas na cidade, dificilmente chegando ao mundo rural; a política parece ser reservada aos profissionais liberais e aos militares, que são urbanos; mas o que o sistema eleitoral garante é a representatividade dos fazendeiros; a arte e o moderno insuflados da Europa também têm seu lugar na cidade – tangidos em geral pelos filhos dos ricos proprietários rurais -, mas a sociedade agrária é fechada e patrimonialista, aparentemente intangível por esse tipo de movimento. (GRANZIERA, 1997, p. 135).

Jorge Nagle (2009) observa que, enquanto os últimos vinte anos do século XIX representavam a fase principal de desagregação da sociedade estamental, quando emerge a nova ordem social competitiva; na década de 1920 evidencia-se a consolidação da ordem competitiva, ou seja, a formação de uma sociedade de classes. Assim, a expansão da lavoura cafeeira, a transformação do fazendeiro do café em empresário e a consequente decadência da velha classe aristocrática

vão formar o grande quadro no qual irão se desenvolver importantes fenômenos histórico-sociais do período republicano, provocando modificações no padrão de estratificação social. Além disso, é da empresa cafeeira que vai surgir a nova classe ligada à industrialização, e conseqüentemente à ascensão das camadas médias e do proletariado industrial. (NAGLE, 2009).

Também se constata o fenômeno inverso, já que a consolidação do capital industrial propiciou a constituição de uma agricultura mercantil, destinada ao abastecimento do mercado industrial de bens de consumo que se instalavam no país, deslocando em parte as forças produtivas que se dedicavam ao mercado internacional. Existe, portanto, uma correlação entre o processo de industrialização do país e o desenvolvimento da modernização da agricultura brasileira. Desse modo, a agricultura passa a adotar uma postura mais ativa e dinâmica na economia brasileira, constituindo-se não apenas como um mercado de bens de consumo, mas também de meios industriais de produção. De modo paralelo, também começa a surgir uma indústria de insumos agrícolas, tais como máquinas agrícolas, fertilizantes químicos e rações, que passa a atender as atividades agropecuárias. (SILVA, 1982).

Tomando como referência o ensino agrícola, no contexto de desenvolvimento social, econômico e político nacional, o interesse pela questão agrária no país surgiu a partir do estabelecimento de novas demandas produtivas. Desse modo, a questão agrária ressurgiu com novos encaminhamentos, visando substituir os métodos arcaicos de produção rural pelas novas técnicas e pela introdução em larga escala de recursos mecânicos que ampliassem a produtividade e melhorassem a qualidade dos produtos e conseqüentemente o valor econômico da produção. Além disso, os setores agrários do país demandavam uma resolução para a desorganização das relações de produção no campo, assentadas anteriormente no regime escravista. (MARTINIAK; SANFELICE; NASCIMENTO, 2010).

Tal processo de modernização e organização racional da agricultura também são evidenciados no Estado do Paraná, porém com suas particularidades no que envolve o desenvolvimento econômico do Estado. Após a crise da economia do ouro e do tropeirismo no final do século XVIII, a economia

paranaense volta-se para a produção de erva-mate, com fins de exportação. O cultivo, beneficiamento da erva cancheada¹⁹ e exportação do mate para países como a Argentina, Uruguai e Chile, estimulou o desenvolvimento de uma elite urbano-industrial no Paraná. (BEGA, 2001)

Ao abordarmos o tema da modernização agrícola da sociedade brasileira, devemos considerar que tal processo foi condicionado pela consolidação das ciências agrícolas ao longo do século XX, que promoveu o desenvolvimento do capitalismo no campo e a consequente modernização da agricultura. Mesmo não tendo ocorrido rapidamente, ou de forma homogênea, tais fatores redefiniram gradualmente os espaços rurais, imprimindo-lhes uma nova dinâmica e reestruturando a interação entre áreas rurais e áreas urbanas.

Maria Auxiliadora Faria (1992) afirma a relação estreita existente entre a economia, a agricultura e o ensino agrícola no país. Para a autora, o ensino agrícola foi adotado como estratégia do Estado não apenas para garantir a formação profissional dos trabalhadores, mas também para viabilizar a permanência desses no campo. Assim, a instituição do ensino agrícola, articulada às necessidades de modernização agrícola desencadeadas por uma elite econômica estatal, foi uma das estratégias vinculadas à uma forma de discurso que começa a circular acerca da vocação agrícola do país. No Paraná, houve um processo semelhante, na medida em que os interesses econômicos e políticos passaram a fundir-se em um comum projeto voltado ao ensino agrônômico.

Embora o processo de organização dos interesses agrários apresente seus primeiros contornos no final do período imperial, mediante a criação de clubes da lavoura na região centro-sul do país que atuavam no sentido de definir estratégias de compensação para os “desajustes” provocados pela abolição do trabalho escravo, foi no período republicano que se consolidou e institucionalizou os interesses das camadas de proprietários rurais. Nesse contexto, produtores agrários, de distintos complexos econômicos, passaram a disputar permanentemente entre si o privilégio da ação pública.

¹⁹ Após colhido, o mate é sapecado, para a cristalização da seiva; seco ao calor e depois cancheado, ou seja, triturado em cilindros perfurados. (MAGALHÃES FILHO, 1996).

Assim, em tal disputa por interesses, o aspecto que promovia o consenso ou certa unidade entre grupos políticos tão diversos seria a defesa da vocação eminentemente agrícola do país. O discurso ruralista, que apregoa a agricultura como vocação econômica do Brasil, foi bastante explorado durante a Primeira República. Jorge Nagle (2009) ressalta que o processo de ruralização do ensino influenciou parcialmente tanto a legislação, as práticas escolares e as representações acerca da educação. O autor chega a afirmar que:

É por esse motivo que a ruralização do ensino significou, ao longo da década de 1920, a colaboração da escola, na tarefa de formar a mentalidade de acordo com as características da ideologia do “Brasil – país essencialmente agrícola”, o que importava, também em operar como instrumento de fixação do homem no campo. (NAGLE, 2009, p. 257).

A partir do trabalho de Marta Carvalho (1997) podemos identificar a presença de ideais ruralistas nas representações e projetos educacionais da Associação Brasileira de Educação (ABE)²⁰, fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1924. Marta Carvalho (1998) demonstra que, em meio aos discursos educacionais defendidos pelos membros da ABE, também havia espaço para a defesa da educação rural e da formação do homem do campo. Assim, Carvalho (1997) evidencia o discurso ruralista, presente na atuação de intelectuais da educação, como Fernando Magalhães, Belisário Penna, Barbosa de Oliveira e Everardo Backheuser.

Fernando Magalhães, membro da ABE, defendia que a industrialização teria atraído grandes contingentes populacionais para as cidades, gerando uma grave doença na sociedade brasileira, vista como um organismo depauperado. Como antídoto ao “citadismo”, Magalhães prescrevia uma campanha de retorno ao campo, que tinha na educação um de seus principais elementos, capazes de preparar para o trabalho e combater o “nomadismo que desperdiçava a fertilidade da terra”.

²⁰ A ABE surge como uma associação formada por advogados, professores, e principalmente, engenheiros, convencidos de que na educação residia a solução dos problemas do país. Além disso, verifica-se que tais agentes outorgaram a si mesmos a categoria de técnicos e profissionais da educação, a fim de se constituírem como os agentes legítimos no debate educacional. (CARVALHO, 1997).

Fernando Magalhães creditava à política educacional voltada para a zona rural, a função de promover a unidade nacional. Para tanto, Magalhães considerava necessário tratar física, moral e intelectualmente o habitante da zona rural, de modo a caracterizá-lo como verdadeiro cidadão brasileiro, em conformidade com o projeto de nacionalidade. Tal concepção de escolarização, voltada aos habitantes do campo a partir dos interesses e necessidades locais, acabaria por instituir o modelo de “Escola Regional”, na medida em que deveria, concomitantemente, ser adaptada ao meio rural e ministrar uma educação capaz de promover a unidade nacional, de modo a formar o mesmo brasileiro em todo país.

Assim, o projeto de escolarização regional defendido por Fernando Magalhães deveria ser constituído por um programa de cultura inicial que garantiria o conhecimento suficiente da “língua materna”, das tradições históricas do povo brasileiro, da extensão territorial e aspectos geográficos do país, além das noções de higiene, de educação cívica, ao lado da “aprendizagem do cultivo inteligente e do aproveitamento das riquezas do solo”. (MAGALHÃES, 1931 *apud* CARVALHO, 1998, p. 225).

Na acepção de Barbosa de Oliveira, membro da ABE, a proposta de regionalização da escola seria capaz de compatibilizar a exigências de diversos setores que visavam superar a distribuição humana desordenada, podendo ser um elemento valioso de fixação do homem às zonas rurais através da educação para o trabalho. Assim, as escolas regionais deveriam ser constituídas como “escolas do trabalho”, de modo a formar hábitos e preparar crianças e jovens para profissões de acordo com as necessidades do meio. (CARVALHO, 1998).

Também podemos perceber a atuação de Belisário Penna, na defesa de projetos educacionais vinculados ao desenvolvimento agrícola. Belisário Penna propunha uma política agro-sanitária, colonizadora e educadora, que possuísse como base a extinção do latifúndio e o incremento da pequena propriedade agrícola. Acreditava que para a transformação político-social brasileira, assim como o desenvolvimento econômico, era necessário fixar na pequena propriedade rural, tanto o elemento nacional como o estrangeiro, além de garantir a organização do saneamento rural, a larga assistência e educação higiênica do

povo. Creditava-se à escola, juntamente com as medidas de saneamento e de incremento à pequena propriedade, a função de modificar radicalmente o meio rural brasileiro. (CARVALHO, 1998).

Assim, a contribuição de Marta Carvalho (1998) na interpretação dos discursos ruralistas presentes no projeto educacional da ABE reside no fato de demonstrar que tais representações não se opõem aos ideais de modernização ou industrialização. Pelo contrário, Marta Carvalho (1998) ressalta que os discursos ruralistas englobam o mesmo projeto de modernização da sociedade brasileira operado no meio urbano, na medida em que correspondiam ao intuito racionalizador de distribuição da população nacional entre o campo e a cidade. Assim, ao contrário de Jorge Nagle que analisa o ruralismo como um movimento anti-industrialista, que pregava o retorno às tradições rurais, Marta Carvalho demonstra que o ruralismo faz parte do projeto de modernização da sociedade brasileira.

Sônia Regina Mendonça (1997), por sua vez, apresenta outra interpretação para o movimento ruralista. Ao estudar o conjunto de representações e práticas acerca do mundo rural brasileiro no período da Primeira República, a autora identifica o movimento político de organização e institucionalização dos interesses de determinados grupos agrários no Brasil. Diferentemente de Jorge Nagle, a autora ressalta que o ruralismo seria um movimento político integrado por agências e agentes políticos dotados de um capital econômico e social. Tal movimento seria constituído, predominantemente por representantes das diversas oligarquias rurais dos estados da federação e que se interessavam na manutenção de um discurso e de um projeto de reabilitação da vocação eminentemente agrícola do Brasil.

Nesse sentido, Mendonça (1997) afirma que o ruralismo, por um conjunto de fatores, teria favorecido o rearranjo no bloco do poder, colocando-se como um dos fios condutores da reordenação dos grupos agrários. Mendonça (1997) também salienta que o quadro econômico, político e social do país estava assentado em um equilíbrio instável, ao sabor de oscilações na cotação internacional dos principais produtos primários exportados, assim como das políticas públicas voltadas à defesa da renda dos grandes proprietários. Em tal

contexto observa-se a hegemonia dos cafeicultores paulistas que teriam se consolidado por meio da política dos governadores²¹.

Desse modo, as sucessivas operações para a valorização do café empreendidas no período, seriam responsáveis por tensões políticas, uma vez que os segmentos não-cafeeiros dos produtores agrários se veriam secundarizados nas políticas estatais que subsidiavam a produção agrícola. Originava-se aí uma grave crise política que perpassaria a classe dominante rural, contrapondo distintas frações internas, tanto entre os cafeicultores paulistas mais ou menos dinâmicos, como entre os produtores agrários de complexos regionais diversos, que exigiam igual proteção do governo federal para os seus diversos produtos. (MENDONÇA, 1997).

É importante considerar que Mendonça (1997) apresenta uma interpretação do movimento ruralista que destoa da análise efetuada por Jorge Nagle (2009). Nesse sentido, Mendonça (1997) busca estabelecer uma reinterpretação do ruralismo, enfatizando o seu caráter de movimento político organizado pelas frações dominadas da classe dominante agrária, em detrimento da dimensão tão somente ideológica. (MENDONÇA, 1997, p. 39).

Do mesmo modo, enquanto Jorge Nagle (2009) apresenta o movimento ruralista como a oposição ao recente fenômeno da industrialização, que defendia a “natural” civilização agrária, já que considerava as atividades agrícolas como as verdadeiras produtoras de riqueza, manifestando-se assim como movimento homogêneo dos interesses predominantemente agrários, contrariamente, Sônia Mendonça (1997) defende que ruralismo não estava vinculado aos interesses únicos de uma classe dominante agrária, tratava-se de um discurso que abrigava as tensões internas pela institucionalização de interesses da “fração dominada da classe dominante”, ou seja, das camadas agrárias em ascensão que buscavam

²¹ A Primeira República Brasileira caracterizou-se pelo mecanismo da “política dos governadores”, que se baseava em um acordo no qual o governo federal garantia ampla autonomia aos grupos oligárquicos dominantes de cada Estado, e recebia em troca o apoio das bancadas estaduais no Congresso. O resultado desse acordo foi o enfraquecimento das oposições, a fraude eleitoral e a exclusão da população da participação política. Além disso, havia um acordo informal de revezamento dos Estados de Minas Gerais e São Paulo na chefia do Poder Executivo. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica>, acesso em 28 de Maio de 2014.

sua inserção econômica através da diversificação produtiva, manifestando-se em nível da sociedade política, ou até mesmo do Estado em sentido estrito.

Assumimos o posicionamento de Sônia Mendonça (1997) para o entendimento do que se denomina “ruralismo”. Embora observemos que o início do século XX seja marcado por uma tensão social entre os projetos sociais aparentemente contrapostos dos interesses da classe agrária dominante e os interesses emergentes da classe urbano-industrial, podemos identificar que tais projetos não se revelavam homogêneos em suas estruturas internas e chegaram a se relacionar de modo a integrar um projeto maior de Nação, que visava integrar as relações de produção entre campo e cidade.

Assim, desde o início da República podemos observar diversas iniciativas da sociedade civil que agiam no sentido de buscar a diversificação da economia agrário-exportadora brasileira, a fim de garantir maior espaço de atuação para outros grupos de produtores rurais. Uma dessas iniciativas foi a Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA), criada em Paris, no ano de 1894. Tal Sociedade visava alertar o perigo de o Brasil possuir a cultura do café como único suporte para a sua economia. Para tanto, a sociedade se auto-atribuía o papel de “posto avançado de aperfeiçoamento agrícola do país”, encarregada de adquirir sementes e animais de qualidade para seus membros residentes no Brasil, assim como de obter patrocínio de grupos políticos influentes. Segundo seu estatuto, sua finalidade consistia em “encorajar a criação de gado de toda a espécie no país; encorajar a agricultura, no que concerne à produção de forragens e cereais e divulgar no estrangeiro os produtos do trabalho brasileiro. (SBAA, 1921, p. 11 apud MENDONÇA, 1997, p. 31).

Na avaliação de Sônia Regina de Mendonça (1997), a SBAA representava justamente uma reação da classe proprietária rural à inevitável redefinição do papel da agricultura no contexto da transição de uma sociedade agrária para industrial, acelerada pela Abolição. Assim, a SBAA é representativa de um processo de institucionalização da diferenciação dos interesses da classe proprietária agrícola, mediante a organização de associações de classe capazes de explicitar suas divergências e semelhanças. Embora não se tenha dimensão da eficácia da atuação da SBAA, sua simples existência constitui indício da

influência europeia na determinação de fluxos de capitais, tecnologias e ideias destinados à América Latina, já que o local de instalação simbólica e geográfica situava-se em Paris.

Desde o início da República, proliferaram as sociedades agrícolas²² para o amparo da agricultura nacional e envolvidas com o discurso da vocação eminentemente agrícola do país. Em geral, tais sociedades agrícolas eram criadas por iniciativa de políticos e proprietários rurais que buscavam articular interesses comum.

No ano de 1896, no estado do Rio de Janeiro, um pequeno grupo de quarenta e sete representantes dos proprietários rurais se reúne para lançar as bases de uma organização agrícola, capitaneada por Antônio Ennes de Souza. A fundação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), no ano de 1897, tinha por objetivo tornar-se o centro mobilizador de forças e formador de opinião para o melhoramento agrícola do país. A Sociedade Nacional de Agricultura era responsável por articular e direcionar os rumos do movimento ruralista nacional. Assim, como outras sociedades agrícolas – tal como a Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA) – a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) teria por modelo a instituição homônima criada na França, onde o movimento de *retour à la terre*, inaugurado por Jules Méline, gozava, à época, de considerável reconhecimento, sobretudo por traduzir-se em uma reação protecionista à depressão dos preços agrícolas.

A SNA é definida como uma agremiação cujo fim específico seria o fomento à criação de novas associações rurais, cooperativas e caixas de crédito, a fundação de campos de demonstração e escolas práticas de agricultura, bem como o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas mediante a aplicação da ciência aos campos, “ao sabor do espírito ilustrado dominante entre os membros da primeira geração republicana”. Assim, verifica-se que os integrantes da SNA

²² Além das sociedades agrícolas que reuniam os interesses político-econômicos dos grupos agrários em diferentes regiões do Brasil, também se destacavam a criação de Institutos Agrônômicos que visavam desenvolver a pesquisa em ciências agrícolas. Embora não estivessem voltados ao ensino agrônômico, tais instituições foram as primeiras iniciativas do desenvolvimento científico da Agronomia, ainda durante o período imperial. Podemos destacar a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura, criado em 1859 e do Instituto Agrônômico de Campinas, de 1887. (OLIVER, 2009).

buscavam alinhar o discurso, torná-lo homogêneo, de modo a “ecoar mais alto” as reivindicações dos organismos ligados ao setor primário da economia brasileira. Os membros da SNA defendiam uma verdadeira “cruzada”, em busca da regeneração agrícola do país, e para isso necessitava que o governo federal investisse na “vocação agrícola do país”. (MENDONÇA, 1997, p. 42).

A SNA teria se constituído como uma coalização das elites regionais cujos objetivos eram ampliar o apoio federal da agricultura em geral e aliviar os efeitos da crise do caf e e do açúcar. Mendonça (1997), ao analisar as trajetórias dos agentes que ocuparam a presidência do SNA no período de 1897 a 1930, atesta o fato de que a SNA efetivamente se estabeleceu como instituição formalizadora das demandas de grupos agrários tão diversos quanto compatíveis. Assim,   possível perceber que os representantes da classe proprietária que se faziam presentes na SNA possuíam em comum o fato de não se vincularem ao setor cafeeiro paulista. Mendonça (1997) menciona que dos nove presidentes da SNA listados, quatro pertenciam ao complexo Norte-Nordeste, tr s do Sul, e dois do Rio de Janeiro, sendo todos em sua maioria proprietários ligados a atividades agrícolas distintas.

Deve-se levar em conta o fato de que a SNA se constituiu como uma organização empresarial rural, articuladora dos interesses agrários veiculados ao eixo Norte-Nordeste-Sul do país. Em tal instituição os agentes egressos de grupos oligárquicos mais privilegiados pela política dos governadores – paulistas e mineiros – não ocuparam o cargo máximo de condução da agência. Além disso, boa parte dos presidentes da instituição e de seus membros possuía uma carreira política com bases locais no Congresso Nacional, o que os referenda como efetivos representantes dos grupos agrários. Por esse prisma, a SNA pode ser percebida como *lócus* legítimo da institucionalização de demandas de frações da classe proprietária rural com abrangência nacional.

A criação e circulação de um periódico especializado denominado *A Lavoura* correspondeu ao objetivo de propagandear as principais ideias defendidas pela SNA. Tratava-se do órgão oficial de divulgação da associação – editado até os dias atuais – que pode ser pensado como um dos instrumentos de promoção das políticas e propostas defendidas por seus membros. Segundo seu

primeiro editorial, *A lavoura* tinha por finalidade publicar artigos sobre resultados, métodos e melhoramentos de investigações científicas e agrônômicas que divulgassem informações consideradas úteis nas atividades do campo disseminadas em outros países ou no Brasil assim como dados fundamentais para a agricultura.

De acordo com Dr. Ennes de Souza, presidente da SNA e autor desse editorial, a revista constituiria o que ele denominou de “literatura rural”, um tipo de leitura mais amena que aquelas com a aparente dificuldade dos algarismos e da ciência pura e/ou experimental. (MELLO, 2012, p. 20). Dentre os membros que chegaram até mesmo a publicar artigos pela instituição, encontra-se o deputado federal paranaense Luiz Bartolomeu de Souza e Silva²³.

Ao organizar os empresários rurais de complexos econômicos menos favorecidos pelas políticas públicas, a SNA se estruturou em algumas demandas e estratégias de ação a fim de conferir maior capacidade de organização e poder político aos grupos representados. É possível perceber a atuação da instituição em cinco diretrizes: a) a diversificação produtiva; b) o associativismo; c) a criação de uma agência estatal que fosse permeável a suas demandas; d) a modernização agrícola pela difusão do ensino técnico e da mecanização; e) multiplicação da pequena propriedade como estratégia de fixação da mão de obra no campo. O substrato comum a todas essas diretrizes consistia, conforme abordamos anteriormente, na tentativa de superação do atraso do país causado pelos anos de trabalho escravo e a construção de um país assentado em sua vocação eminentemente agrícola. (MENDONÇA, 1997).

Uma das estratégias de atuação da SNA foi a organização de congressos e exposições que manifestassem publicamente os ideais defendidos, de modo que a instituição passou a se afirmar como um grupo de pressão e de formação de

²³ Luiz Bartolomeu de Souza e Silva (1864-1932), natural de Rio Preto, Minas Gerais, foi um jornalista e político paranaense. Fundou junto a Antônio Azeredo a revista *Ilustração Brasileira*, cuja primeira edição foi publicada no dia 1º de junho de 1909 e circulou, de forma ininterrupta, até o ano de 1958. Foi proprietário e diretor da revista *O Malho*, que circulou de 1902 a 1954 e ficou famosa por suas charges que ironizavam a política nacional. Após a Proclamação da República, foi secretário do Governo do Paraná. Em 1913 foi eleito deputado federal pelo Paraná, permanecendo no cargo por quatro legislaturas. In: ABRANCHES, Dunshee De. Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-presidentes da República, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional – 1889 a 1917. São Paulo, v. 2, 1918, p. 419-420.

opiniões no bojo da classe proprietária. Verifica-se que a necessidade de recriação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), extinto no ano de 1892 em decorrência da descentralização republicana, foi amplamente discutida na ocasião do Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, no ano de 1901. (MENDONÇA, 1997).

Podemos destacar a participação de diversas personalidades paranaenses no Terceiro Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária, realizado no Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1922, como evento comemorativo do Centenário da Independência. Dentre as personalidades que representaram o Paraná no Congresso, podemos destacar: Romário Martins, Affonso Camargo, Luiz Bartolomeu de Souza e Silva, David Carneiro, entre outros que também estiveram envolvidos com a fundação e desenvolvimento das atividades da Escola Agrônômica do Paraná.

Observa-se, durante as três primeiras décadas do século XX, um poder de pressão de diversas associações agrícolas estaduais, todas orquestradas pela SNA. A atuação dessas instituições foi responsável pela campanha de estruturação, dentro do aparelho do Estado, de um órgão especializado com o qual pudessem relacionar-se e que representasse os interesses das diferentes frações da classe dominante rural.

Desse modo, concomitantemente à reivindicação de uma maior participação do poder público na resolução dos problemas agrários, alguns associados da SNA, que possuíam mandatos políticos, exerceram sua influência na proposição do Projeto de Lei que viria a criar o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Tal projeto, gestado dentro da SNA, chegou ao congresso por intermédio dos deputados-usineiros Ignácio Tosta (BA) e Christiano Cruz (MA), no ano de 1902, sendo aprovado e sancionado pelo Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. (OTRANTO, 2005).

Mendonça (1997) enfatiza o fato de que todos os onze titulares do Ministério, ao longo do período de 1906 a 1930, pertenciam aos quadros da SNA, sendo que os três últimos ministros também haviam sido presidentes da agremiação. Assim, diante da capacidade de mobilização da SNA, o Ministério

tenderia a constituir-se como uma instância receptora e articuladora dos interesses dos grupos agrários do país.

Como a SNA representava os interesses agrários de diversos Estados brasileiros, o discurso predominante aderido pelo MAIC dizia respeito à diversificação agrícola, bem como à modernização das técnicas de produção, a fim de evitar que o café continuasse sendo a única opção de exportação, deixando o Brasil a mercê das flutuações de preço internacionais. A SNA também apresentava como projeto de modernização agrícola a racionalização da agricultura por meio da expansão do ensino agrícola. Mendonça (1997) afirma que a SNA tinha uma visão tutelar sobre os trabalhadores rurais. A missão da instituição seria a de elevar a “moral das massas rurais inertes” e integrá-los à sociedade. Assim, a proposta de uma educação voltada para o campo constituía-se em uma “missão de levar as luzes ao campo”.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, possuía a competência, desde a sua criação – Decreto 1.606, de 29 de dezembro de 1906 – de regular o ensino profissional no Brasil. Entre as atividades desse ministério devem ser ressaltadas as que se iniciam com a contratação de João Luderitz, em 1920, feita com o objetivo de efetuar a desejada remodelação do ensino profissional; forma-se assim a Comissão Luderitz, mais conhecida com a denominação de Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico. (NAGLE, 2009, p. 181).

É preciso notar que, no período republicano, até a criação do Serviço de Remodelação, o ensino técnico-profissional manteve as mesmas características que o estruturavam durante o período imperial. Como antes, o ensino técnico-profissional era organizado com o objetivo expresso de atender às classes populares, às classes pobres, aos meninos desvalidos, órfãos, abandonados e desfavorecidos. Figurava, portanto, menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial aos “necessitados da misericórdia pública”. Seu objetivo inequívoco era o da regeneração pelo trabalho. (NAGLE, 2009).

Jorge Nagle (2009) afirma que tanto as atividades do Governo Federal, como o ensino agrônomo foram simples desdobramentos das bases assentadas no Decreto nº 8.319, publicado em 20 de outubro de 1910. Tal Decreto revela a

elaboração da mais “sistemática, diversificada, e aparatosa legislação escolar”, durante todo o período da Primeira República. Com efeito, por meio do Decreto 8.319, de 20 de outubro de 1910, assinado pelo Presidente da República, Nilo Peçanha, foi traçando as regras do ensino agrônômico em todo o país, instituindo-o no interior do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, que tinha como titular o Ministro Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda. (NAGLE, 2009, p. 200).

Tratava-se de um decreto bastante ambicioso, não apenas devido ao seu tamanho – 591 artigos – mas pelas pretensões expressas no mesmo, relacionadas ao rumo que deveria tomar o ensino agrônômico brasileiro, visto como um dos fatores do desenvolvimento nacional. Entretanto, eram muitos os empecilhos para a sua operacionalização, principalmente pelo fato de que tais diretrizes foram elaboradas a partir de estudos realizados exclusivamente em países estrangeiros como os Estados Unidos, além do desconhecimento do meio físico e da produção agrária brasileira pela escassez de pesquisas relacionadas. (OTRANTO, 2005).

Tal legislação instituiu o ensino agrônômico, tendo por fim a instrução técnica e profissional relativa à agricultura e às indústrias correlativas, compreendendo o ensino agrícola, de medicina veterinária, de zootecnia e de indústrias rurais. Apresentava também as seguintes divisões de ensino agrícola, que variam desde o ensino primário agrícola até o ensino superior:

- a) o ensino superior;
- b) ensino médio ou teórico-prático;
- c) ensino prático;
- d) aprendizados agrícolas;
- e) ensino primário agrícola;
- f) escolas especiais de agricultura;
- g) escolas domésticas agrícolas;
- h) cursos ambulantes;
- i) cursos conexos com o ensino agrícola;

j) consultas agrícolas;

k) conferências agrícolas. (BRASIL, Decreto nº 8.319, 1910).

Além disso, constava que o ensino devia ser ministrado em estabelecimentos adaptados aos fins a que se destinavam, possuindo os seguintes serviços e instalações complementares: campos de experiência e demonstração, fazendas experimentais, estação de ensaios de máquinas agrícolas, postos zootécnicos e meteorológicos. Em relação ao Ensino Superior Agrícola²⁵, o documento menciona que o mesmo visava a formação de Engenheiros Agrônomos e de Médicos Veterinários, além de regular a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), fundada no Distrito Federal, Rio de Janeiro. Assim, além de criar a Escola como a primeira representante federal do ensino superior agrícola, o referido decreto estabeleceu as regras para o seu funcionamento.

O ensino ministrado no curso de Engenheiros Agrônomos tinha por fim a promoção do desenvolvimento científico da agricultura para a preparação técnica de profissionais aptos para o alto ensino agrônomo, tanto para os cargos superiores do MAIC, como para a direção de serviços inerentes à exploração racional da grande propriedade agrícola e das indústrias rurais. Já o ensino ministrado para a formação de Médicos Veterinários seria destinado a constituir profissionais para o exercício da medicina veterinária e do magistério nos cursos da referida especialidade.

O Decreto também dispunha acerca do método de ensino e dos exercícios e exames dos cursos de formação superior de Agronomia e Medicina Veterinária. Assim, a respeito do ensino teórico, este deveria ser ministrado de modo intuitivo, complementado por excursões, trabalhos práticos nos laboratórios e instalações correspondentes a cada um dos cursos. O ensino prático era amplamente valorizado no documento, possuindo esse o “objetivo de estimular e desenvolver

²⁵ A trajetória do ensino agrônomo no Brasil costuma ser subdividida em três “fases” distintas: a de implantação (1875-1909), a de regulamentação (1910-20) e a de consolidação (de 1920 em diante), cada uma delas marcada por um traço específico. Enquanto na primeira destacou-se a tentativa de definir diretrizes via privilégio da iniciativa pública, a segunda foi marcada pelo esforço do governo federal em tipificar esse ensino através do estabelecimento de uma escola-padrão a qual todas deveriam adequar-se. Já na última fase, o cerne foi a padronização curricular de todas as escolas do país, a cargo do MAIC, buscando diminuir as disparidades vigentes junto às instituições privadas. (MENDONÇA, 2010, p. 127).

o espírito de iniciativa e observação dos alunos, instruindo-os no manejo dos instrumentos e máquinas e ensinando-lhes os melhores métodos experimentais.” (BRASIL, Decreto nº 8.319, 20 de outubro de 1910).

A valorização do ensino prático delimitava a necessidade dos campos de experimentação e de demonstração, que deveriam ser criados nas escolas de ensino médio e superior agrícolas. Tais espaços serviam para ensaios e estudos e deveriam ser dirigidos por engenheiros-agrônomos ou agrônomos, tendo ao seu dispor o laboratório de química agrícola e vegetal. As pesquisas desenvolvidas nos campos de experimentação somente poderiam ser vulgarizadas quando pudessem servir de ensinamento aos agricultores locais. Tais espaços deveriam privilegiar a pesquisa voltada para as necessidades dos agricultores da região. Outro elemento acessório ao ensino agrícola eram as fazendas experimentais que eram destinadas ao ensino prático da agricultura, em diferentes ramos, por meio de demonstrações e culturas sistemáticas de plantas úteis, contando com o auxílio de práticas da zootecnia e das indústrias rurais.

Dentre as instalações previstas para o funcionamento da ESAMV constavam: gabinetes de física, com instrumentos simples apropriados ao ensino elementar; gabinete de História Natural, com espécimes de plantas úteis e prejudiciais à agricultura, animais, rochas, terras de cultura próximas à região; laboratório de química geral aplicada, contendo os aparelhos mais simples para o estudo dos princípios da Química, análises de terras, de adubos, corretivos, etc.; galeria de máquinas, instrumentos e utensílios agrícolas e de indústria rural; posto meteorológico; museu agrícola florestal; biblioteca agrícola; oficina para o ensino profissional elementar. (BRASIL, Decreto nº 8.319, 1910).

Graciela de Souza Oliver (2009), afirma que a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAVM) foi realizada aos moldes do Instituto Nacional de Paris. Assim, a ESAVM foi constituída como uma instituição que não apenas visava a formação superior, mas também possuía a pretensão de se estabelecer como um centro de excelência científica, ou aos “altos estudos científicos”, conforme se referiam na época. (OLIVER, 2009, p. 73).

A estrutura curricular dos cursos de Engenharia Agrônômica e Medicina Veterinária da ESAMV era composta de um curso fundamental com duração de

um ano, seguido de três anos do curso especial. Os alunos que tivessem interesse ainda poderiam realizar mais um ano de especialização que poderia ser realizada nas seguintes áreas:

- a) Botânica Geral, Zoologia Geral e Entomologia Agrícola;
- b) Física Experimental, Meteorologia, Climatologia, Química Geral, Mineralogia e Tecnologia Industrial Agrícola;
- c) Agricultura Geral, Culturas Industriais, Silvicultura, Agricultura Especial, Horticultura, Fruticultura, Viticultura, Economia Rural; e
- d) Mecânica Agrícola, Construções Rurais e Hidráulica Agrícola.

A proposta previa que os alunos que obtivessem as melhores aprovações durante o curso fossem contemplados com um auxílio mensal durante o ano de especialização. Além disso, estabelecia que os alunos que concluíssem a especialização teriam preferência na ordem de merecimento para os cargos técnicos superiores do MAIC.

Embora já houvesse, naquele momento, outras instituições agrícolas de prestígio, tal como a Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz (ESALQ), é importante salientarmos que essa última, por ser de iniciativa do governo estadual de São Paulo, não correspondia aos parâmetros estabelecidos pelo MAIC e, por consequência, pela SNA. Verifica-se, portanto, uma série de disputas em torno das instituições de ensino agrícola naquele período, já que o MAIC pretendia que todas as escolas do país tivessem como referência a ESAMV.

Ocorreram diversos impasses, no período de 1916 a 1922, para o reconhecimento federal das escolas agrônômicas dos estados, dentre os quais: a Escola de Agricultura e Veterinária de São Bento (PE), a Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas (RS), a Escola Agrícola de Lavras (MG) e a Escola Mineira de Agricultura e Veterinária de Belo Horizonte (MG), a Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz (ESALQ-SP). A própria Escola Agrônômica do Paraná só passou a ter reconhecimento federal no ano de 1922. Tais impasses foram suscitados porque o MAIC somente prestava o reconhecimento e disponibilizava subvenções federais às escolas agrícolas que se adequassem aos seus planos de estudos, principalmente a partir da inclusão das disciplinas ensinadas pela ESAMV. Em

face do aumento do prestígio da ESAMV na década de 1920 e dos privilégios dos egressos em cargos técnicos e políticos governamentais, o reconhecimento federal das demais escolas era imprescindível.

O reconhecimento das Escolas de Agronomia e Veterinária dos diversos Estados também era necessário pelo caráter de fomento financeiro, na medida em que as escolas reconhecidas recebiam subvenção federal para o seu funcionamento. Conforme podemos perceber na **Tabela 1**, cujo conteúdo se refere ao funcionamento dos cursos de Agronomia e Veterinária no país, constatamos que no período de 1887 até 1936, o total de 10 (dez) instituições de ensino superior subsistiram e posteriormente foram incorporadas à estrutura administrativa de Universidades.

TABELA 1 – Iniciativas e Funcionamento dos Cursos de Agronomia no período de 1887 a 1936 - Brasil

	ANO	NOME DE ORIGEM DA INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÃO ATUAL	CIDADE / ESTADO
1	1887	Imperial Escola Agrícola da Bahia - IEAB	UFBA	Cruz das Almas - BA
2	1891	Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas - EAVP	UFPEL	Pelotas - RS
3	1901	Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz - ESALQ	USP	Piracicaba - SP
4	1908	Escola Agrícola de Lavras - ESAL	UFLA	Lavras - MG
5	1910	Instituto de Agronomia e Veterinária - IAV	UFRGS	Porto Alegre - RS
6	1913	Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária - ESAMV	UFRRJ	Rio de Janeiro - RJ
7	1914	Escola de Agricultura e Veterinária de São Bento - EAVSB	UFRPE	Recife - PE
8	1918	Escola Agrônômica do Paraná - EAP	UFPR	Curitiba - PR
9	1918	Escola de Agronomia do Ceará - EAC	UFCE	Fortaleza - CE
10	1928	Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV	UFV	Viçosa - MG

Fonte: Adaptado de “Arquivo morto do Ministério da Educação”, 1988. **Guia das Instituições de ensino superior de ciências agrárias: graduação e pós-graduação.** 4^a.ed. Brasília: ABEAS, 1989 (CAPDEVILLE, 1991, p. 163-164).

Na **Tabela 2**, listamos as demais tentativas de criação de Escolas superiores de Agronomia e/ou Medicina Veterinária que não obtiveram êxito em sua manutenção. Ao todo, foram 28 (vinte e oito) tentativas de consolidação de projetos de educação superior agronômica, dos quais apenas 10 (dez) instituições permaneceram.

TABELA 2 – Instituições de Ensino Superior de Agronomia extintas - 1887 a 1936 - Brasil

	ANO	INSTITUIÇÃO SUPERIOR	CIDADE / ESTADO
1	1891	Extinto	Taquary - RS
2	1897	Extinto	Porto Alegre - RS
3	1898	Extinto	São Paulo
4	1899	Extinto	Rio de Janeiro
5	1911	Extinto	Salvador - BA
6	1911	Extinto	Jaboatão - PE
7	1912	Extinto	Manaus - AM
8	1912	Extinto	Pinheiros - RJ
9	1914	Extinto	Belo Horizonte - MG
10	1915	Extinto	Curitiba - Paraná²⁶
11	1915	Extinto	Cachoeira do Campo - MG
12	1918	Extinto	Passa Quatro - MG
13	1918	Extinto	Belém - PA
14	1921	Extinto	Recife - PE
15	1930	Extinto	Barreiros - PE
16	1932	Extinto	São Luiz - MA
17	1935	Extinto	Niterói - RJ
18	1936	Extinto	Campos - RJ

Fonte: Adaptado de “Arquivo morto do Ministério da Educação”, 1988. **Guia das Instituições de ensino superior de ciências agrárias: graduação e pós-graduação.** 4^a.ed. Brasília: ABEAS, 1989 (CAPDEVILLE, 1991, p. 163-164).

²⁶ Refere-se ao curso de Agronomia da Universidade do Paraná, na qual entrou em funcionamento no ano de 1915, porém somente formou uma turma de Agronomia, sendo posteriormente cancelado.

Molina (2011) entende que o motivo das falências das Instituições de Ensino voltadas à Agronomia e Veterinária era devido aos aspectos materiais da época. Assim, a dinâmica da agricultura nacional na transição de uma sociedade predominantemente agrária ainda criava resistência ao investimento em educação agrícola defendido pelos setores agrários não hegemônicos, que se sustentava a partir de concepções como o latifúndio, a monocultura de exportação, a exploração dos trabalhadores (escravizados, ex-escravizados e imigrantes pobres) e no descaso pelo manejo e conservação do solo. Tais características materiais refletiram a pouca exigência com a diversificação e no pouco interesse com a pesquisa científica agrônoma e quase nenhuma escolarização da força de trabalho, já que todo este sistema produtivo da época garantia uma grande soma de lucros aos fazendeiros (CAPDEVILLE, 1991).

Guy Capdeville (1991) argumenta que as constantes iniciativas de criação dos primeiros cursos agrícolas de nível superior no Brasil foram atos isolados, esparsos e distanciados um dos outros (conforme podemos perceber na Tabela 1). Além disso, constata que a metade dos cursos de agronomia acabou sendo extinta e o número de profissionais por eles formados foi muito pequeno. Por tal análise, o autor argumenta acerca do “espontaneísmo” na constituição do currículo desses estabelecimentos, sendo alguns estimulados pela aplicação de modelos estrangeiros ou mesmo pela tentativa de encontrar alternativas às necessidades sentidas pela agricultura de sua região.

Além das diretrizes acerca da organização e estrutura do estabelecimento de Ensino Agrícola modelo, a ESAMV, o Decreto nº 8.319, de 20 de outubro 1910, também apresentava outros modelos de ensino agrícola a fim de atender a demanda por capacitação dos trabalhadores rurais que lidariam diretamente com a produção. Assim, a implantação de cursos ambulantes, em que não eram os professores que se deslocavam de um lugar para outro, mas a escola como um todo que se transportava para determinados centros urbanos, também era indicada como alternativa de capacitação dos trabalhadores.

No ano de 1913 havia dezenove sedes que ministravam os cursos, tendo cada uma a sua especialidade. Em Curitiba, eram ministrados os cursos de viticultura (cultura das vinhas), vinicultura (fabricação do vinho) e pomicultura

(cultura de árvores frutíferas), sob a condução de Alberto Falciola. Entretanto, tais cursos não tiveram grande duração, de modo que a partir de 1915 já não se encontram referências sobre a realização dos cursos nos relatórios do MAIC.

Outra iniciativa empreendida pelo MAIC que viria a complementar o projeto de modernização do setor agrícola por intermédio do ensino e formação de mão de obra se desenvolveu por meio de duas instituições criadas para os outros níveis formativos do ensino agrônômico: os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas. Tais instituições eram responsáveis pela formação de trabalhadores “aptos ao manejo de máquina e técnicas modernas de cultivo, ensinando-lhes, sobretudo, seu valor econômico”. (MENDONÇA, 2007, p. 247).

Os Cursos Ambulantes, Aprendizados Agrícolas e Patronatos Agrícolas serviam como formação dos trabalhadores rurais e voltavam-se predominantemente ao nível elementar ou primário, raramente ao nível secundário, a fim de garantir o emprego das modernas técnicas de manejo, a inserção do trabalhador no campo, além de agregar uma função disciplinadora “de modo a evitar que fossem seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica”. Constituíram-se como instituições correccionais na medida em que suas oficinas e trabalhos práticos funcionaram como “remédio adequado para combater aqueles desvios, caso a criança e os jovens já tivessem sido vítimas das influências nefastas das ruas” (CUNHA, 2000, p. 24).

Os Aprendizados Agrícolas foram criados na mesma época das Escolas de Aprendizes e Artífices, estando ambas ligadas ao MAIC. No entanto, enquanto os primeiros buscavam formar o trabalhador agrícola; as segundas almejaram a formação do trabalhador urbano. Os Aprendizados também foram criados a partir do Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que deu origem ao ensino agrônômico e aprovou o seu regulamento. Tais instituições, a princípio, foram fundadas em três cidades: o de Barbacena, em Minas Gerais; São Luís das Missões, no Rio Grande do Sul, e São Simão, em São Paulo. (NERY, 2010).

De 1910 a 1934 o número de Aprendizados Agrícolas criados variou entre três a oito, perdendo espaço para outro modelo de instituição que também ofertava o ensino agrícola primário, o Patronato Agrícola, o qual, além da

formação de mão de obra agrícola, funcionava como uma instituição “regeneradora da infância desvalida”. Entretanto, a partir da reforma ocorrida em 1934, os Aprendizados tornaram-se o único modelo de ensino agrícola primário a ser adotado pelo Ministério da Agricultura, passando os Patronatos para a alçada do Ministério da Justiça. (NERY, 2010).

Mendonça (2007) afirma que os Aprendizados Agrícolas compreendiam um curso elementar com dois anos de duração, visando fornecer a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas. Além disso, mantinham um curso primário, destinado a aprimorar a “qualidade técnica” de seu público-alvo: jovens entre 14 e 18 anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores.

Os Aprendizados Agrícolas funcionavam sob o regime de internato e contavam com instalações semelhantes às existentes numa grande propriedade agrícola, que dariam suporte a um ensino prático e de formação para o trabalho. No período de 1911 a 1930, o MAIC manteve de 5 a 8 aprendizados espalhados por distintas regiões do país, matriculando anualmente de 150 e 250 jovens. A maior incidência verificou-se nas regiões açucareiras e cotonicultoras²⁷ do Norte e do Nordeste. (NERY, 2010).

Embora os Aprendizados Agrícolas tenham sido implementados em reduzido número, Mendonça (2007) salienta que a importância dos mesmos residiu na difusão dos princípios do Ensino Agrícola como instrumentos de poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, já que buscava apresentar ao trabalhador rural os saberes presididos pela noção de “progresso”, de modo a demarcar clara oposição entre uma agricultura considerada “moderna” e a anterior, considerada “arcaica”.

Os Patronatos Agrícolas, por seu turno, surgiram a partir do Decreto nº 12.893, de 28 de Fevereiro de 1918, a fim de garantir a assistência aos menores desvalidos e a habilitação de trabalhadores instruídos nos processos práticos de uma propriedade rural. Segundo o Regulamento expedido pelo Decreto 13.706, de 25 de Julho de 1919, os Patronatos Agrícolas se destinam às “classes pobres

²⁷ Referente à cultura do algodão.

e visam à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos, e daqueles que, por insuficiência de capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio”. (BRASIL, Decreto 13.706, 1919). Ou seja, em seu conjunto constituía um instituto de assistência, proteção e tutela moral aos menores, recorrendo para esse efeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporá-los no meio rural. (NAGLE, 2009).

Assim, os Patronatos Agrícolas surgiram com um duplo direcionamento: regenerar a infância desvalida e divulgar as modernas técnicas agrícolas. O primeiro intuito visava a incutir nos menores hábitos e costumes que lhes possibilitassem seguir as regras instituídas socialmente; isto é, servia para não deixar que os menores viessem a tornar-se um problema maior no futuro; era uma “profilaxia social”. O segundo encaminhamento vislumbrava passar aos menores o gosto pela vida no campo, a importância do trabalho agrícola e, também, passar-lhes um conhecimento técnico-agrícola de modo a propiciar o desenvolvimento agropecuário da região em que eles viessem a atuar profissionalmente.

Cumprе salientar que concomitantemente ao aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário, a regeneração dos “menores desvalidos” teria por arcabouço um rigoroso código disciplinar. Além disso, podemos perceber claramente o propósito de restabelecimento do equilíbrio na dinâmica populacional das cidades e dos campos, assim como na solução dos problemas sociais emergentes nas áreas urbanas. Os patronatos agrícolas foram investimentos voltados para a formação de trabalhadores a partir das concepções fundadas nos conhecimentos científicos, objetivando uma agricultura racionalizada, além de servirem como meio de intervenção sobre os setores pobres da população, concorrendo para a modernização social e cultural (OLIVEIRA, 2003).

Assim, a criação dos Patronatos Agrícolas também foi marcada pela proposta de “sanear” o meio rural e urbano, conforme consta no Decreto nº 12.893, de 1918:

Considerando que o ensino profissional tornará cada vez mais frutuosa a produção agropecuária, ao mesmo passo que concorrerá para restabelecer o equilíbrio entre a população das cidades e a população dos campos, necessário pela fascinação que as grandes capitais exercem no espírito da mocidade desaparelhada para o exercício de qualquer emprego ou atividade honesta;

Considerando, mais, que é dever do Governo contribuir para aumentar a população rural e formar o verdadeiro agricultor brasileiro, aproveitando e treinando como fator de riqueza para o elemento nacional [...]. (BRASIL. Decreto nº 12.893 de 1918).

Os Patronatos Agrícolas ofereciam simultaneamente cursos primários para os menores analfabetos ou de instrução primária deficiente, assim como oficinas para o ensino profissional elementar, a fim de fornecer as habilidades manuais nos ofícios que mais se relacionassem às necessidades do cultivo do solo. Além disso, os Patronatos Agrícolas deveriam incumbir-se da educação moral e física dos alunos, com a higiene individual, além do ensino da música e do desenho. Quanto ao trabalho agrícola, as instituições determinavam o trabalho dos menores nos campos de cultivo, jardins e instalações do estabelecimento.

A educação oferecida pelos Patronatos Agrícolas deveria ter sua maior carga horária destinada às atividades práticas, mediadas pela experimentação. Este direcionamento do ensino nessas instituições guardava uma estreita relação com os pressupostos divulgados pelos reformistas educacionais que atuaram em diversos estados brasileiros ao longo da década de 1920, e que estavam fortemente ancorados nos ideais da Pedagogia Moderna. Para esses intelectuais, metas como a promoção da autodisciplina e a educação pelo trabalho, presentes nos Patronatos Agrícolas, eram de grande importância para o desenvolvimento da nação. (NERY, 2010).

Milton Ramon de Oliveira (2003) afirma que a proposta de criação dos patronatos agrícolas foi implementada a partir do ano 1918, sendo inauguradas as cinco primeiras unidades, sendo três em Minas Gerais e duas em São Paulo. Já no ano de 1919 o autor lista a criação de mais duas unidades do Patronato Agrícola, uma no Rio Grande do Sul e outra também localizada em Minas Gerais. Os dados levantados pelo autor não inserem a criação do Patronato Agrícola do Paraná no ano de 1920, mencionando somente a criação de outro Patronato no Interior de Minas Gerais, pois o PAP não foi de iniciativa direta do MAIC, mas do próprio Governo do Paraná.

Conforme observamos anteriormente, durante as primeiras décadas do século XX, diversas instituições de nível superior, médio e profissionalizante passaram a se incumbir da tarefa de formar mão de obra especializada para o trabalho no campo. Entretanto, os projetos de modernização agrícola por meio do ensino foram empreendidos paralelamente, de modo a configurar a formação de trabalhadores rurais de diferentes níveis sociais e técnicos. Desse modo, a necessidade de se educar moralmente as “massas rurais inertes” servia, em suma, de pretexto a um projeto de ensino agrícola destinado a legitimar a atuação de uma nova categoria profissional em construção no período: a do agrônomo.

O que se buscava era constituir a diversificação dos canais de formação dos segmentos dominantes, embora dentro de tal proposta houvesse um lugar claramente delimitado, social e simbolicamente, para a massa da população rural: o de mão de obra, potencialmente adestrável, do ponto de vista técnico, e temporariamente imobilizada no campo, por intermédio de instituições especiais de ensino, englobadas dentro de um projeto tripartite, composto por:

Um curso de lavrador, um curso de administrador agrícola, e um curso de agricultor. O curso de lavrador prepara o pequeno proprietário, o hortelão, o trabalhador rural, etc. O curso de administrador prepara o agricultor de recursos médios e ao mesmo tempo o escrivão das propriedades rurais. O curso de agricultor, que também poderá ser chamado de engenheiro agrícola, prepara o agricultor de maiores recursos. (MARTINS, 1908, p. 12).

Desse modo, é perceptível que o caráter hierárquico tripartite foi a tônica do ensino profissional em geral, destinado a reproduzir a fragmentação entre trabalhadores rurais, técnicos e os detentores das ciências agrícolas. Mesmo que variasse a nomenclatura em relação à formação de trabalhadores rurais, seria sobre esta tripla divisão do ensino agrônômico que se assentariam as propostas subsequentes. Tal padrão de ensino hierarquizava a atuação profissional daqueles que “trabalham”, dos que “vigiam” e dos que “dirigem” as propriedades rurais.

Mendonça (1997) salienta o fato de que a figura do agrônomo teria se tornado a pedra de toque do chamado “projeto regenerador” da agricultura brasileira na Primeira República. Para ampliar o quadro de profissionais especializados, os titulares do MAIC lançaram mão de três procedimentos: a

instalação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) em 1912, o estabelecimento do intercâmbio com universidades norte-americanas e a instituição da obrigatoriedade do diploma de agrônomo para o preenchimento dos postos centrais do órgão.

Por essa via, consubstanciava-se um corpo de agentes legitimados pela competência técnica, cuja necessidade construía-se a partir da verificação de que “os lavradores por si mesmos jamais teriam meios de por em prática os métodos que assinalam a evolução da ciência agrícola”. (MENDONÇA, 1997, p. 156). Assim, o projeto que visava, de um lado, a criação de Escolas Superiores de Ensino Agrônomo, e de outro, a criação dos Patronatos Agrícolas e Aprendizados Agrícolas, certamente correspondia à expectativa de formação de um campo específico de atuação para os agrônomos e médicos veterinários.

Mendonça (2010) salienta que o papel dos peritos em agronomia e em medicina veterinária foi relevante na conciliação de dois projetos políticos: de um lado, tais profissionais poderiam redefinir as formas de controle sobre os trabalhadores rurais, de modo a impedir a sua evasão do mercado; e por outro, seria capaz de estabelecer a identificação dos segmentos agrários regionais com os ideais de modernidade e progresso.

Berejano (1993) salienta a influência do positivismo²⁸ na constituição das ciências agrícolas, tendo direcionado as mesmas para assuntos úteis e de interesse material. Assim, o autor afirma que tais ideais também se manifestaram através do aumento numérico das escolas agrícolas, de periódicos especializados, e com a implantação de um ensino prático-experimental, relacionado às exigências regionais. Para as ciências agrícolas, a criação de novos espaços resultaria na adoção e reunião de várias outras aplicações científicas e não apenas daquelas oriundas das ciências naturais como a botânica, a zoologia e a geologia. Nesses novos espaços institucionalizados

²⁸ “O positivismo não consistiu apenas em um sistema de dogmas, mas também em valores e visões de mundo. A partir dessa ótica, pode-se argumentar que sua influência se estendeu por toda a formação cultural brasileira, na medida em que fundamentou as concepções de modernidade entre fins do século XIX e início do século XX, atuando como “suporte ideológico fundamental do projeto de construção e afirmação de uma ordem social” no Brasil. Ordem essa que se legitimava pela atuação dos portadores da ideia de progresso, com base na “racionalidade positiva do saber científico”, que defendiam um projeto de “reconstrução da nação, integrando-a pelo progresso e levando-a, regenerada, ao encontro de si mesma”. (BHERING; MAIO, 2011, p. 694).

seriam incorporadas outras disciplinas como a química orgânica e inorgânica, a química analítica, a física, a agrologia, a meteorologia, as engenharias, a horticultura, a silvicultura, a zootecnia e a medicina veterinária.

Podemos compreender que a criação de tal campo de atuação visava estabelecer a hierarquização de diferentes capitais culturais, ou mesmo saberes: de um lado, o saber teórico, a partir do ensino e pesquisa das ciências agrícolas; e de outro, um saber prático, voltado à vulgarização de técnicas agrícolas. Assim, tal intuito é apresentado no exemplar *A Lavoura*:

A agricultura não é mais um ofício para ser exercido por homens incultos, sem preparo, sem as luzes da ciência, deixando o agricultor de ser, nos tempos modernos, um simples operário rural a trabalhar para a coletividade sem certos preparativos sociais e sem o direito de influir positivamente na direção dos negócios públicos (A Lavoura, 1910, p. 15 *apud* MENDONÇA, 1997, p. 56).

Desse modo, o esforço dos agrônomos em adquirir o reconhecimento social e intelectual necessariamente estava relacionado à formação de um campo científico e profissional que corroborasse com o discurso dominante do período, a saber, um entendimento positivista da ciência. Ivan Lins (1964) afirma que o positivismo caracterizou-se como uma visão social de mundo largamente difundida entre os intelectuais do final do século XIX. Os agrônomos, como categoria profissional emergente, teriam afinado seu discurso e práticas com a ideia positivista de ciência e o ideal modernizador da sociedade.

Conclui-se, portanto, que o estabelecimento dos ideais positivistas, a hegemonia do discurso científico e a modernização agrícola legitimaram a atuação da categoria de profissionais em ascensão, os agrônomos. Nesse sentido, a criação do ensino agrícola passou a apresentar não somente uma hierarquização entre os saberes agrícolas, mas também o estabelecimento de uma desigual distribuição do capital, e conseqüentemente, de poder sobre o uso da terra.

Verifica-se, portanto, as pretensões de intervir sobre uma população considerada ignorante, ministrando-lhe conhecimentos práticos sobre a agricultura, de modo a garantir a chamada instrução elementar agrícola. Percebe-se em tal projeto modernizador o estabelecimento de uma nova ética do trabalho

regeneradora e disciplinadora. Assim, as propostas pedagógicas de regeneração da população rural, seletivas por princípio, objetivavam a expansão do ensino agrícola a partir da hierarquização do ensino.

A partir dos diferentes aspectos que caracterizaram a organização do ensino agrícola no Brasil, discutimos nos capítulos seguintes de que modo o ensino agrícola foi constituído no Paraná. Levamos em consideração a abordagem intelectual na análise dos projetos de modernização da agricultura paranaense e as repercussões na consolidação do ensino agrônômico. Assim, priorizamos a análise dos grupos intelectuais envolvidos com a defesa do ensino agrícola no Paraná e as diferentes redes e espaços de sociabilidade nos quais tais grupos transitavam.

2. SEMEAR A “TERRA DO FUTURO”: OS INTELECTUAIS E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO PARANÁ

Os povos mais civilizados, mais poderosos serão, sem dúvida aqueles que tiverem maior produção, visto que o aumento da riqueza econômica é um dos fatores primordiais do progresso e da prosperidade pública. Convencido de que somente pela lavoura e pelo maior incremento da indústria nacional é que havemos de ver aumentar a nossa riqueza pública e particular e o nosso país adquirir e manter a hegemonia que lhe compete no continente sul-americano, de há muito tenho sido um esforçado propagandista da lavoura e da indústria nacional, na órbita limitada das minhas insignificantes forças.

Victor Ferreira do Amaral²⁹

Durante todo o século XIX, a produção e beneficiamento da erva-mate e a criação de gado eram as principais atividades econômicas do Estado do Paraná³⁰. O cultivo da erva-mate, considerado o mais importante produto de exportação paranaense, era realizado no planalto curitibano e transportado para os engenhos de beneficiamento localizados nas cidades de Paranaguá, Antonina e Morretes. Gradualmente a produção agrícola do Mate passou a representar além do beneficiamento, também a industrialização do principal produto agrícola de exportação do Paraná. (WACHOWICZ, 1967).

Como consequência do progressivo desenvolvimento da atividade ervateira no Paraná e a crescente demanda pela melhoria da estrutura de transportes entre o planalto curitibano e o litoral, foram empreendidas a construção da Estrada da Graciosa e da Ferrovia Curitiba-Paranaguá, concluídas respectivamente em 1873 e 1885. (SANTOS, 2001). O estabelecimento da ferrovia e da estrada para o escoamento da produção da erva-mate foi um empreendimento modernizante, que propiciava a organização das atividades produtivas entre campo e cidade.

Posteriormente, com a estrutura de transportes estabelecida, começaram a ser implantados os primeiros engenhos de beneficiamento da erva-mate em Curitiba, transformando a estrutura socioeconômica da região, devido ao desenvolvimento progressivo das atividades urbanas e comerciais. A partir de 1820, novas tecnologias começaram a se empregadas no processamento da

²⁹ AMARAL, Victor Ferreira do. *Sessão da Câmara dos Deputados*, 18 de agosto de 1906, p. 432.

³⁰ Amélia Siegel Corrêa (2006) aponta que, no século XIX, o Paraná contava com duas elites econômicas que detinham o poder político do Estado, formando uma configuração de elites rurais dos Campos Gerais e da burguesia ervateira de Curitiba e do Litoral.

erva-mate, tais como moedores, abanadores, separadores, torradores e misturadores, que transformam a antiga produção manual da erva-mate em produção fabril. (BEGA, 2001).

Com a progressiva industrialização da erva-mate e a melhoria da qualidade do produto, cada vez mais o Paraná expandiu a conquista de novos mercados, inserindo-se definitivamente no mercado internacional, ao estabelecer relações comerciais com os grandes centros econômicos da região do Prata, em particular Buenos Aires e Montevideu. A exploração, beneficiamento e exportação da erva-mate atraiu investimentos em infraestrutura, mecanização e industrialização da produção, possibilitando assim o surgimento de novos quadros de uma elite produtora e exportadora da erva-mate. Foi a atividade ervateira que propiciou a acumulação inicial de capitais na Província do Paraná, e que por sua vez, direcionou o investimento em outras atividades econômicas auxiliares como a indústria madeireira, a metalurgia, a litografia³¹ e o comércio atacadista e varejista.

Ruy Wachowicz (1967) afirma que mesmo com o rápido crescimento da economia ervateira no Estado do Paraná, essa não foi suficiente para equipará-lo economicamente com a os demais estados do país. Além disso, com o estabelecimento de laços comerciais com a região do Prata, o Paraná se distanciou dos principais centros de decisões econômicas e políticas do Brasil. A erva-mate correspondia à uma economia periférica dentro da própria economia brasileira, razão pelo qual o governo federal nem sempre proporcionava a devida assistência para o seu desenvolvimento. Segundo o historiador paranaense Ruy Wachowicz:

O mate foi suficiente, entretanto, para retirar a então 5ª Comarca de São Paulo do marasmo em que ainda se encontrava. Conseguiu criar condições para que os curitibanos almejassem recuperar o autogoverno regional, perdido por Paranaguá em 1710. O mate desenvolveu na região os quadros de uma nova elite produtora e exportadora. Essa nova elite, entrelaçada com a elite campeira que dominava toda a região, vai se caracterizar pelo seu distanciamento dos centros de decisões econômica e política da Nação. (WACHOWICZ, 1967, p. 18).

³¹ A litografia e a indústria gráfica são alavancadas pela exportação da erva-mate, sendo fundamentais para a produção de etiquetas e embalagens que acondicionam o mate, através do desenvolvimento de técnicas de pintura e impressão produzidas normalmente nas Escolas de Artes e Ofícios.

Verifica-se que, no final do século XIX, o Paraná enfrentou uma grave crise econômica devido ao impacto de medidas econômicas da Argentina e Uruguai, que sobretaxavam o mate paranaense para protegerem suas indústrias locais. Tal crise agravou-se ainda mais com a concorrência que o Paraná enfrentava em relação aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na exportação de erva-mate para os países platinos. Apesar do Paraná ser responsável por quase metade da exportação nacional da erva mate, tal fato não evitou o problema do excesso de produção. Por isso, o produto ficou estagnado nos armazéns, o que ocasionou a baixa dos preços, de modo que a alternativa consistia na busca de novos mercados consumidores para a erva-mate e o desenvolvimento de outras culturas agrícolas.

Como os investimentos voltavam-se à monocultura do mate, houve uma baixa considerável na produção de gêneros alimentícios para consumo interno, o que ocasionou um aumento na importação dos mesmos. Desse modo, se por um lado constata-se que o desenvolvimento progressivo da produção de erva-mate ocasionou uma sofisticada divisão do trabalho que generalizava as relações capitalistas de produção, por outro lado, a produção de subsistência para o consumo local ficou cada vez mais marginalizada, sem capital e tecnologia.

Portanto, a segunda metade do século XIX foi marcada por uma série de desafios político-econômicos no Paraná: a abolição da escravidão, a responsabilidade dos paranaenses com a administração da nova província, a expansão do trabalho livre e a questão da diversificação da produção. (SANTOS, 1992). Assim, gradativamente, começou a surgir a preocupação com o estabelecimento de medidas para a modernização agrícola do Paraná, que visavam, sobretudo a diversificação da produção agropecuária. Por esse motivo, os primeiros governos provinciais do Paraná já buscavam implementar políticas que visassem a diversificação da estrutura econômica paranaense, com a introdução de um processo imigratório e colonizador que viria a superar a escassez de mão-de-obra, que cada vez mais se deslocava para outras regiões do Brasil.

Uma das soluções para tais desafios fundamentou-se no estímulo a formação de núcleos ou colônias de imigrantes, constituídos por poloneses,

ucranianos, alemães e italianos, de modo a consolidarem uma agricultura de subsistência. Assim, o Paraná experimentou um expressivo aumento populacional, causado, principalmente, pelo contingente de imigrantes estrangeiros³². Em 1853, o Paraná possuía cerca de 62 mil habitantes. (BEGA, 2001), número que aumentou consideravelmente para 249 mil habitantes em 1890 e, posteriormente, para 685 mil habitantes³³ em 1920. A inserção de imigrantes europeus no Paraná ocorreu através da constituição de pequenos núcleos rurais ao redor de Curitiba, que se dedicavam à produção agrícola, tais como cereais, hortigranjeiros e pequenas criações de gado.

Gradativamente, os imigrantes começaram a atender às demandas da produção ervateira, propiciando parte da força de trabalho necessária para a coleta realizada nos ervais, o beneficiamento da erva e a comercialização com os proprietários de engenho. Além disso, a economia de subsistência dos imigrantes era bastante variada, desenvolvendo culturas como as de uva, trigo, centeio, cevada, aveia e batata, além da criação de suínos e bovinos. Entretanto, a diversificação agrícola dos núcleos coloniais de imigrantes não foi capaz de resolver por completo o abastecimento de gêneros alimentícios básicos para a população paranaense. (MAGALHÃES FILHO, 1996).

Diante dessa situação, o Paraná buscou reforçar as políticas econômicas e sociais que visassem conciliar os interesses da economia de exportação com a produção de gêneros alimentícios indispensáveis à população paranaense. Por esse motivo, o Estado também aderiu à tendência nacional de investimento na modernização de sua agricultura, assim como na formação de mão-de-obra rural e de técnicos em agronomia.

Como reação dos proprietários rurais paranaenses à depreciação dos produtos agrícolas, em 1897, foi criada a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP), por iniciativa de Augusto Vieira Pamplona, membro do conselho superior da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e representante da

³² Segundo Bega (2001), no Paraná, os imigrantes europeus vieram atender ao duplo objetivo de ocupar os territórios vazios do Estado e produzir os produtos alimentares necessários ao abastecimento das cidades no eixo Curitiba-Litoral.

³³ Dados consultados no Banco de Dados Agregados, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 10 dez. 2014.

instituição no Estado do Paraná. Naquele momento, assumia como presidente da SEAP, o médico Victor Ferreira do Amaral³⁴; como Vice-presidente, o engenheiro Augusto Vieira Pamplona; Primeiro-secretário, Euclides Cesar Plaisant; Segundo-secretário, Evaristo Martins Franco; e Tesoureiro João Lourenço Taborda Ribas.

Mesmo com a reduzida representação paranaense na ocupação dos cargos da Sociedade Nacional de Agricultura³⁵ (SNA), evidenciamos que tal instituição forneceu o suporte político e técnico necessário para a consolidação da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP). Em 1898, Ennes de Souza, presidente da SNA demonstra apoio à SEAP e a intenção de estreitar os vínculos entre as duas sociedades agrícolas:

Ao ilustre cidadão Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Presidente da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná e demais membros da mesma sociedade.

Em resposta aos vossos bondosos ofícios de 18 de setembro e de 20 de Novembro do ano próximo passado, cumpre-me declarar-vos que a Sociedade Nacional de Agricultura recebeu com a máxima satisfação e honra a vossa resolução e de vossos dignos consórcios de haverdes tornado a Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná uma instituição filial à nossa. [...] Aproveito a ocasião para remeter-vos um emblema dedicado à vossa associação, alguns exemplares dos Estatutos da Sociedade Nacional de Agricultura e de chamar a vossa atenção para as publicações acerca da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná em nosso órgão "*A Lavoura*". (SOUZA, *A República*, 2 de fevereiro de 1898, Ano XIII, n. 26, p. 2)

Na ocasião, Victor Ferreira do Amaral recebeu um convite da Sociedade Nacional de Agricultura para escrever uma monografia sobre a erva-mate e apresentá-la no Congresso de Agricultura e Indústrias Rurais, realizado em 14 de julho de 1900, cujo título era "Estudo da cultura, colheita e preparo da erva-mate".

³⁴ Victor Ferreira do Amaral (1862-1953), filho de proprietários rurais, nasceu na cidade da Lapa, Paraná. Em 1884 defendeu tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, recebendo o diploma de doutor em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia. Foi eleito Deputado Estadual em 1892 e ajudou na elaboração a Constituição do Paraná. Victor Ferreira do Amaral e Silva também exerceu os cargos de Superintendente do Ensino Público (1893), Vice-Presidente do Estado do Paraná (1900-1904), Diretor Geral da Instrução Pública (1900), Deputado Federal (1906), entre outros. (CORRÊA LIMA, 1982).

³⁵ Na composição da Diretoria Geral da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) referente ao período de 1897 a 1930, observa-se que os cargos eram ocupados predominantemente por representantes do Rio de Janeiro. Em seguida, observamos o Rio Grande do Sul (RS), como o segundo Estado com maior representação, seguido por Minas Gerais (MG), Bahia (BA), Pernambuco (PE), São Paulo (SP), Pará (PA), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Maranhão (MA). O representante do Paraná, Júlio Lutter Bach, consta como Primeiro-Tesoureiro da SNA no ano de 1925.

Também podemos perceber os esforços empreendidos por Victor Ferreira do Amaral, enquanto presidente da SEAP, na manutenção de relações com pessoas “notáveis” por seus conhecimentos relacionados à agricultura e criação de animais. Tais esforços são manifestados nas inúmeras cartas publicadas no periódico *A República*. Na data de 16 de Janeiro de 1898, consta a publicação da troca de correspondências entre Victor Ferreira do Amaral e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá³⁶, político paranaense afastado de sua função pública cuja residência estava estabelecida em Genebra, Suíça.

Na correspondência encaminhada à Victor Ferreira do Amaral, Jesuíno Marcondes de Oliveira colocava-se à disposição da instituição para o envio de publicações referentes à pesquisa agrônômica, destacando os investimentos do governo suíço na indústria pastoril mediante a criação de escolas especiais, prêmios, concursos, feiras para manter a pureza das raças e melhorar as pastagens. Nesse aspecto, Jesuíno Marcondes destaca que caberia à SEAP fomentar a indústria pastoril, considerada estreitamente vinculada à agricultura, bem como desenvolver ações de incentivo à produção agropastoril paranaense, tal como o governo suíço.

Em outro comunicado do periódico *A República*, datado de 1898, a SEAP aparece como instituição responsável pela distribuição de sementes de cereais e forragens oriundas do Estado do Rio de Janeiro, com isenções fiscais, em virtude de legislação orçamentária em vigor. Em tal contexto, a aquisição das sementes no Estado do Rio de Janeiro foi concretizada por intermédio da SNA. Na publicação, consta que Ennes de Souza, presidente da SNA, encaminhou à SEAP uma remessa de sementes de algodão, cereais e plantas forrageiras. Além disso, a SEAP também estimulava a produção de determinadas culturas vegetais, sendo que aos produtores cuja colheita superasse determinada quantidade era-lhes

³⁶ Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903) nasceu em Palmeira, Paraná, membro de tradicional família dos Campos Gerais, seu pai era conhecido como Barão de Tibagi. Formou-se pela Faculdade de Direito de Olinda, Pernambuco. Em 1854 foi eleito Deputado Provincial do Paraná e em 1856 Deputado Geral da Província no Distrito Federal. Em 1864 assumiu o Ministério do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Também assumiu o cargo de Vice-Presidente da Província do Paraná nos anos de 1878 a 1882 e foi o último Presidente da Província do Paraná em 1889. (MAYER, 2013)

oferecido prêmio em dinheiro. Em 1902, o tesoureiro da SEAP, Brasilino Moura, publica a seguinte premiação:

De ordem do Sr. Presidente d'esta Sociedade, faço público, para conhecimento dos interessados que o orçamento em vigor consigna, nas "Disposições Permanentes", o seguinte:

Art. 17. Ao maior plantador de trigo do Estado, cuja colheita não seja inferior a 200 alqueires, será concedido um prêmio de 2:000\$000

§ 1º. Ao lavrador que colher mais de 100 alqueires será concedido um segundo prêmio de 1:000\$000

§ 2º. Ao que colher mais de 50 alqueires será concedido um terceiro prêmio de 500\$000.

§ 3º. Havendo mais de um concorrente será concedido o prêmio ao que apresentar melhor qualidade de trigo.

Art. 18. Fica criado um prêmio de 2:000\$000 para o produtor do melhor vinho nacional do Estado, a juízo de um júri competente nomeado pelo governo.

Art. 19. Fica concedida à Sociedade Jockey Club Paranaense a quantia de 8:000\$000 para se aplicada na distribuição de prêmios para cavalos de puro sangue ou mestiços que correrem no prado da Sociedade, e para animais de outras raças, bovina, suína e ovina, que concorrerem às exposições anuais estabelecidas pela referida Sociedade. (MOURA, *A REPÚBLICA*, 25 de agosto de 1902, Ano XVII, n. 190, p. 3).

No Estatuto da SEAP consta que a instituição visava a agremiação de cidadãos brasileiros e estrangeiros, que individual e/ou coletivamente, pretendessem concorrer para o desenvolvimento e animação da indústria agrícola e pastoril do Brasil, e particularmente, do Estado do Paraná. Assim, dentre os objetivos e estratégias apresentados explicitamente no Estatuto da SEAP, podemos destacar:

Art. 2º. A Sociedade tem por fim:

1º animar a lavoura, não só promovendo o seu aperfeiçoamento em relação aos produtos já cultivados e experimentados, como também em relação àqueles que podem vantajosamente ser aclimados no Paraná;

2º estimular a indústria pastoril, a fim de serem devidamente aproveitados os magníficos campos do Estado.

Art. 3º. Para atingir tais fins a Sociedade se utilizará dos seguintes meios:

1º Divulgar, por meio de publicações impressas e conferências públicas os conhecimentos práticos relativos à agricultura e criação.

2º Constituir uma biblioteca agrícola, onde se encontrem livros, revistas, catálogos, etc. para a divulgação do ensino prático e conhecimento de máquinas e instrumentos da indústria agrícola e pastoril.

3º Distribuir gratuitamente sementes com as respectivas instruções de cultivo.

4º Intervir, perante os Poderes Federal, Estaduais e Municipais no sentido de ser criadas escolas práticas e estações pecuárias e agrícolas na Capital e outros pontos do Estado.

5º Instituir, na medida de suas forças, prêmios e recompensas, exposições, concursos e comícios rurais.

6º. Entretar correspondências com os lavradores e criadores, com sociedades agrícolas nacionais e estrangeiras e com homens notáveis por seus

conhecimentos relativos aos objetivos da Sociedade. A REPÚBLICA, 07 de outubro de 1898, Ano XIII, n. 220, p. 2).

Conforme podemos observar na redação do Estatuto da SEAP, esta visava a melhoria da agricultura e pecuária do Estado, defendendo estratégias pragmáticas de estímulo, tais como a difusão de sementes aos produtores, a divulgação de conhecimentos práticos voltados à agricultura e a criação de animais, o incentivo aos produtores e criadores através de prêmios e exposições. Também é possível identificar estratégias políticas de atuação, na medida em que considerava necessária a intervenção junto aos Poderes Federal, Estaduais e Municipais para a defesa da criação de escolas práticas e estações pecuárias e agrícolas em Curitiba e em outros municípios do Estado.

Além disso, a SEAP ainda tinha como intuito estimular a criação de sindicatos agrícolas, caixas de crédito e cooperativas, de modo a facilitar aos lavradores o empréstimo de “pequenas importâncias de dinheiro e o auxílio mútuo entre eles com o fim de habilitá-los a aumentarem e melhorarem as suas lavouras”. (BOLETIM DA SEAP, fevereiro de 1918, Ano I, n. 1, p. 01).

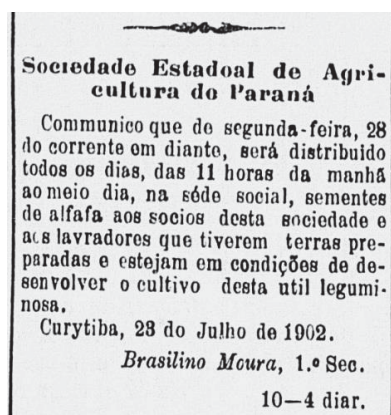


Figura 1 - Comunicado da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná sobre a distribuição de sementes de alfafa para sócios e lavradores do Paraná. Fonte: *A República*, em 29 de Julho de 1902, Ano XVII, n. 190, p. 3.

As estratégias pragmáticas de estímulo à agricultura no Paraná demonstram que a SEAP atuava no sentido de introduzir progressivamente uma agricultura “racional e moderna” no Estado do Paraná. A modernização da agricultura era proposta a partir da utilização de instrumentos e máquinas agrícolas, pelo uso de adubos químicos e pela intensificação da agricultura. Tais

métodos se opunham às práticas tradicionais dos lavradores, geralmente denominadas de práticas de “rotina” e visavam incentivar os métodos agrícolas mais recentes e modernos, praticados nos países considerados “civilizados”. Tal anseio é demonstrado na *Mensagem de Governo* dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1897, pelo então governador José Pereira Santos Andrade:

A indústria agrícola, a mais necessária para o desenvolvimento e manutenção da sociedade, acha-se ainda em nosso Estado entregue aos velhos processos da rotina. As vossas luzes e o vosso patriotismo exigem-me de entrar em largas considerações a este respeito e, chamando a vossa esclarecida atenção para este ponto, seja-me lícito lembra-vos a conveniência da criação do ensino prático das diferentes especialidades agrícolas. Muito bom serviço pode prestar ao Paraná a Sociedade de Agricultura, ultimamente criada nesta capital e que é filiada à importante Sociedade Nacional de Agricultura da Capital Federal. (PARANÁ, *Mensagem de Governo*, 1897, p. 7).

Euclides César Plaisant, primeiro-secretário da SEAP, escreve em 07 de Maio de 1898, um artigo intitulado “*A Emancipação da Indústria Agrícola*”, no qual esclarece aos proprietários rurais as pretensões da SEAP em criar uma Estação Agronômica, que comportasse um importante laboratório químico destinado a fazer as análises de terras e de manipular produtos e adubos químicos para a lavoura. Para Plaisant, a fundação de tal estabelecimento era necessária para acabar com as práticas de rotina, transformando a agricultura paranaense em racional e moderna. Por esse motivo, Euclides Plaisant convoca todos os membros da SEAP para a realização de uma Assembleia Geral, a fim de angariar apoio e investimentos para tal empreitada. Em relação às pretensões de instalação da Estação Agronômica, Plaisant argumenta que:

Este laboratório terá o caráter de repartição pública e estará a disposição dos lavradores, a fim de que estes possam a ele recorrer para consultar sobre tudo quanto se relacione com sua lavoura, isto é, regras de plantação, épocas, doenças, conveniência na mistura dos estrumes mais apropriados, modo de fazer enxertos, etc., etc.; em uma palavra, serão eles auxiliados da mesma forma que os da Europa. (PLAISANT, *A República*, 07 de maio de 1898, Ano XIII, n. 99, p. 1).

Em 19 de Dezembro de 1903, por iniciativa da SEAP, foi inaugurada em Curitiba, a Exposição Comemorativa do Cinquentenário da Província do Paraná. O objetivo desta exposição, para além da comemoração dos cinquenta anos de emancipação política do Paraná, era o de demonstrar as riquezas naturais e os produtos agrícolas e industriais do Paraná. No evento foi priorizada a divulgação

do espírito “progressista” dos paranaenses e a exibição da prosperidade e produtividade da região. Percebe-se que a organização da exposição priorizou a transmissão de valores vinculados ao progresso do Estado, de modo a demonstrar o grau de adiantamento cultural do povo paranaense e o desenvolvimento da produção agrícola e industrial do Estado. Em Mensagem do Presidente do Estado, Francisco Xavier da Silva, consta que:

A exposição que se inaugurou nesta Capital, no dia 19 de Dezembro do ano anterior, promovida pela Sociedade de Agricultura, com auxílio do Estado, e concurso dos municípios e dos industriais para solenizar o quinquagésimo aniversário de instalação da ex-Província, hoje Estado do Paraná, veio pôr em evidencia a pujança e a capacidade produtora de industrias diversas em plena atividade, a existência de riquezas naturais, cuja exploração há de concorrer imensamente para ativar o nosso desenvolvimento e progresso. (SILVA, *A República*, 02 de fevereiro de 1904, Ano XIX, n. 26, p 1).

A exposição foi instalada em espaço que corresponde atualmente à praça Eufrásio Correia, com dezesseis pavilhões onde estavam expostos os principais produtos dos municípios do Estado. Havia o Pavilhão central e vários outros que representavam os municípios de Curitiba, Antonina, Paranaguá, Castro, São José dos Pinhais. Os municípios de Ponta Grossa, Ipiranga e Imbituva compartilhavam o mesmo pavilhão, assim como o da Lapa Rio Negro, Morretes, Campo Largo e Colombo. Além disso, eram expostos produtos agrícolas e industrializados, tais como perfumaria, máquinas, erva-mate, flores, instrumentos agrícolas, além de coleções de madeiras, minerais e outros produtos naturais.

A prática de realizar exposições ou grandes mostras dos mais variados produtos e mercadorias teve início na segunda metade do século XIX, na Inglaterra. Tais exposições se constituíram em espaços organizados para exposições de produtos que mostravam o avanço da ciência, da técnica e da indústria. (CARNEIRO, 2013). Segundo Sandra Pesavento (1997) as exposições universais estavam diretamente relacionadas ao discurso positivista:

Partilhando da preocupação enciclopédica vinda do século das luzes, de tudo catalogar, classificando segundo critérios científicos, as exposições receberiam ainda os influxos de uma proposta comtiana, nascida no século XIX e que identificava a difusão dos saberes, como um dever positivista. Catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, as exposições funcionavam para seus visitantes como uma “janela para o mundo”. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo. Nelas se exibiam as mais complexas máquinas, os mais recentes inventos, classificados

cuidadosamente e organizados segundo preocupação didática e enciclopédica (PESAVENTO: 1997, p.45).



Figura 2 - Exposição do Cinquentenário do Paraná (1853-1903), realizado no dia 19 de Dezembro de 2013, no espaço descampado que corresponde à atual Praça Eufrásio Correia. Fonte: Acervo Particular de Cid Destefani.

É pertinente destacar o envolvimento direto dos membros dirigentes da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP) com o Partido Republicano Federal (PRF-PR)³⁸. Durante o início do período republicano, dois partidos polarizavam o cenário político do Estado do Paraná: O Partido Republicano Federal (PRF-PR) e a União Republicana (UR). O PRF era composto por políticos que militavam em torno do Clube Republicano de Curitiba e estavam alinhados politicamente com o governo federal. Vicente Machado³⁹ era a principal figura política do PRF-PR no Paraná, em conjunto com os membros do Diretório Central do Partido, coronéis Luís Antônio Xavier, Joaquim Monteiro de Carvalho, Theodorico dos Santos e Olegário Rodrigues de Macedo. Por outro lado, a União Republicana (URP), se apresentava como partido de oposição e era liderada por

³⁸ Amélia Siegel Corrêa (2006) aponta não ter encontrado a data formal do surgimento do Partido Republicano Federal - Paraná. A primeira publicação do periódico *A República*, órgão oficial do Partido Republicano Federal – Paraná ocorreu em 1886, período anterior à Proclamação da República. No editorial da revista publicada em 2 de janeiro de 1888 consta “Ninguém poderá negar, o Partido Republicano cresce e se alastra por todo o Brasil, de um modo assombroso. Em nossa província mesmo, onde há bem pouco tempo ser republicano era a ideia mais monstruosa e absurda que um homem podia conceber, quanto mais espalhá-la ou realizá-la, em nossa província mesmo, a ideia cresce e se alastra”. (*A REPÚBLICA*, 2 de janeiro de 1888, Ano III, n.1, p. 1).

³⁹ Vicente Machado da Silva Lima nasceu em Castro, no Paraná, em 1860. Formou-se pela Faculdade de Direito em São Paulo, foi nomeado Promotor Público de Curitiba em 1892. Com a instalação da República tornou-se chefe de Polícia e Superintendente de Ensino. Em 1893 assumiu o Governo do Estado do Paraná.

Generoso Marques dos Santos⁴⁰, juntamente com Manoel Correia de Freitas, Coronel Menezes Dória e Afonso Camargo.

Em 1892, o PRF-PR assume posição de liderança, com a eleição de Francisco Xavier da Silva para presidência e Vicente Machado para a vice-presidência do Estado do Paraná. Tal conjuntura permanece por um bom período, na medida em que o PRF-PR manteve posição hegemônica no Executivo do Paraná, através do revezamento entre Vicente Machado e Francisco Xavier da Silva na Presidência do Estado até o ano de 1907. Em tal contexto o periódico *A República – Órgão do Partido Republicano Federal*, foi o principal veículo da imprensa para divulgar os ideais do PRF-PR. (GOULART, 2004).

Entretanto, o revezamento entre os dois membros do PRF-PR somente foi alterado, a partir da realização de um arranjo partidário entre PRF-PR e URP no ano de 1907, como estratégia para combater a rivalidade existente entre os dois partidos no cenário paranaense, assim como para apaziguar as relações políticas entre os chefes políticos locais e o governo estadual. Desse modo, evidencia-se o surgimento do Partido Republicano Paranaense (PRP), fruto da coligação de interesses entre o Partido Republicano Federal e a União Republicana. Tal junção de interesses permitiu que o Partido Republicano Paranaense se estendesse no poder até a década de 1930, na medida em que garantia a distribuição de importantes cargos públicos aos seus membros, assegurando assim, sem maiores conflitos, as principais posições políticas do Estado do Paraná, ocupando importantes cargos nos Poderes Executivo e Legislativo do Paraná⁴¹. (GOULART, 2004). Desse modo:

Se observarmos a lista de nomes dos governadores, vice-governadores e senadores do Estado do Paraná, notaremos que os grupos anteriormente 'antagônicos' e 'rivais' que disputavam o executivo do Estado, antes de 1908, acabam se adequando ao novo contexto. Nomes como de Generoso Marques, Afonso Camargo, Alencar Guimarães,

⁴⁰ Generoso Marques dos Santos nasceu em Curitiba no ano de 1844. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Pertenceu ao Partido Liberal durante o período provincial e concorreu às eleições durante a Primeira República pela União Republicana, em oposição ao Partido Republicano Federal.

⁴¹ Devido à falta de oposição política organizada, o Partido Republicano permaneceu vencedor nas eleições e constituiu-se a base da política paranaense, construída a partir do sistema coronelista. Assim, através do PRP, assumiram o cargo de governadores: Xavier da Silva (1908-1912), Carlos Cavalcanti (1912-1916), Afonso Camargo (1916-1920 e 1928-1930), e Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924 e 1924-1928). (GOULART, 2004).

Carlos Cavalcanti estarão em cena no Senado ou no executivo estadual durante muito tempo. (GOULART, 2004, p.114).

Em meio à tal configuração política, caracterizada pela associação de partidos rivais, o elemento que garantia unidade ao recém-criado Partido Republicano Paranaense era a organização dos produtores e criadores rurais paranaenses na defesa de seus interesses particulares, que também eram concretizados a partir do suporte técnico da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná.

Assim, diferentes interesses políticos e econômicos confluíram em torno do Partido Republicano Paranaense, tendo em vista a aliança política entre grupos rivais. Nesse sentido, o Jornal *A República*, que estava inicialmente vinculado ao Partido Republicano Federal (PRF-PR), continuou existindo como órgão de imprensa do Partido Republicano Paranaense (PRP), tendo se constituído em principal espaço de veiculação de diferentes ideias e projetos, motivo pelo qual pode ser interpretado como um reflexo da rede de sociabilidade existente entre grupos políticos e intelectuais. (SIRINELLI, 1998; 2003).

Percebemos que o jornal *A República* foi o espaço no qual circulava a propaganda em prol da modernização agrícola do Paraná, sendo Victor Ferreira do Amaral o principal porta-voz de tal projeto devido à sua posição de destaque como Presidente da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP). Em artigo publicado no *Informador da Lavoura do Estado do Paraná*, reproduzido integralmente n' *A República*, Victor Ferreira do Amaral se dirigia “aos agricultores e a todos amigos da bela indústria que tira do cultivo da terra os elementos de sua riqueza” e argumentava:

Por que razão não se há de aprender a ser lavrador, estudando sob bases científicas os segredos dessa importantíssima arte, do mesmo modo que estudam-se outras artes, que se traduzem por várias profissões? Para ser lavrador não basta saber-se maquinalmente limpar a terra da vegetação agreste e plantar a semente. Há uma infinidade de noções mais que o lavrador inteligente e bem orientado deve saber, para melhor aproveitar seu tempo, utilizar-se mais proficuamente de seu trabalho e usufruir de sua terra tudo o que ela é capaz de lhe dar. (AMARAL, *A República*, 8 de fevereiro de 1901, Ano XVI, n. 33, p. 2).

Tal discurso demonstra os anseios de Victor Ferreira do Amaral em relação à modernização da agricultura do Paraná, defendendo a necessidade de os lavradores instruírem-se a partir de noções científicas para otimizar a produção

agrícola. Percebe-se que o intelectual começa a gestar algumas ideias relacionadas à criação de instituições de ensino e pesquisa agrícolas que possuísem como objetivo atender as necessidades práticas dos agricultores.

Um exemplo foi a tentativa de Victor Ferreira do Amaral, enquanto presidente da SEAP, de estabelecer em 1901 a criação de um campo de experiência e demonstração⁴², que poderia ser aproveitado para a instalação de uma escola de agronomia. Mesmo que tal iniciativa não tenha sido consolidada, percebe-se a sua articulação em prol do ensino agrícola no Paraná:

Para atingir o fim que colimamos, desde já estamos tratando de arrendar uma importante propriedade rural nas circunvizinhanças desta capital, para estabelecer um campo de experiência e demonstração, onde poderão os agricultores paranaenses, mesmo iletrados, adquirir praticamente as mais necessárias noções para fazerem uma cultura racional. (AMARAL, *A República*, 8 de fevereiro de 1901, Ano XVI, n. 33, p. 2).

No ano de 1903, Victor Ferreira do Amaral, quando ocupava o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, buscou chamar a atenção das autoridades para a criação de um curso agrônomo e zootécnico no Paraná, voltado para a formação das “classes menos favorecidas”. Em Relatório apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, Victor Ferreira do Amaral sustenta que:

Podia-se iniciar desse já, com pouco dispêndio, um modesto curso de agronomia e zootecnia, de tantos e tão prometedores resultados para o desenvolvimento de nosso Estado. É tempo de formarmos agricultores competentes que abandonem funestas rotinas, para enveredarem pela cultura inteligente, racional e intensiva, única que nos pode pôr em confronto com os grandes países produtores do globo. (AMARAL, *Relatório da Direção Geral da Instrução Pública*, 31 de dezembro de 1903).

Posteriormente, quando ocupava o cargo de deputado federal, Victor Ferreira do Amaral retoma seus interesses na difusão das técnicas agrícolas através da apresentação do Projeto de Lei nº. 145, em 1906, que visava a subvenção federal de institutos agrônômicos estaduais, onde fossem realizados os estudos teóricos e práticos da agricultura e indústria pecuária. No projeto, o autor tentava chamar a atenção da Câmara de Deputados para o

⁴² É provável que a proposta de criação do presidente da SEAP, Victor Ferreira do Amaral, tenha sido inspirada pela iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) de transformar a fazenda de Santa Mônica, no Estado do Rio de Janeiro, em campo de experiência e demonstração, em 1900.

desenvolvimento da lavoura nacional ao argumentar que o aumento da produção agrícola correspondia ao principal interesse das “mais adiantadas nações e povos mais civilizados”. Defendia que:

Os povos mais civilizados, mais poderosos serão, sem dúvida aqueles que tiverem maior produção, visto que o aumento da riqueza econômica é um dos fatores primordiais do progresso e da prosperidade pública. Convencido de que somente pela lavoura e pelo maior incremento da indústria nacional é que havemos de ver aumentar a nossa riqueza pública e particular e o nosso país adquirir e manter a hegemonia que lhe compete no continente sul-americano, de há muito tenho sido um esforçado propagandista da lavoura e da indústria nacional, na órbita limitada das minhas insignificantes forças. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 18 de agosto de 1906, p. 432).

Victor Ferreira do Amaral declarava em seu discurso que desde que ingressara na Câmara dos Deputados buscava associar-se aos deputados federais Ignácio Tosta e Christiano Cruz⁴³, membros da SNA, para a defesa da modernização da agricultura. Ao anunciar a sua colaboração com os deputados federais, o intelectual demonstrava estar diretamente alinhado ao grupo de parlamentares que fazia frente aos ideais e projetos da SNA, defendendo medidas de modernização agrícola e apontando a necessidade de instituir escolas de agronomia pelo país. Nesse sentido, o deputado denunciava a negligência em relação ao ensino agrícola, sustentando que:

Em vez de abrirem escolas, onde se possa estudar agronomia e a prática da agricultura e das máquinas agrícolas, desses aparelhos e instrumentos da mecânica agrícola, que tantos prodígios tem feito nos Estados Unidos, na República Argentina e em tantos outros países, nós nos preocupamos, em geral, de fazer os nossos filhos seguirem as carreiras literárias, de adquirirem diplomas em faculdades de letras, desprezando por completo a lavoura, quando já foi dito por um grande escritor que a agricultura é a mais nobre das indústrias⁴⁴. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 18 de agosto de 1906, p. 432).

Após criticar os escassos empreendimentos acerca do projeto de modernização agrícola no país, Victor Ferreira do Amaral defendia algumas das

⁴³ Conforme abordamos anteriormente, Ignácio Tosta (BA) e Christiano Cruz (MA) eram membros da SNA e deputados federais envolvidos com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

⁴⁴ Provavelmente, Victor do Amaral esteja se referindo a Léonce de Lavergne, economista e professor de Economia Rural do Instituto Agrônomo de Versalhes. Para Lavergne: “Em todos os tempos a agricultura foi considerada a primeira e a mais importante indústria nacional, a origem das maiores riquezas de um país, e a base principal da grandeza e do esplendor de um estado”. (*O Arquivo Rural – Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas*, Lisboa: Tipografia Universal, 1870, p. 353).

iniciativas que considerava relevantes para o aperfeiçoamento da agricultura brasileira. Também teceu uma homenagem particular à figura de Assis Brasil, político gaúcho considerado um dos precursores da defesa da diversificação agrícola brasileira e da difusão da educação agrícola, além de ter sido membro fundador da Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura (SBAA).

Mas, o nosso agricultor, mesmo que queira se aperfeiçoar ou ensinar seus filhos, que meios tem pra isso, em nosso país que, por ironia, tem sido chamado essencialmente agrícola? Apenas um ou outro instituto, muito raro de agronomia em um ou outro Estado mais próspero da União; a leitura da revista *A Lavoura*, da Sociedade Nacional de Agricultura; e alguns folhetos patrioticamente distribuídos por ela e pela não menos benemérita Sociedade Paulista de Agricultura, cujos boletins são lidos com avidez pelos poucos que se preocupam com o aperfeiçoamento de nossa tão abandonada quão desprezada lavoura.

Entre as publicações que vão inoculando um pouco de seiva e vigor nessa anêmica, ameaçada de morrer de inanição pela ignorância dos nossos lavradores, é de justiça citar-se esse precioso repositório, espécie de Chernoviz⁴⁵ dos lavradores, que se chama de *Jornal dos Agricultores*, so a competente direção, tenacidade e perseverança do laborioso coronel Antônio de Medeiros; e algum raro livro como o do Dr. Travassos sobre a indústria pastoril e outro intitulado *A Cultura dos Campos*, de tiragem infelizmente muito limitada, do insigne brasileiro Dr. Assis Brasil, a quem aproveito a oportunidade para render o preito da minha mais reverente homenagem. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 18 de agosto de 1906, p. 432-433).

Por fim, o deputado afirma em discurso a necessidade de fundar pelo menos na capital de cada Estado do país uma escola agrônômica, no qual seja ministrado além do ensino teórico, também o ensino prático e de priorizar os estabelecimentos de agricultura ao invés de “escolas de bacharelismo”, de modo a incutir “na geração presente e porvindoura mais amor à indústria agrícola, ao cultivo da terra, a nossa mãe comum, tão pródiga para aqueles que sabem amanhá-la com o devido carinho”. (AMARAL, 1906, p. 433).

Apesar dos esforços de Victor do Amaral, o Projeto de Lei nº 145/1906 sequer foi debatido pela Comissão de Agricultura e Indústria da Câmara dos Deputados durante o ano de 1906, motivo pelo qual o deputado retoma a apresentação do projeto em sessão da Câmara dos Deputados no dia 20 de Junho de 1907, e aproveita a oportunidade para ampliar sua proposta de difusão

⁴⁵ Referência aos manuais de medicina popular do Dr. Chernoviz que foram utilizadas para a difusão de saberes e práticas nas regiões rurais do Brasil Imperial, devido à escassez de médicos naquele período. Victor Ferreira do Amaral, por sua formação em Medicina, ressalta a importância do *Jornal dos Agricultores*, como uma espécie de manual de saberes e práticas agrícolas. (GUIMARÃES, 2004).

do ensino agrícola, de modo a incorporar também a criação de um Instituto de Ensino Superior Agrícola, a ser instalado em um dos Estados de São Paulo, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro.

Tendo em vista o suposto fracasso da proposta anterior, Victor do Amaral utiliza-se de uma estratégia discursiva para envolver os deputados presentes na sessão, ao comparar sua iniciativa à do deputado norte-americano J. Morrill. Victor do Amaral aponta que o deputado norte-americano teria apresentado um projeto semelhante ao seu, no qual concedia 20.000 acres de terras públicas aos Estados para a fundação de colégios destinados ao ensino agrícola e artes mecânicas. Na ocasião, o projeto de Morrill teve, primeiramente, parecer contrário pela comissão, tendo sido, em um segundo momento, vitorioso no Congresso Americano. Tomando como exemplo o congressista norte-americano, o político paranaense anuncia a sua convicção em relação ao projeto de lei e sustenta que não iria desanimar ou recuar diante do fracasso de sua primeira iniciativa.

Na sequência, o deputado realiza uma ampla leitura de um estudo que fez tomando como fundamento os relatórios publicados pelo governo americano no final do século XIX, a fim de demonstrar como ocorreu o aperfeiçoamento da instrução agrícola naquele país. Para ele, o modo como os Estados Unidos incorporou as estratégias de modernização da agricultura deveria servir de inspiração para o Brasil. Desse modo, o deputado afirma que:

O empenho do governo da grande República Norte-Americana pela instrução agrícola remonta a primeira mensagem, em 1796, do imortal Washington. [...] Em meados do século passado, com os progressos das artes mecânicas e das indústrias, resultantes das descobertas científicas que transforam a vida civilizada, utilizando forças até então desconhecidas, criando fábricas as mais variadas, o povo americano, representado por seus homens mais eminentes, manifestou a necessidade de alterar os velhos moldes da educação nacional, adaptando as suas universidades e seus colégios à nova corrente científica. Os trabalhos de Boussingault⁴⁶ na França, mostrando que a ciência podia ser útil à agricultura como as outras artes; as investigações químicas de Liebig⁴⁷, cujas cartas familiares, impressas em edição

⁴⁶ Jean-Baptiste Joseph Boussingault (1802-1887) foi um químico francês que contribuiu significativamente com as ciências agrícolas, petroquímica e metalúrgica. Dentre suas principais pesquisas, podemos destacar a rotação de culturas e o ciclo biológico de absorção do nitrogênio pelos vegetais, defendendo a produção de adubo com nitrogênio.

⁴⁷ Justus von Liebig (1803-1873) foi um químico alemão, autodidata, que estabeleceu novos padrões para a organização dos laboratórios de pesquisa, usados principalmente para o ensino de química. Em 1838, Liebig interessou-se pela química das plantas e animais. Foi o primeiro a

barata para a vulgarização, eram lidas com avidez na América do Norte; as famosas experiências de Lawes e Gilbert⁴⁸, na Inglaterra, feitas tanto no laboratório como no campo, as quais, mantidas sob a mesma direção durante quase meio século, tanta impressão produziram no mundo científico; a criação da primeira estação experimental agrícola na Alemanha, em 1851, sob os auspícios da célebre Universidade de Leipzig; tudo isso repercutiu fortemente nos Estados Unidos, despertando grande entusiasmo e o mais vivo desejo de praticar trabalhos análogos. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 20 de junho de 1907, p. 511).

Podemos perceber no discurso de Victor Ferreira do Amaral que a defesa de uma agricultura racional e moderna se pautava nos exemplos de países considerados “civilizados” e de “primeiro mundo”, que propiciaram maior produtividade à agricultura a partir do aperfeiçoamento das ciências agrícolas. Por esse motivo, para o progresso e desenvolvimento da agricultura, tanto do Paraná como do Brasil, considerava-se necessário disseminar os conhecimentos das ciências agrícolas entre os produtores rurais. O deputado ressaltava, por fim, o sucesso da criação da primeira estação experimental agrícola nos Estados Unidos, realizado em 1875:

Enfim, após grandes dificuldades e lutas, conseguiu o ilustre professor Atwater fundar a primeira estação experimental agrícola na América em 1875, sendo ele nomeado diretor. O sucesso alcançado por esta estação experimental em New Haven atraiu a atenção dos agricultores adiantados, e em toda a União; o movimento cresceu e foi penetrando a indiferença da massa popular de lavradores e difundindo-se por todo o país; o número de estações foi aumentando, o interesse dos lavradores práticos se estimulando, assim como o dos homens de ciência, excitados pelos relatórios dos resultados experimentais e pelo que se podia observar no próprio campo das estações experimentais. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 20 de junho de 1907, p. 511).

Apresentando o caso americano como exemplo de sucesso a ser seguido pelo país, Victor Ferreira do Amaral busca, em seu discurso, demonstrar como a instalação de estações experimentais nos Estados Unidos desenvolveu não apenas a agricultura, como também a própria ciência no país. Assim, as estações

reconhecer a importância do potássio e dos fosfatos para o solo e sugeriu a criação dos fertilizantes artificiais.

⁴⁸ John Bennet Lawes (1814-1900), químico e agrônomo inglês, criou em sua fábrica em Deptford Creek, um tipo de adubo artificial com o nome de superfosfato, a partir do ataque de ácido sulfúrico a rochas asfálticas. Com seu sócio, o também inglês Joseph Henry Gilbert (1817-1901), fundou em 1843 a Rothamsted Experimental Station, a mais antiga instituição de pesquisa agrícola do mundo, na qual elevou o estudo da agricultura para níveis científicos. Com a produção de superfosfatos deu início a primeira indústria de fertilizantes químicos. A Rothamsted tornou-se a mais famosa fazenda experimental do mundo e sua marca passou a simbolizar o desenvolvimento da agricultura científica.

experimentais são apresentadas como instituições de caráter civilizador, na medida em que são capazes de instruir os lavradores para a prática mais racional da agricultura, ao mesmo tempo em que estimulam as investigações práticas relacionadas aos melhores métodos agrícolas. Nas palavras de Victor Ferreira do Amaral, as estações experimentais:

- a) atuam como escritórios de informações sobre muitas questões de interesse prático para os lavradores das diversas localidades;
- b) procuram por investigações práticas descobrir melhores métodos de agricultura e introduzir novas culturas, assim como novas raças aperfeiçoadas de gado;
- c) auxiliam os lavradores em sua luta contra os insetos e contra as moléstias das plantas e do gado;
- d) premunem o lavrador contra a fraude na venda dos fertilizantes, sementes e farinhas alimentícias;
- e) fazem observações meteorológicas e estudos do solo, tirando daí as deduções úteis aos agricultores. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 20 de Junho de 1907, p. 512-513).

Em seguida, o deputado Victor do Amaral apresenta o desenvolvimento dos primeiros colégios de Agricultura no Estados Unidos, que somente tiveram êxito na medida em que os mesmos começaram a adquirir “professores competentes e aparelhados com material de laboratório e de campo necessário às demonstrações práticas”. (AMARAL, 1907, p. 513). Neste ponto, fica evidente sua defesa em relação ao estabelecimento de um ensino prático da agricultura, voltado para a aplicação dos conhecimentos científicos no meio rural. E mais, para garantir maior legitimidade em seu discurso, no que concerne à necessidade de criação de campos de experiência e demonstração no Brasil, Victor Ferreira do Amaral apresenta ainda os casos da educação agrícola na França e na Bélgica. Em relação aos conteúdos ensinados no Instituto Agrônomo de Paris, criado em 1876, o deputado destaca:

No primeiro ano ensina – anatomia e fisiologia vegetal, botânica descritiva, mineralogia, geologia, matemática, mecânica agrícola, física e meteorologia, química geral, agricultura geral, viticultura, zootecnia geral, economia política, higiene rural, zoologia agrícola, anatomia e fisiologia dos animais.

No segundo ano – patologia vegetal, microrganismos, química agrícola, lavoura especial e colonial, agricultura comparada, arboricultura e horticultura, maquinismos agrícolas, agricultura hidráulica, zootecnia especial, tecnologia agrícola, leis rurais, economia rural e florestal, escrituração agrícola.

O curso completo dá o título de engenheiro agrônomo. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 20 de junho de 1907, p. 515).

Após envolver os deputados presentes na sessão com os estudos acerca dos modelos de ensino e pesquisa agrícolas realizados nos Estados Unidos, França e Bélgica, finalmente Victor Ferreira do Amaral apresenta sua proposta: criar nos Estados de São Paulo, Minas Gerais ou Rio de Janeiro um Instituto Superior para o Ensino de Agricultura e Zootecnia e garantir a subvenção, por parte do Governo da União, de escolas práticas secundárias de agricultura e zootecnia dos Estados brasileiros. Por fim, defende os modelos ideais para cada tipo de instituição: as estações experimentais de agricultura deveriam tomar como modelo a organização americana; enquanto as Instituições de Ensino Superior e Secundário de Agricultura deveriam amparar-se no modelo europeu, adotado pela França e Bélgica.

Victor Ferreira do Amaral argumenta que a criação de tais estabelecimentos de ensino possibilitaria o desenvolvimento de uma agricultura racional e científica, instrumento necessário para o progresso e o desenvolvimento econômico do país. Para o deputado, a explicação para o “atraso” do país estava relacionada às práticas arcaicas da agricultura, de modo que a solução estaria na implementação de uma agricultura científica e moderna. Desse modo, afirmava que:

Convencido, desde longa data, de que o aumento de nossa capacidade produtiva é uma das condições *sine qua non* do progresso de nosso país, encetei em meu Estado natal, por intermédio da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, uma campanha de propaganda em favor da Agricultura racional e científica. Constrangia-me ver o Estado do Paraná, possuidor de terras tão boas como as melhores do mundo, sob uma admirável variedade de climas, importar cereais e forragens, de que deveria ser um dos maiores produtores.

Mas, para remediar esse mal e enveredarmos por uma nova rota, urge que na agricultura nos libertemos dos anacrônicos processos rotineiros em que molemente se embalavam os nossos antepassados e nos utilizemos das modernas aquisições científicas no cultivo da terra. Não basta produzir; é preciso produzir muito, variado e barato, para entrar na concorrência mundial e não ficar estatelado à margem do caminho, quando outros povos seguem ovantes⁴⁹, identificados com o progresso. (AMARAL, *Sessão da Câmara dos Deputados*, 20 de junho de 1907, p. 509-510).

Enquanto Victor do Amaral defendia seus projetos de ensino agrícola na Câmara dos Deputados, seu primo, João Cândido Ferreira, na época vice-Presidente do Estado, assinava o Decreto n. 359, de 18 de Setembro de 1906,

⁴⁹ Triunfantes, vitoriosos.

que criava o Instituto Agronômico do Paraná, anexo ao Instituto Comercial do Paraná. João Cândido Ferreira também tinha o interesse de fomentar a modernização agrícola do Estado por meio da instrução prática:

O benemérito Sr. Dr. Vice-Presidente do Estado assinou anteontem o decreto que cria o Instituto Agronômico. Apesar de esperado, esse ato do ilustre cidadão que se acha atualmente a frente do governo causou a mais intensa satisfação em todos que se interessam pelo ressurgimento da agricultura. Muito se tem dito sobre os grandes benefícios que advirão ao Estado da criação de uma escola agrícola; nos mais adiantados países do mundo, são constantemente criados esses estabelecimentos, destinados a ministrar à mocidade uma sólida instrução, de modo a preparar bons agricultores. (*A REPÚBLICA*, 20 de setembro de 1906, Ano XXI, n.222, p. 1).

Convém mencionarmos que a criação do Instituto Agronômico do Paraná corresponde ao antigo interesse manifesto pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP), de defender a instalação de um instituto ou escola agronômica que disseminasse as práticas da “agricultura racional” entre os lavradores. Tal preocupação foi apresentada, nos primeiros anos de funcionamento da SEAP, em artigo intitulado “*Cultura Racional*”, de autoria do Engenheiro Civil Gerônimo La-Torre, sócio da SEAP, na qual defende a criação de uma “singela escola agronômica” no Paraná:

Pois bem, assinalados os males que derivam a ignorância do produtor, vejamos qual é o eficaz remédio para deter a ação retrogradante dessa rêmora calamitosa, e prevenir um futuro mais racional, enfim, mais em harmonia com aquela independência natural do homem, que constitui o conhecimento da verdade que tanto assinalamos: esse remédio não é outro senão a criação de uma singela escola agronômica, cujo objetivo deve só limitar-se a formação de feitores agrícolas. [...] A primeira vista parece até um absurdo o estabelecimento dum modesto Instituto Agronômico no Paraná, tendo em vista o estado financeiro do país em geral; mas não é se tem-se em conta os meios econômicos que outros países já empregaram não somente para levar a cabo o seu estabelecimento, mas também para o seu progresso dum modo assaz econômico. Para conseguir este fim, é indispensável que os alunos que se dedicam a esta aprendizagem sejam internos em número tal que, com o auxílio de seus braços e dirigidos pelo professor prático profissional, possam fomentar a lavoura dos produtos alimentícios necessários ao seu sustento. (LA-TORRE, *A República*, 14 de Abril de 1898, Ano XIII, n. 81, p. 2)

Gerônimo La-Torre é uma figura com autoridade de fala, na medida em que foi convidado pelo presidente da SEAP, Victor Ferreira do Amaral, para realizar um estudo comparativo sobre o estado da lavoura e a que “estaria destinada a ocupar” caso fosse auxiliada pela instalação de uma Estação Agronômica no Paraná. No artigo escrito por Gerônimo La-Torre, o mesmo defende que o ensino

de noções agrícolas aos agricultores, mesmo que rudimentares, seria um meio de combater as tradições arcaicas da população rural, considerada ignorante e supersticiosa. Para o autor, a ignorância do trabalhador rural era a principal causa do atraso da lavoura, o que corresponderia a um verdadeiro “mal” para o progresso do país, de modo que somente a instrução agrícola poderia fornecer a salvação da população rural, tal como apresentado no trecho abaixo:

Como consequência do que acabamos de dizer, se deduz a iniludível necessidade de que o nosso agricultor tenha algumas noções (rudimentares mesmo) da química agrícola e da botânica agrícola, a fim de saber o que é preciso para o cultivo que fomenta, e dos fenômenos de assimilação de que se realizam entre a terra e a plantação que se desenvolve, inclusive a germinação e a nutrição propriamente ditas; enfim expressando-nos sem ênfase, isto é, com clareza, devemos dizer, convém que o nosso agricultor não seja mais idiota, porque já basta de ser rotineiro. A ignorância assaz pronunciada, tem-se assenhoreado profundamente da nossa população agrícola, que faz pena ouvir do cultivador exclamação desta ordem: é do céu que vem a fertilidade para meus campos, - é Deus que tem influído na abundância da minha colheita”, e neste estilo tantos outros desatinos, que conservados indeléveis pela transmissão de pais para filhos põe o agricultor na mais lamentável condição de inabilidade completa. (LA-TORRE, *A República*, 14 de Abril de 1898, Ano XIII, n. 81, p. 2)

A discussão levantada por Gerônimo La-Torre⁵⁰, ainda em 1898, demonstra que o estabelecimento de um Instituto Agronômico correspondia aos antigos interesses e anseios dos proprietários rurais paranaenses, representados pela Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, mas também representava a proposta de regeneração do habitante do campo, como medida civilizatória.

Assim, evidenciamos que a criação do Instituto Agronômico do Paraná, em 1906, corresponde à materialização dos interesses, tanto em termos políticos como econômicos, da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP), na medida em que se amadureciam no plano político e institucional os projetos de modernização agrícola do Estado do Paraná, encampados por Victor Ferreira do Amaral.

É interessante notar que a proposta de criação do Instituto Agronômico do Paraná tinha sido apresentada Congresso Legislativo Estadual, em 1905, pelo deputado estadual João Taborda Ribas, do Partido Republicano Federal. Ele

⁵⁰ Gerônimo La-Torre formou-se em Engenharia Civil em 1882, pela Escola Especial de Engenheiros Cíveis e de Minas de Lima (Peru). Trabalhou na Companhia do Canal do Panamá por sete anos. Posteriormente foi Engenheiro da Estrada Mogiana de Ferro.

argumentava que era necessário auxiliar o desenvolvimento da agricultura no paranaense através da criação de uma estação de agronomia que ensinasse o manejo dos instrumentos modernos de trabalho agrícola e “tudo quanto é preciso para se poder fazer da agricultura uma carreira, uma classe, como é a classe militar, a classe comercial e tantas outras”. (RIBAS, *A República*, 05 de Abril de 1905, Ano XXI, n. 80, p. 1).

O projeto de Taborda Ribas previa a criação de uma estação agrônômica nos subúrbios da capital paranaense, com o intuito de ministrar conhecimentos práticos de agricultura e fornecer esclarecimentos e informações sobre as culturas apropriadas aos diversos tipos de solo e clima do Estado. Também propunha a criação de um campo de experiência e demonstração, de uma seção especial de viticultura para o cultivo de videiras mais adaptadas ao clima do Estado, bem como uma seção de patologia vegetal para o estudo das pragas e o desenvolvimento de técnicas para combatê-las.

Tal projeto foi aprovado no Congresso Legislativo em 14 de março de 1906, a partir da Lei n. 632, que criava o Instituto Agrônômico do Paraná com o objetivo de difundir o “ensino sistemático da agronomia aos que desejarem se dedicar às ocupações rurais”. Para tanto foi proposto o ensino profissional de dois anos, com aulas teóricas e práticas. O curso teórico seria voltado para o ensino das noções científicas indispensáveis à prática da agricultura, tais como botânica agrícola, mineralogia e zoologia agrícola, agronomia geral, noções básicas de química e mecânica agrícolas, noções de legislação e higiene. Quanto ao curso prático, esse seria realizado no campo de experiências, local onde deveriam ocorrer as demonstrações práticas, sendo dividido em posto agrícola e zootécnico.

O Vice-Presidente do Estado do Paraná, usando da autorização conferida pela Lei n. 632, de 14 de Março do corrente ano, resolve criar nesta cidade, anexo ao Instituto Comercial, um curso agrônômico, compreendendo, além do estudo prático das lúguas ministradas naquele estabelecimento, uma aula de agronomia e exercícios práticos correspondentes, que se efetuarão num campo de experiência, e neste exercício cujo pessoal, composto de um diretor e dois auxiliares, perceberá vencimentos de acordo com a tabela anexa ao regulamento respectivo. (*A República*, 19 de setembro de 1906, Ano XXI, n.221, p. 2).

No posto agrícola, a prioridade eram as seções destinadas à cultura de cereais, principalmente trigo, lúpulo, cevada, viticultura, horticultura, pomicultura e

arboricultura. Para tanto, previa-se o emprego da maquinaria agrícola; de adubos animais, vegetais e fertilizantes químicos; inseticidas e dos antissépticos preventivos e curativos. O posto zootécnico compreendia a criação de animais domesticados, devendo ser praticados todos os processos conhecidos, tais como higiene, tratamento médico e cirúrgico, reprodução, seleção e ferração⁵¹ dos animais, bem como fabricação de laticínios. O Regulamento do Instituto Agrônomo também previa que o campo de experiências deveria, periodicamente, fornecer bachelos⁵², mudas e sementes aos municípios e agricultores do Estado que as requisitarem.

Assim, a primeira medida tomada pelo vice-Presidente João Cândido Ferreira foi a de nomear como Diretor do Instituto Agrônomo do Paraná, Oscar Von Meien, que também ficaria responsável pela cadeira de Agronomia da instituição. Ferreira envolveu-se diretamente com a instituição, buscando pessoalmente o local para a sua instalação. Além disso, o governo estadual já havia providenciado a aquisição de uma chácara no município de Ponta Grossa para a instalação de um Posto Agrícola confiado a Oscar Von Meien.

Em 17 de Junho de 1907 foi inaugurado o campo de experiências do Instituto Agrônomo do Paraná, após a aquisição de uma chácara nos arrabaldes do Bacacheri, motivo pelo qual a instituição passou a assumir a nomenclatura de Instituto Agrônomo do Bacacheri (IAB). Na inauguração estiveram presentes diversas personalidades como o Vice-Presidente, João Cândido Ferreira; o prefeito de Curitiba, Luiz Antônio Xavier; o Secretário de Obras Públicas, Francisco Gutierrez Brandão; o Presidente da SEAP, Octávio Ferreira do Amaral; o Redator de *A República*, Romário Martins; o Deputado Victor Ferreira do Amaral; o professor, Dario Vellozo, entre outros.

O espaço do campo experimental do IAB estava destinado às experiência e demonstrações práticas dos métodos e processos modernamente adotados, a fim de se poderem testar os resultados de várias culturas em solo paranaense. Diversas consultas de agricultores eram feitas ao IAB, assim como eram realizadas visitas de pessoas interessadas no aprendizado do manejo de

⁵¹ Colocação da ferradura em animais para diminuir o desgaste e aumentar a tração das patas.

⁵² Mudas de Videira.

aparelhos novos e no processo de diversas culturas. O IAB também fornecia gratuitamente ou a preços módicos mudas e sementes de seus viveiros. Desse modo, os campos de experiência e demonstração eram considerados fundamentais como instituição de educação informal em que o agricultor pudesse observar, na prática, os processos agrícolas e o manejo de novos instrumentos. Havia, naquele momento, grande entusiasmo em relação ao Instituto Agronômico do Bacacheri, uma vez que:

O que a experiência já demonstrou, é que podemos produzir todos os produtos das zonas temperadas, desde que sejam cultivados pelos métodos convenientes. Penso que este estabelecimento vai prestar aos colonos e cultivadores inestimáveis serviços, poupando-lhes custosos experiências e desanimadoras decepções. (PARANÁ, Mensagem de Governo, 1908, p. 16).

Como projeto paralelo ao Instituto Agronômico do Bacacheri, em 12 de abril de 1909 foi aprovada a Lei Estadual n. 887, de iniciativa do deputado Romário Martins, que estabeleceu a criação de uma Colônia Infantil nos terrenos da instituição. Romário Martins utilizou-se do argumento de que o ensino agrícola era o mais eficaz agente educativo e que “conduz com mais segurança à prática metódica do trabalho e dos bons costumes”. Em tal proposta caberia ao Diretor da Colônia infantil tornar-se “um pai” dos internos, provendo a educação física, moral e cívica. Durante a aprovação do Projeto de Lei foi publicada a seguinte consideração a respeito da assistência à infância:

No Brasil é sabido, o problema de assistência oficial à infância ainda está sem solução, existindo, entretanto, raros, mas ótimos estabelecimentos que as crianças desprotegidas vão prestando os melhores serviços. Existem, é verdade, porém uma proporção infinitésima em relação ao número de menores que pululam pelas ruas das nossas grandes cidades, entregues a si próprios, a desenvolver instintos maléficos que os refratam às suaves influências do bem, endurecendo-os finalmente na prática do mal que na escala da delinquência vai desde os pequenos furtos até o homicídio para a consecução de tenebrosos fins. De tudo isso é necessário libertar o cidadão de amanhã, preparando-o convenientemente de forma a compreender os seus deveres sociais e armá-lo de elementos eficazes na luta pela vida; e tais elementos estão nas profissões manuais, e principalmente, no labor agrícola inteligente, que revestem o homem duma couraça impenetrável à inercia neste tremendo combate em que os fortes e perseverantes sempre acabam por triunfar. (*A República*, 07 de junho de 1909, Ano XXIV, n. 131, p. 1).

A Colônia Infantil correspondia a um estabelecimento de ensino profissional e de primeiras letras, destinado a internar menores de 8 a 15 anos, conservando-os até os 18 anos de idade. A proposta do estabelecimento era de oferecer um lar

à “infância moral e materialmente desamparada” e de ensinar um ofício para tornar os menores úteis no meio social em que viviam. Desse modo, acreditava-se que o trabalho agrícola possibilitaria a regeneração da infância “desvalida”. Para Marcílio (1998), o ensino agrícola e a vida segregada nos espaços rurais eram apresentados como uma fórmula ideal para afastar a infância e juventude abandonada ou infratora das ruas, com a finalidade de instruí-las e capacitá-las para o mundo do trabalho.

De acordo com o estabelecido na legislação relativa à Colônia Infantil, era prevista a construção, na parte não cultivada do Campo de Experiências do Bacacheri, de uma casa de madeira, de tipo arquitetônico característico das habitações rurais, para cada grupo de 20 internos, rodeada por jardins e hortas cultivados pelos próprios internos. Os professores da Instituição deveriam ministrar o ensino primário conforme o programa de instrução pública além do ensino de práticas agrícolas, e se possível, o ensino de artes e ofícios.

Além disso, o dispositivo previa que se utilizasse o trabalho dos internos nas obras e repartições do Estado. O intuito da criação da Colônia Infantil era de aproveitar o espaço não cultivado do Campo de Experiência do Bacacheri, sem que isso significasse o aumento de despesas para o Instituto Agrônomo do Paraná. Desse modo, os internos já colocavam os seus serviços à disposição do Estado, e recebiam somente o valor correspondente a 10% de seu trabalho, para que tivessem uma relativa estabilidade financeira quando deixassem a Colônia Infantil, aos 18 anos. Desse modo, o Projeto da Colônia Agrícola, apresentado por Romário Martins, correspondia com a noção amplamente difundida no Brasil desde o século XIX, acerca da instrução primária estabelecida em conjunto com o trabalho agrícola como meio de regeneração dos menores.

É importante salientar que nos *Relatórios* apresentados pelo Secretário de Finanças, Comércio e Indústrias⁵³, Joaquim Chichorro Júnior, nos anos de 1909 e 1910, foram registrados apenas assuntos variados atinentes ao Instituto Agrônomo do Paraná, sem qualquer menção ao Curso de Agronomia. Os elementos destacados em ambos os relatórios diziam respeito à prática regular de

⁵³ Os assuntos relacionados à Agricultura no Estado do Paraná eram gerenciados pela Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias até o ano de 1912, quando foi criada a Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria.

experiência e demonstrações agrícolas, ao número de consultas realizadas pelo estabelecimento sobre assuntos agrícolas, ao número de visitas feitas ao estabelecimento por fazendeiros e colonos, às aquisições de livros e revistas agrícolas pela Biblioteca, ao número de animais que compõe a seção de zootecnia do IAB e do Posto Agrícola de Ponta Grossa, às construções de benfeitorias na instituição, à aquisição de instrumentos e máquinas agrícolas e ao cultivo e produção de diferentes culturas agrícolas. No relatório referente ao ano de 1910, consta que:

Neste mesmo ano foram numerosas as consultas dirigidas ao Instituto e constaram sobre assuntos teóricos como sobre demonstrações práticas, recebendo os consultantes ensinamentos sobre diversos trabalhos de lavoura com aparelhos modernos, assistindo a essas experiências mais de 45 pessoas às vezes, entre colonos e particulares. Fizemos sempre o possível para satisfazer os desejos dos consultantes, mostrando e respondendo conscienciosamente o que nos era consultado. Entre os visitantes colonos, fazendeiros e particulares, vieram muitos estrangeiros chegados recentemente a este Estado, para conhecerem de perto nossa lavoura, ficando todos admirados da uberdade do nosso solo e da diversidade de espécies de plantas americanas, japonesas e europeias que se cultivam no nosso planalto e que tiveram ocasião de ser apreciadas no campo de experiências. (CHICHORRO JÚNIOR, *Relatório da Secretaria de Finanças, Comércio e Industrias*, 1910, p. 22).

O Relatório apresentado ao Governo Estadual acerca das atividades desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo do Bacacheri, no ano de 1910, demonstra que tal instituição se caracterizava essencialmente pelas práticas informais de ensino agrícola, buscando instruir os agricultores locais conforme as suas demandas, a partir de consultorias, cursos, pesquisas, experiências, demonstrações, etc. Isso significa que, embora a proposta original e a legislação acerca da criação do IAB tenham previsto a instalação de um curso profissional de Agronomia voltado ao ensino teórico de noções científicas e ao ensino prático de agricultura e zootecnia, esse sequer chegou a sair do papel.

A ausência de um curso regular agrícola ministrado pelo Instituto Agrônomo do Paraná foi exposta em 1908, por Laurentino de Azambuja⁵⁴, que, após realizar uma visita ao IAB, criticou a instituição na medida em que essa apresentava apenas um rudimentar campo de experiências agronômicas. Azambuja apontava em seu artigo que num Estado cuja fonte de renda se origina

⁵⁴ Laurentino de Azambuja, médico, fundou em 1884 o Colégio Parthenon, que funcionou até 1890. Assumiu o cargo de Delegado Fiscal da Primeira Circunscrição Escolar do Paraná em 1907 e 1908. (LARA, 2006; MARACH, 2007).

de produtos e indústrias agrícolas, impõe-se a necessidade da organização de um centro de ensino profissional que propicie o ensino metódico e racional da agricultura aos lavradores. Mesmo com a precariedade da instituição, Azambuja defendia a necessidade de organizar a educação agrícola voltada aos lavradores, com base em conhecimentos geológicos, botânicos, climatológicos, químicos e físicos. Para tanto, propunha a criação de uma “Escola Agrícola Paranaense”, que transmitisse ensinamentos práticos de agricultura a partir dos elementos já disponibilizados pelo campo de experiência do Bacacheri.

A partir da argumentação de Laurentino de Azambuja acerca da necessidade de se instituir, de fato, uma escola agrícola no Paraná, Dario Vellozo aproveitou a oportunidade para argumentar que tal projeto seria perfeitamente compatível com seu ideal de “Escola Moderna”. Em artigo intitulado “*A Escola Moderna e a Educação Agrícola*”, direcionado a Laurentino de Azambuja, o autor responde diretamente aos anseios do último e afirma que os ensinamentos agrícolas poderiam ser perfeitamente incorporados em seu projeto de “Escola Moderna”, a fim de que se ministrasse aos alunos o ensino teórico e prático, realizado em campos de experiência e demonstração do IAB, bem como em gabinetes de experimentação e análise. Dario Vellozo argumenta que sua proposta de Escola Moderna ocorreria com a inauguração dos cursos preliminar e agrônômico, considerados indispensáveis.

Inaugurada a Escola Moderna, e convencido que estou da necessidade de interessar o professorado público do Paraná na difusão do ensino agrícola, penso estabelecer curso geral de agronomia, em um ano, e mais um curso de pedagogia aplicada e noções de higiene, especialmente consagrados aos alunos do último ano da Escola Normal, se devidamente autorizados pelo governo. [...] A Escola Moderna, como a idealizo e penso realizar praticamente, não restringirá a sua ação à capital paranaense, mas se disseminará por todo o Estado. Não é empresa de comércio. É núcleo cívico. (VELLOZO, *A Escola*, 1908).

Em tal contexto, devemos destacar a criação da Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria (SAIC), prevista pela Lei nº 1.093, de 11 de Março de 1912, e posteriormente regulamentada pelo Decreto 624, de 08 de Julho de 1912. Tal pasta foi instituída no governo de Carlos Cavalcanti, a partir do desmembramento da antiga “Secretaria de Finanças, Comércio e Indústria”, em duas repartições da mesma categoria: a “Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio” e a “Secretaria da Fazenda”. A recém-criada SAIC, inicialmente dirigida por Ernesto

Luiz de Oliveira, estabeleceu-se como órgão da administração pública voltado para a adoção medidas relativas à agricultura e à orientação econômica do Estado do Paraná.

A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio tinha a finalidade de promover o desenvolvimento da indústria em geral, das indústrias agropecuárias, do comércio, do povoamento do solo e a proteção dos índios. Além disso, consta em seu Regulamento que o Instituto Agrônomo do Bacacheri, a Junta Comercial e todas as sociedades agrícolas e instituições de agricultura e comércio subvencionadas pelo Estado passariam a ser subordinadas à Secretaria. Percebe-se que, apesar da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio possibilitar a articulação mais precisa de ações governamentais para o desenvolvimento e modernização da agricultura no Paraná, ainda inexistia a preocupação em relação ao estabelecimento do ensino agrícola profissional ou superior. Desse modo, a seção de “Inspeção, Defesa e Ensino Agrícola” da Secretaria possuía como competência:

§ 1º - A defesa da criação existente no Estado contra as pragas e as pestes.

§ 2º - A defesa das plantas e de seus frutos contra os seus inimigos.

§ 3º - A execução do Código Florestal e a fiscalização da caça e da pesca.

§ 4º - O serviço de propaganda das indústrias novas e dos modernos processos agrícolas e zootécnicos por meio de conferências agrícolas e escolas ambulantes.

§ 5º - A publicação de uma revista de propaganda e ensino agrícola. (PARANÁ, Decreto 624, 08 de julho de 1912).

A criação da Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria era vista com entusiasmo na época, conforme podemos perceber abaixo:

A criação deste importante departamento, pelo governo do Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti, de há muito que se vinha fazendo sentir num Estado como o nosso, onde grandes e palpitantes elementos de expansão econômica e que repousam muito principalmente no desenvolvimento das riquezas agrária, industrial e comercial, ainda infelizmente empolgadas pelos tentáculos do monstruoso polvo da rotina, precisavam de quem os vitalizasse e incrementasse, apontando e ensinando às classes produtoras, que dos poderes públicos todo o apoio devem merecer, os modernos processos da agronomia, a necessidade de selecionais animais e plantas, as vantagens de intensificar a cultura, de modificar sistemas tradicionalmente errôneos, transformando assim os nossos condenados processos atuais, empregando não só os mais aperfeiçoados instrumentos nos trabalhos agrícolas, como também os racionais métodos científicos que elevarão ao máximo o resultado do trabalho, com o mínimo de esforço dispendido, fazendo o lavrador

acompanhar, por meio de ensinamentos sólidos, os modernos sistemas, contribuindo por essa forma para o renascimento agrícola do Estado, trabalho de alta benemerência, esse, que ficará assinalando uma idade de ouro, na nossa vida econômica. (*A Casa do Lavrador*, agosto de 1913, Ano II, n. 8, p. 439).

Nesse sentido, cumpre destacar que os discursos inflamados, tal como o que reproduzimos acima, não necessariamente condiziam com as práticas institucionais do período, muito menos com a concretização ou institucionalização dos ideais de modernização da agricultura frequentemente defendidos pelo Estado, instituições e agentes intelectuais. A ação dos agentes intelectuais era mobilizada pela estratégia discursiva de convencimento e mobilização dos diferentes setores da sociedade paranaense em prol do desenvolvimento agrícola do Estado. Desse modo, podemos dizer que os esforços para o estabelecimento do ensino agrícola no período abordado ainda eram incipientes, embora percebamos o uso frequente da propaganda em defesa do ressurgimento da agricultura no Estado do Paraná a partir de bases racionais e modernas.

Mesmo com o estabelecimento de uma Secretaria voltada à Agricultura, Indústria e Comércio, as ações vinculadas ao ensino agrícola ainda eram muito modestas, dizendo respeito às conferências agrícolas, escolas ambulantes e a publicação de revista direcionada especificamente para a popularização das práticas agrícolas. Desse modo, constata-se que a maior parte das ações voltadas ao ensino agrícola continuaram sendo praticadas pelo Instituto Agrônomo do Bacacheri, além de serem reforçadas com o lançamento da revista *A Casa do Lavrador*⁵⁵, de distribuição gratuita e organizada pela SAIC, de modo a vulgarizar as mais modernas técnicas da lavoura.

⁵⁵ A Casa do Lavrador foi a Revista de publicação mensal da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Paraná. Diretor: Júlio Pernetta; Redator-Secretário: Julio Cezar Hauer; Redator-Gerente: Vicente Nascimento Júnior.



Figura 3 - Capa do Almanaque de publicação mensal da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Paraná, *A Casa do Lavrador*, agosto de 1913, Ano II, n. 8.

Ainda que não estivesse prevista a criação de uma escola agrícola no Regulamento da SAIC, o Secretário da Agricultura, Ernesto Luiz de Oliveira, demonstrou em seu primeiro Relatório, publicado em 1913, o intuito de integrar o ensino teórico das escolas agrícolas com o ensino prático dos campos de experiência e demonstrações. Ao mencionar as dificuldades para a criação de escolas agrícolas no Estado do Paraná, o Secretário de Agricultura apresentou os cursos ambulantes como alternativa temporária para o enfrentamento das condições precárias da agricultura paranaense. Em seu entendimento, *A Casa do Lavrador* servia como um importante instrumento de propaganda agrícola para a implantação dos modernos processos agrícolas em terras paranaenses.

Convém mencionar que, em meio a tantos discursos e projetos variados acerca do ensino agrícola, a primeira iniciativa no sentido de formalizar o ensino superior agrônômico no Paraná esteve vinculada ao projeto inicial de constituição

da Universidade do Paraná⁵⁶ (UP), realizada no ano de 1912. Nívio Campos (2006) ressalta que a criação da referida instituição esteve vinculada aos interesses dominantes da elite paranaense, em particular a pretensão de desenvolvimento econômico do Estado. Os intelectuais preocupados com o projeto universitário acreditavam que o alcance de tais interesses deveria ser realizado por intermédio dos conhecimentos científicos. Dentre os intelectuais que participaram da constituição da UP podemos destacar a atuação de Nilo Cairo e Vitor Ferreira do Amaral. Tais agentes estavam preocupados com a formação de profissionais que viessem a ocupar as funções burocráticas das esferas estatais, bem como desenvolver o progresso técnico no Estado do Paraná. (CAMPOS, 2006).

A consolidação da Universidade do Paraná, naquele momento, só foi possível após o Decreto nº 8.659, de 05 de Abril de 1911, também conhecido como “Lei Rivadávia”⁵⁷, referência ao então Ministro do Interior, Rivadávia da Cunha Correia. Tal Decreto previa que o ensino superior no Brasil estava liberado e desoficializado, ocasião oportuna para que as bases da Universidade do Paraná fossem lançadas. Desse modo, em 1912 a Universidade do Paraná foi formada a partir da criação dos cursos de Engenharia, Medicina e Direito, todos sob a mesma administração. Não estavam incluídos os cursos de Ciências e de Letras, bem como o Curso Normal de Formação de Professores. Assim, a Universidade do Paraná funcionava de acordo com o modelo das faculdades existentes no Brasil. A diferença é que tais faculdades não estavam isoladas, do ponto de vista administrativo, funcionando todas no mesmo local e sendo regidas pelo mesmo Estatuto. (CAMPOS, 2006).

⁵⁶ A primeira iniciativa idealizadora de uma Universidade no Paraná foi realizada por Rocha Pombo, em 1892, embora a mesma não tenha sido implementada. Segundo Campos (2006), o fracasso do projeto de Rocha Pombo ocorreu, pois, “a ação desse intelectual foi avaliada pelos grupos que ocuparam as cenas política e cultural de Curitiba, nas décadas subsequentes, como iniciativa utópica e ingênua”. (CAMPOS, 2006, p. 2).

⁵⁷ A Reforma “Rivadavia”, instituída pelo Decreto Federal nº. 8659 de 5 de abril de 1911, desobrigou a oficialização do ensino secundário e superior no Brasil, instituindo a liberdade de ensino em território nacional. Ou seja, possibilitou a existência de instituições particulares de ensino secundário e superior sem a necessidade de concessão ou reconhecimento do Governo Federal. A partir da Reforma Rivadávia foram criadas a Universidade de São Paulo (1911), Universidade do Paraná (1912) e a Universidade de Manaus (1913).

A Universidade iniciou suas atividades em uma sede na Rua Comendador Araújo, considerada exígua e inadequada à instalação dos cursos universitários. No lançamento da pedra fundamental do Edifício, em agosto de 1913, estavam presentes representantes de diferentes instituições da capital paranaense, dentre os quais Carlos Cavalcanti, Presidente do Paraná; D. João Braga, Bispo da Diocese de Curitiba; Cândido de Abreu, prefeito de Curitiba; Afonso Camargo, Vice-Presidente do Paraná e Arthur Franco, Secretário da Fazenda e diversos professores que compunham o grupo fundador da Universidade. (WACHOWICZ, 1983).

Campos (2006) salienta que a presença de autoridades dirigentes do Estado do Paraná e de Curitiba expressava que o “projeto universitário caracterizava-se como obra coletiva da elite do Estado do Paraná”. (CAMPOS, 2006, p. 68). Tal universidade-monumento, ou obra coletiva, foi ratificada por Romário Martins que afirmava tratar-se de um prédio pomposo e “iluminado”, contrapondo-se à escuridão noturna da Santos Andrade, sendo designado como “*Palácio das Luzes*”, para expressar tanto o aspecto arquitetônico do edifício, como o aspecto de local na qual o saber científico representava a luz em meio à escuridão.

Posteriormente, além dos tradicionais cursos de Direito, Engenharia e Medicina, a formação profissional dos jovens paranaenses também resultou na criação dos cursos de Comércio, Obstetrícia, Odontologia, Cirurgia e Agronomia. Segundo consta no *Relatório Geral da Universidade do Paraná*, referente ao ano de 1914, apenas o curso de Agronomia ainda não havia sido implementado.

No documento, Victor do Amaral, após retornar de uma viagem à Europa, demonstra seu entusiasmo pelas conquistas da Universidade do Paraná, da qual afirma que “continuará a lapidar esse diamante precioso que é a mocidade, a sementeira fecunda dos futuros cidadãos fadados a realizarem os nossos fagueiros vaticínios”. Para tanto, Victor do Amaral exalta que a Universidade do Paraná possuía como função, a de transmitir um “ensino sólido, profícuo e sobretudo prático, adaptando-se, o mais possível à nossa circunscrição territorial”, motivo pelo qual defende a cooperação da instituição para o “aproveitamento das riquezas que jazem neste solo ubérrimo, favorecido por climas variados.

(RELATÓRIO, 1914 *apud* CORRÊA LIMA, 1982, p. 206). Por fim, Victor do Amaral ressalta que:

[...] torna-se necessário integrarmos ao seu programa, instituindo-se, sem mais detença, o ensino da Agricultura, racional, científica e prática, a fim de desaparecer a errônea crença de que o Paraná só pode produzir com vantagem erva-mate e pinheiros. Urge que com a divulgação de um estudo acurado de zootecnia e patologia vegetal, se consiga restaurar a nossa indústria pastoril em decadência e restabelecer com proveito a cultura de cereais e frutas, que outrora eram aqui colhidas profusamente sem esmero de cultivo. Ensine-se uma cultura aperfeiçoada, com o auxílio indispensável de maquinaria agrícola, para baratear a produção e evitar o holocausto constante de nossas opulentas florestas pela ação destruidora do machado e fogo. (RELATÓRIO, 1914, *apud* LIMA, 1982, p. 206-207).

O relato de Vitor do Amaral aponta para a necessidade das elites agrárias paranaenses reverem as técnicas e práticas relativas à agropecuária, a fim de diversificarem a agricultura paranaense, que se encontrava, naquele contexto, centralizada na indústria ervateira. A intenção não era deslocar ou minimizar a produção da erva-mate, mas aperfeiçoá-la, na medida em que se diversificava a produção agrícola de modo a atender também o mercado interno. Por esse motivo, defende o ensino científico e prático da agricultura racional e científica, amparada no manuseio do maquinário agrícola e nas práticas adequadas de manejo do solo. É importante salientar que o projeto de criação da UP foi estabelecido em conjunto com os interesses econômicos do Governo Estadual, que se voltava à propaganda pela intensificação da produção agrícola, aliada à distribuição de sementes e aos instrumentos agrários. Tal política já apresentava sucesso em relação à implantação da cultura do trigo, cevada, lúpulo, linho e algodão.

Assim, Victor do Amaral defendia que o ensino prático de Agronomia teria por finalidade a de “preparar homens industriais e úteis e não candidatos a empregos públicos, visando unicamente fartas aposentadorias”. (RELATÓRIO, 1914 *apud* CORRÊA LIMA, 1982, p. 206). Por essa razão, delegava aos demais membros da Universidade do Paraná a tarefa de congregar os elementos necessários para a instalação do ensino agrônomo no ano de 1915. Por fim, o intelectual afirmava a urgência de concretização de tal projeto, ao qual vinha se dedicando nos últimos anos:

Congreguemos os elementos necessários para a instalação, no próximo ano, em nossa Universidade, do ensino agrônômico, que tem sido a minha *delenda Catargo*⁵⁸, desde que em 1897, presidi a fundação da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná, e, em 1906 e 1907, apresentei na Câmara dos Deputados dois projetos sobre a educação agrícola largamente fundamentados. Conseguindo tal *desideratum*, terei realizado um compromisso moral, a que me impus, satisfazendo a um ideal de há muito afagado. (RELATÓRIO, 1914, *apud* CORRÊA LIMA, 1982, p. 206-207).

Victor do Amaral anuncia a necessidade urgente de iniciar as atividades relacionadas ao ensino agrônômico na Universidade do Paraná, mesmo que não tivessem sido concretizadas as condições materiais para tal. Defendia que, mesmo com a impossibilidade de aquisição de materiais para os laboratórios voltados ao ensino prático de agronomia, ainda assim era possível a instalação do curso, uma vez que tais materiais não seriam utilizados no primeiro ano, o que indica que, a princípio, seriam ministradas apenas aulas teóricas. Posteriormente, Victor do Amaral apresenta seus planos futuros de instalar um campo de experimentações agrícola no espaço do Instituto Agrônômico do Bacacheri.

Atendendo à demanda de Victor Ferreira do Amaral, em 1º de fevereiro de 1915, o Conselho Superior da Universidade do Paraná reuniu-se para organizar o curso, a fim de que esse entrasse em funcionamento ainda naquele ano. Conforme os alunos se formavam, juntavam-se ao corpo docente da Universidade do Paraná. Lysimaco Ferreira da Costa, aluno da primeira turma do Curso de Engenharia da Universidade do Paraná, assumiu a cadeira de Mineralogia e Geologia Agrícola e, posteriormente a cadeira de Química Analítica e Química Agrícola. Também foram nomeados como lentes catedráticos do curso de Agronomia: Heitor Soares Gomes, José Maria de Paula, Guilherme Barbosa Bezerril Fonteneli, Adolar Hegreville Hintz, David de Souza Camargo, Manoel Francisco Correia, Teófilo Garcez Duarte e Haroldo de Figueiredo.

Desse modo, no mês de fevereiro de 1915, foram realizados os exames de admissão da Universidade do Paraná para os Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia Civil, Medicina e Cirurgia, Odontologia, Farmácia, Obstetrícia, Comércio e Agronomia. As aulas iniciaram no dia 20 de fevereiro, tendo

⁵⁸ A expressão latina "*delenda est Cathago*" significa "Catargo deve ser destruída", e era utilizada no final dos discursos durante as Guerras Púnicas, entre Roma e Catargo. Tal expressão é citada para designar uma ideia fixa, perseguida com tenacidade.

ingressado no curso de Agronomia nove estudantes⁵⁹. Ao todo, quatro alunos concluíram o curso, em dezembro de 1917: Joaquim Meneleu Torres, Wandick Ribeiro Guimarães, Ladislau Tranezynski e Manoel Gonçalves.

Porém, a iniciativa de fundação da Universidade durou pouco tempo. Em 18 de março de 1915, o Governo Federal emitiu o Decreto 11.530, também conhecido como “Lei Maximiliano”⁶⁰, que restringiu o ideário do ensino livre, já que determinava que cabia ao Governo Federal a iniciativa de criar e regular as universidades brasileiras. Em tal contexto, os parlamentares paranaenses Luiz Bartolomeu e Artur Obino intercederam no Congresso Nacional em prol da instituição, tentando alterar alguns aspectos da lei que impediam a oficialização da Universidade do Paraná. Entretanto, seus esforços não lograram êxito.

Assim, a única alternativa para evitar a dissolução da Instituição de ensino superior foi o desmembramento da estrutura didático-administrativa, transformando-se assim nas seguintes faculdades isoladas: Faculdade de Direito, com os cursos de Direito e de Comércio; Faculdade de Engenharia, com os cursos de Engenharia Civil e de Agronomia; Faculdade de Medicina com os cursos de Medicina, Odontologia, Obstetrícia e Veterinária.

Névio Campos (2006) aponta que o reconhecimento do Governo Federal foi bastante demorado, pois a Lei Maximiliano determinava que apenas as faculdades com mais de cinco anos de existência poderiam requerer a equiparação junto ao Conselho Superior de Ensino. Por isso, somente em 1918 o grupo pôde fazer tal solicitação⁶¹.

Devido as dificuldades enfrentadas pelo grupo intelectual universitário acerca do reconhecimento das faculdades desmembradas, os cursos de

⁵⁹ Wandick Ribeiro Guimarães, Júlio Nascimento, Ladislau Trauczynski, Manoel Gonçalves, Abelardo Lima, Leopoldo Pinto Rosas, Sebastião Gonçalves Pereira, Elpídio Loureiro Alves dos Santos, e Pompílio Camargo. (DONI FILHO, 1995).

⁶⁰ A Lei “Maximiliano” expressou a centralização do ensino superior ao domínio do Governo Federal e implicou na supressão das universidades existentes, dentre elas a Universidade do Paraná.

⁶¹ Victor Ferreira do Amaral assumiu a liderança no processo de reconhecimento das instituições de ensino superior, utilizando-se de pareceres de autoridades políticas e acadêmicas para legitimá-las tanto entre os paranaenses, como entre as autoridades do Governo Federal. Contudo, as Faculdades de Direito e Engenharia foram reconhecidas apenas em 1920, sendo que a Faculdade de Medicina, cujo Diretor era Victor Ferreira do Amaral, teve o seu reconhecimento somente em 1922, para cumprir com as exigências do Conselho Superior de Ensino.

Comércio, anexado à Faculdade de Direito, e de Agronomia, anexado à Faculdade de Engenharia, passaram a se constituir como cursos à parte, sendo extintos de suas respectivas faculdades no ano de 1918. Em meio à crise financeira e institucional do projeto universitário, o estabelecimento de um projeto de ensino agrônomo constituiu-se paralelamente aos esforços empreendidos para o reconhecimento da Faculdade de Engenharia, à qual pertencia anteriormente. Desse modo, nos questionamos acerca de quais fatores motivaram a criação da Escola Agrônoma do Paraná. E mais, por que o curso de Agronomia não se manteve agregado à Faculdade de Engenharia?

Conforme apontamos anteriormente, a fundação da Escola Agrônoma do Paraná foi uma possível solução para a continuidade do curso de Agronomia, em meio ao contexto incerto de crise institucional e financeira da Universidade do Paraná. Embora Victor Ferreira do Amaral tenha sido um dos principais defensores do ensino agrícola, naquele momento o intelectual estava envolvido com a difícil tarefa de reconhecimento das faculdades de Engenharia, Direito, e Medicina, motivo pelo qual os professores catedráticos do curso de Agronomia, Lysimaco Ferreira do Amaral e Adolar de Hegreville Hintz incumbiram-se com o projeto de ensino agrônomo no Paraná.

Além disso, nossa principal hipótese é que a fundação da Escola Agrônoma do Paraná (EAP) representou a garantia de sua autonomia didática e administrativa, na medida em que as instituições de ensino superior agrícola do país estavam diretamente subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), não necessitando, portanto, submeter-se às exigências da Reforma Maximiliano, vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Tal possibilidade é aventada, com base no fato de que:

Em 18 de março de 1915, foram reorganizados por Decreto, os ensinos secundário e superior. Esta nova ordenação, denominada “Reforma Maximiliano”, ao nível do ensino superior, envolvia apenas os institutos de instrução superior subordinados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Assim, à semelhança do ocorrido quando da aprovação e vigência do “Código Eptácio Pessoa” e da “Reforma Rivadávia”, o ensino superior agrícola não foi atingido. (VEIGA, 2012, p. 66).

Ou seja, a estratégia de criação de uma instituição de ensino superior agrônomo, independente da estrutura da antiga Universidade do Paraná, possibilitou que a mesma não necessitasse mais se submeter às exigências da

Reforma Maximiliano para o seu reconhecimento, garantindo assim maior autonomia didática e financeira, facilidade para o reconhecimento da instituição de ensino, bem como a possibilidade, por parte da EAP, de requerer subvenção federal junto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio – MAIC.

3. O GERMINAR DO ENSINO SUPERIOR AGRÍCOLA: A ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ.

Agricultura, porém, não é simplesmente confiar à terra um germe da vida para que se reproduza. A humanidade fez desse rude processo primitivo uma arte e uma ciência. Não basta, pois, plantar. Como em toda a realização, para isso é mister uma orientação, um plano, conhecimento e aparelhamento especiais que todos os povos conscientes dos seus deveres divulgam e facilitam aos profissionais agrícolas.

Romário Martins⁶².

Devido ao desmembramento da Universidade do Paraná e ao consequente cancelamento do Curso de Agronomia, que subsistiu por um curto período de tempo, Lysimaco Ferreira da Costa⁶³ e Romário Martins⁶⁴ examinaram a ideia de fundar uma instituição de ensino superior agrônomo no Estado do Paraná. Em 1918, Romário Martins, que estava em seu quinto mandato como deputado estadual, encaminhou ao Congresso Legislativo um Projeto de Lei que previa a criação da Escola Agronômica do Paraná. Verifica-se, portanto, que a instituição

⁶² MARTINS, Romário. **Terra e Gente do Paraná**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

⁶³ Lysimaco Ferreira da Costa nasceu em Curitiba em 1º de dezembro de 1883. Estudou no Ginásio Paranaense, posteriormente ingressou na Escola Preparatória Tática de Rio Pardo (RS) e na Escola Militar na Praia Vermelha (RJ), local onde herdou a influência positivista. Em 1914 obteve o título de Engenheiro Geógrafo e de Engenheiro Arquiteto e em 1916 obteve o título de Engenheiro Civil. Aos 23 anos assumiu a Cadeira de Física no Ginásio Paranaense. Foi professor de Química Orgânica, Descritiva e Analítica no curso de Engenharia Civil, enquanto ainda era aluno daquele curso. Em 1915 foi eleito Lente Catedrático em Mineralogia e Geologia do Curso de Agronomia, anexo à Faculdade de Engenharia da Universidade do Paraná. Em 1918, criou e dirigiu a Escola Agronômica do Paraná. Em 1920, foi diretor e lente de Pedagogia da Escola Normal. Em 1923, organizou o plano de reforma da Escola Normal do Paraná. Em 1924, foi membro fundador da ABE. Em 1925, deixava a Diretoria da Escola Normal para assumir a Inspeção Geral do Ensino. Em 1928, assumiu a Secretaria da Fazenda do Paraná. Faleceu em 1941. (COSTA, 1987; ABREU, 2007).

⁶⁴ Alfredo Romário Martins nasceu em Curitiba, em 08 de dezembro de 1874. Romário Martins iniciou suas atividades profissionais como auxiliar de tipógrafo no Jornal *Dezenove de Dezembro*, em 1889. Posteriormente trabalhou na redação de diversos jornais diários e periódicos, como *Diário do Paraná*, *A Federação*, *Quinze de Novembro*, *Diário do Comércio*, *Paraná Moderno* e *A República*, no qual assumiu o cargo de Redator-chefe até os anos 1930. Assumiu a direção do Museu Paranaense no período de 1900 a 1923. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense - IHGEP (1900) e do Centro Paranista (1927). Foi eleito Deputado Estadual em 1904, pelo Partido Republicano, e posteriormente reeleito sete vezes (1904-1905; 1908-1909; 1910-1911; 1912-1914; 1919-1920; 1921-1922; 1923-1924; 1924-1928). Foi Fiscal do Estado junto à Escola Agronômica do Paraná, desde a sua criação em 1918. Assumiu a Direção do Departamento de Agricultura em 1928, em que ajudou a promover a criação de diversas Sociedades de Agricultura no Paraná. Também podemos destacar o trabalho intelectual de Romário Martins, principalmente as obras relacionadas à historiografia paranaense, tais como *História do Paraná* (1899) e *Terra e Gente do Paraná* (1944). Faleceu em 1948. (DONI FILHO, 1995; SZVARÇA, 1998).

surgiu a partir da combinação de dois projetos políticos distintos: um, relacionado ao ensino superior, e outro, à modernização agrícola do Estado.

Décio Szvarça (1993) apresenta Romário Martins como um forjador da história e símbolos paranaenses, na medida em que esse buscava definir a identidade regional do Paraná a partir dos ideais de civilização e progresso. Romário Martins é reconhecido, portanto, como um dos principais teorizadores e divulgadores do Paranismo⁶⁵, visto que sua trajetória pessoal esteve diretamente relacionada com seu projeto de definição de uma identidade regional, tanto na produção de suas obras intelectuais, quanto em sua atuação política em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP) e o Centro Paranista.

Nesse contexto, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), foi um importante instrumento para definir as particularidades do Paraná em meio a um projeto maior de nação brasileira. Inspirado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁶⁶ (IHGB), que era voltado para a construção da história nacional a partir do levantamento e centralização de informações históricas e geográficas de diversas regiões do Brasil, o IHGP foi constituído na capital do Estado, como o “polo centralizador de informações sobre as diversas regiões do Estado e irradiador de uma identidade unitária aos seus grupos populacionais”, constituindo-se, assim, como instituição responsável pela defesa das fronteiras⁶⁷ do território paranaense e pela formalização da história do Paraná. (ROSEVICS, 2009, p. 42). Em nota publicada no jornal *A República*, por motivo da comemoração do 2º aniversário do IHGP, consta a seguinte declaração:

⁶⁵ O Paranismo é resultado de um longo processo de formulação de uma autoimagem do Paraná, posterior à sua emancipação política, ocorrida em 1853. Constitui-se, portanto, como um processo de elaboração simbólica de uma identidade regional paranaense em relação às outras regiões do Brasil. Sobre o Paranismo e Movimento Paranista, ver: PEREIRA, 1996; SALTURI, 2007; CAMARGO, 2007; ROSEVICS, 2009.

⁶⁶ Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1839, logo após a independência política do país, cumpria o papel de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. (SCHWARCZ, 1993, p. 99).

⁶⁷ O IHGP apresentava como missão estatutária a definição dos limites territoriais do Paraná, também adotada como batalha pessoal de Romário Martins. Assim, Romário Martins argumenta no periódico *A República*, que “com o Estado, tem ele [IHGP], de pronto, um grave compromisso. É o tornar-se um poderoso auxiliar do Poder Público, reunindo dados e estudando documentos, para a exata determinação oficial dos nossos limites com São Paulo e Santa Catarina. (MARTINS, *A República*, 24 de maio de 1900, Ano XV, n.113, p. 1).

Incorporado a 24 de maio de 1900, pelo nosso ilustre colega Romário Martins, ao Instituto Histórico está, fatalmente, reservada a missão de mais transcendente interesse para o nosso Estado, pois que se destina ao estudo do passado paranaense, da sua grandeza geográfica e do conhecimento da língua, costumes e tradições de seus aborígenes. O seu programa é vasto. Nesse sentido, está aqui tudo por fazer-se, o que ainda mais realça a utilidade da nobilíssima associação, que, para a honra do Paraná deve prosseguir a sua missão patriótica com todo o ardor, a exemplo do sábio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos seus congêneres em São Paulo, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Santa Catarina e outros estados que todos os dias ilustram a história pátria com o resultado de suas pesquisas e lucubrações. (*A República*, 24 de maio de 1902, Ano XVII, n. 116, p. 1)

Ou seja, a fundação do IHGP, representou o envolvimento direto do intelectual Romário Martins, com a construção de uma identidade regional paranaense estabelecida a partir do estudo da história, etnografia e geografia do Paraná. Tal iniciativa demonstra os ideais defendidos por diversos intelectuais paranaenses como Romário Martins, Sebastião Paraná, Dario Vellozo, Emiliano Pernetta, Nestor de Castro, Bernardino Bormann e Emiliano de Leão, para a consolidação do Paraná diante de outros estados brasileiros, bem como a construção de uma história regional que garantisse o sentimento de identidade regional.

Seguindo a mesma tendência do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, foi fundado o Centro Paranista, em 1927, também por iniciativa de Romário Martins. O Centro Paranista constituiu-se como uma instituição que tinha o propósito de promover e estimular todas as iniciativas úteis ao progresso e à civilização do Estado do Paraná e contava com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. No artigo *Paranística*, publicado na revista *A Divulgação*, Romário Martins apresenta a seguinte definição sobre o modo de ser paranista:

Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore. [...] Paranismo é o espírito novo, de enlace e exaltação, idealizador de um Paraná maior pelo trabalho, pela ordem, pelo progresso, pela bondade, pela justiça, pela cultura, pela civilização. É o ambiente de paz e de solidariedade, o brilho e a altura dos ideais, as realizações superiores da inteligência e dos sentimentos. (MARTINS, 1948, p. 38).

Podemos deduzir, a partir do trecho de Romário Martins, que a definição de “Paranismo” estava centrada em diferentes contribuições referentes à agricultura,

indústria, engenharia, artes, educação e política. Em suma, a definição do que significa ser paranista era bastante ampla e incorporava o desenvolvimento do Paraná por diversos meios, quer seja lavrando, construindo, pintando, ensinando, escrevendo, esculpindo, o que demonstraria a diversidade de projetos possíveis para o enaltecimento do Estado. Por isso, o Centro Paranista constituiu-se como espaço de circulação de políticos⁶⁸, intelectuais e artistas que expressavam os ideais paranistas de diversas maneiras. Além disso, Szvarça (1993) ressalta a existência de uma “utopia civilizadora” em Romário Martins, na qual o Paranismo aponta para um projeto civilizacional que considera diversos aspectos a ser exaltados, como o meio físico, econômico e social.

Assim, em sua atuação política, Romário Martins também buscou articular os ideais paranistas com a defesa da agricultura. Podemos ressaltar diversas iniciativas de Romário Martins para o amplo desenvolvimento da agricultura e do ensino agrícola no Paraná, tanto na Direção do Departamento de Agricultura do Estado, como na Câmara Municipal de Curitiba e no Congresso Legislativo do Estado. De tal atuação, destacamos o projeto apresentado na Câmara Municipal de Curitiba, que visava a criação de um horto científico de plantas vivas, o qual passaria a denominar-se Jardim Botânico de Curitiba (1906); bem como os projetos apresentados no Congresso Legislativo do Estado, que previam a criação da Colônia Infantil, a fim de ministrar o ensino agrícola aos menores “desvalidos” (1909), a fundação da Escola Agrônômica do Paraná (1918) e a instituição do ensino ambulante agropecuário nos estabelecimentos rurais do Estado do Paraná (1921).

Além da atuação política de Romário Martins para o desenvolvimento da agricultura no Paraná, também podemos perceber em sua produção intelectual a defesa da vocação agrícola do Estado. No livro *História do Paraná*, de 1899, Romário Martins argumenta que o conjunto de fatores que definem o meio físico paranaense exerceu influência, por vezes decisiva, em seu destino. Pautando-se

⁶⁸ O movimento paranista obteve apoio político, na medida em que havia convergência de interesses para a promoção de uma identidade para o Paraná. Assim, políticos como Affonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha, financiaram os estudos de artistas plásticos locais que estavam envolvidos com o movimento paranista, além de incentivarem iniciativas culturais como a revista *Ilustração Paranaense*. (SALTURI, 2009).

no determinismo geográfico, sustenta que os campos e as florestas do Estado, “não somente decidiram a nossa existência, como de nossa índole”. (MARTINS, 1995, p. 4). Também aduz que a criação de animais e a extração da erva-mate e da madeira conduziram ao progressivo desenvolvimento do Paraná. Contudo, o autor ressalva que embora tais atividades econômicas tivessem produzido fortunas no passado, os cuidados que requeriam estavam sendo negligenciados, motivo pelo qual afirma que “os pinheiros cada vez ficam à maior distância e suas explorações se vão tornando antieconômicas e os ervais nativos entraram em crise de exploração”. (MARTINS, 1995, p. 4).

De mesmo modo, na obra *Paraná Antigo e Moderno*, publicada no ano de 1900, Romário Martins demonstra preocupação com a agricultura paranaense, apontando os perigos em se estabelecer a economia paranaense exclusivamente na exploração extrativista, motivo pelo qual criticava a exploração da madeira, que se baseava em métodos rudimentares e a monocultura do mate. O autor defende a diversificação da agricultura paranaense e destaca que o clima, relevo e solo do Estado possibilitavam o cultivo de outros produtos agrícolas, tais como os cereais europeus (trigo, cevada e centeio), além da plantação de cana de açúcar, café, algodão e tabaco.

A obra de Romário Martins *Terra e Gente do Paraná*, publicada em 1941, possui um capítulo exclusivo para tratar do meio rural paranaense, intitulado “*Rumo à Terra!*”. Como a obra de Romário Martins está estruturada como um dicionário histórico e biográfico do Paraná, tal capítulo apresenta uma série de fragmentos de texto, estudos e a publicação das iniciativas legislativas de Romário Martins para o desenvolvimento da economia rural no Paraná. É possível perceber a continuidade de sua defesa em relação ao desenvolvimento das indústrias agrícolas no Estado, a fim de substituir a indústria extrativista, considerada mais suscetível às crises econômicas.

Além disso, fica evidente na obra de Romário Martins a idealização acerca da agricultura, identificada como futuro do Paraná e mecanismo de civilização de sua população. Identificamos na obra uma série de jargões como “Bendita a terra onde o povo faz a sua própria seara e come seu próprio pão!”, e ainda, “Bendito o lavrador, bendito o criador! Bendito o País que os possui em altos totais entre a

sua gente”, os quais revelam que Romário Martins também teria se apropriado de um discurso de exaltação do campo e das atividades agrárias, associado aos ideais de enaltecimento do Paraná. (MARTINS, 1995, p. 259-260).

Décio Szvarça (1993) analisa as diversas fases de produção intelectual de Romário Martins e demonstra a constância do autor em relação à defesa da agricultura como atividade econômica que deveria ser incentivada pelos poderes públicos no Paraná. Além disso, identifica uma visão idílica de Romário Martins acerca do território paranaense, tanto da exploração de seus frutos (pinheiro e erva-mate), como do desenvolvimento das atividades agrícolas. Romário Martins defendia que o ato de “trabalhar a terra”, correspondia à principal atividade humana capaz de formar e sustentar uma sociedade civilizada. Segundo ele:

Foi a agricultura que constituiu, pois, toda a ordem moral, social e política da humanidade. Nenhuma profissão é mais nobre do que ela, que dirigiu o homem para os seus destinos. A produção de alimentos e de matérias-primas vegetais e animais sempre foi e será eternamente a máxima preocupação dos povos, por isso que da maior variedade, qualidade e quantidade desses produtos, resulta para as nações sua riqueza econômica mais civilizadora. (MARTINS, 1995, p. 260).

Também argumenta que:

Agricultura, porém, não é simplesmente confiar à terra um germe da vida para que se reproduza. A humanidade fez desse rude processo primitivo uma arte e uma ciência. Não basta, pois, plantar. Como em toda a realização, para isso é mister uma orientação, um plano, conhecimento e aparelhamento especiais que todos os povos conscientes dos seus deveres divulgam e facilitam aos profissionais agrícolas. (MARTINS, 1995, p. 261).

A partir da análise da trajetória política e intelectual de Romário Martins, percebemos um direcionamento progressivo para a consolidação do antigo projeto de Victor Ferreira do Amaral, que visava a criação de um estabelecimento de ensino agrônomo no Estado do Paraná. Embora Amaral tenha sido um dos pioneiros a defender perante as autoridades públicas a instalação de instituições de ensino e pesquisa agrícolas, a efetivação de tal pretensão somente foi possível nos governos de Affonso Camargo (1916-1920) e Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928), ambos do Partido Republicano Paranaense (PRP). Assim, pensamos que Romário Martins, eleito diversas vezes como deputado pelo PRP, constituiu-se como um porta-voz dos interesses estatais no Congresso Legislativo do Paraná.

Desse modo, em 19 de março de 1918, Romário Martins apresentou o Projeto de Lei nº 59, que previa a criação de uma Escola Agronômica na capital. Ao considerarmos sua produção bibliográfica e sua atuação política em defesa da agricultura paranaense, podemos perceber que a proposta de criação da Escola Agronômica do Paraná não tratou-se de um ato isolado, mas integrava uma concepção maior de desenvolvimento do Estado a partir da agricultura. Em discurso, Romário Martins afirma que a Escola Agronômica do Paraná tinha por função:

[...] fazer bacharéis em agronomia, título com o qual se dispersam nos mais diversos rumos da vida prática, tantas inteligências úteis, porém quase sempre distantes do campo onde as suas atividades poderiam ser proveitosas à nossa reconstrução econômica feita pelos labores de tão dignificadora profissão. A intenção do projeto não é, pois, senão formar contingentes de homens aptos para a lavoura segundo os processos modernos, e com a competência profissional que nos falta; homens que contribuam para as reformas que se fazem precisas, dos rudes processos pelos quais se faz ainda a agricultura em nosso meio. (MARTINS, *A República*, 22 de março de 1918, Ano XXXIII, n. 67, p. 1).

No discurso de Romário Martins fica evidente a importância depositada à formação de agrônomos para a reconstrução econômica do Estado do Paraná. Romário Martins considera que o agrônomo seria o profissional que teria a competência para realizar as reformas necessárias no meio rural, aplicando os processos modernos da agricultura. Na continuidade do discurso, aponta que a criação da Escola Agronômica do Paraná se tornaria possível após a instalação, em 1917, da Escola Prática de Agricultura de Araucária (EPAA), por iniciativa do Agrônomo Zedneck Gayer. Romário Martins destaca que a proposta de criação da EPAA, voltada para o ensino primário agrícola, demonstrava os avanços em relação ao ensino agrícola no Paraná, que poderiam ser finalmente consolidados a partir da fundação de uma escola superior agronômica. Nesse sentido, o deputado afirma que:

A Escola Prática de Agricultura, situada no campo de experiência “Gayerovo”, no município de Araucária, é destinada aos filhos de pequenos agricultores. O curso durará o espaço de um ano, de 1º de junho à 1º de julho do ano seguinte e abrangerá todos os conhecimentos absolutamente necessários para os mistérios da lavoura, com o fim de tirar da terra os melhores resultados possíveis. Somente deste modo pode ser desenvolvida a agricultura no Paraná, pois, aumentando a força produtiva do solo, conseguir-se-á o aumento da riqueza nacional. O principal fim da escola será o ensino prático da agricultura e ciências anexas, de modo que, ao terminá-lo, poderá o aluno obter

imediatamente o fruto dos conhecimentos adquiridos, aplicando-se na sua própria chácara. Para isso se exige que os alunos se apliquem durante algumas horas do dia aos trabalhos práticos no campo de experiência, executando os serviços que lhes forem designados. O trabalho nessas condições será uma demonstração prática das lições, ministradas nas aulas. (*A República*, 05 de março de 1917, Ano XXXI, n. 53, p. 3).

A proposta de criação da Escola Agronômica do Paraná compreendia um curso de duração de três anos, habilitando os alunos formados a receber o diploma de agrônomos. O curso teórico seria realizado no edifício do Ginásio Paranaense e o curso prático seria temporariamente realizado na Escola Prática de Agricultura de Araucária, até que outro espaço fosse providenciado pelo governo estadual. Além disso, a instituição de ensino agronômico ministraria aulas no período noturno para que pudesse ser frequentada por pessoas que tivessem “o seu dia ocupado com outros estudos, ou com o granjeio da vida em vários campos de atividade”. (MARTINS, *A República*, 22 de março de 1918, Ano XXXIII, n. 67, p. 1).

O projeto que previa a criação da Escola Agronômica do Paraná teve ampla acolhida na sessão legislativa, tendo recebido duas propostas de emenda apresentadas pelo Deputado Generoso Borges. A primeira, tinha por intuito alterar o Artigo 4º da Lei, que estabelecia que as matrículas dos alunos seriam feitas por meio de atestados de exames preparatórios ou exames de admissão realizados no estabelecimento de ensino⁶⁹. A emenda proposta determinava que as matrículas fossem realizadas conforme o Código de Ensino do Estado do Paraná, aprovado pelo Decreto n. 17, de 9 de janeiro de 1917.

Generoso Borges alegava que a admissão da Escola Agronômica deveria ser realizada em conformidade com os artigos 230 e 308 do Código de Ensino, que abordavam respectivamente os procedimentos de matrícula para o Ginásio Paranaense e na Universidade do Paraná. Ou seja, a tentativa do deputado era a de enquadrar a Escola Agronômica conforme as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública para o ensino secundário e/ou superior.

⁶⁹ Segundo Romário Martins, tais exames deveriam versar as seguintes matérias: Português, Francês, Geografia, História do Brasil, Aritmética, Álgebra, Noções de História Natural, Física e Química.

Como resposta à emenda, Romário Martins - apoiado pelos deputados Plínio Marques e Jayme Ballão - rejeitou a necessidade de alteração do artigo, argumentando que a proposta de criação de uma Escola Agrônômica não possuía qualquer correspondência com o Ginásio Paranaense ou a Universidade do Paraná, constituindo-se, portanto, com um outro tipo de estabelecimento de ensino.

A segunda emenda proposta por Generoso Borges visava a criação de estabelecimentos de ensino agrícola similares à Escola Agrônômica em diversas cidades do Estado, tais como Guarapuava, Ponta Grossa, Paranaguá, Jacarezinho, Castro e Rio Negro. Romário Martins argumentou que tal proposta causaria embaraço ao Governo Estadual e destacou os obstáculos para a implantação do projeto de ensino agrônômico no interior do Estado, que já vinha sendo debatida e postergada devido à falta de recursos. Nesse sentido, Romário Martins afirmou que:

A intenção da emenda é alargar o benefício e estaríamos bem se pudéssemos alcançar um tal *desideratum*. Mas não é possível. Pois se até hoje não tivemos ensino agrícola absolutamente nenhum, por falta de recursos à um mister tão exigente e dispendioso, como é que quando se nos oferece a oportunidade de uma primeira Escola desse gênero na Capital, já queremos que se estenda por mais seis outros pontos do território do Estado? (MARTINS, *A República*, 7 de agosto de 1918, Ano XXXIII, n. 187, p. 3).

Em seguida, Romário Martins tentou desqualificar a emenda do deputado Generoso Borges, afirmando que a proposta de criação de sete escolas superiores de Agronomia no Estado do Paraná não era razoável, visto que o Brasil inteiro possuía, até aquele momento, apenas seis instituições do gênero. Por fim, declarou que se tratava de uma proposta que não condizia com a realidade do Estado e do país, e que o momento somente permitiria a criação de uma escola superior agrícola em Curitiba, que atenderia aos jovens de todo o Estado.

Perante tal crítica, Generoso Borges explicou que sua proposta visava atender aos interesses de outros municípios do Paraná, e por consequência dos deputados que os representavam, e que a criação de uma instituição de ensino prático da Agricultura parecia ser mais adequada aos municípios do interior do que da capital do Estado. O deputado também sustentou a viabilidade da criação

de escolas superiores agrícolas em outras cidades do Paraná, visto que as mesmas seriam fundadas em conformidade com o “princípio cooperativo”, ou seja, a partir de iniciativas particulares, sem onerar o Governo Estadual. (BORGES, *A República*, 9 de agosto de 1918, Ano XXXIII, n. 189, p. 3). Generoso Borges sustentava que:

[...] no estabelecimento que nos ocupamos, todo o dinheiro entrado é para dividir entre os professores; portanto é uma Sociedade Cooperativa, e assim, pode se fundar em Ponta Grossa, onde já existe um campo de experiências, que deu bons resultados práticos; pode se fundar em Guarapuava onde existem moços formados que podem perfeitamente ensinar; pode se fundar em Paranaguá, onde se pretende conseguir, como disse e dizem representantes daquela cidade, que passe para o município uma ilha que lá existe e que pode servir de campo de experiências ou para a Escola Agrícola. De modo que a criação de tais escolas nas cidades do interior, não pode servir de obstáculo a que se crie a da Capital, e vice-versa. Além disso, trata-se unicamente de uma simples autorização, de modo que a sua criação fique dependente inteiramente da vontade do Governo; não prejudicando em nada a escola projetada na capital. (BORGES, *A República*, 9 de agosto de 1918, Ano XXXIII, n. 189, p. 3).

Diante de tal impasse, tomou a palavra o deputado Plínio Marques argumentando que o local mais apropriado, tanto pela facilidade de contratar corpo docente, quanto pela facilidade de instalação da instituição, seria a cidade de Curitiba. A partir de tal exposição, o deputado Plínio Marques expressou seu pleno apoio para a instalação da Escola Agrônômica somente na cidade de Curitiba, juntamente com os deputados Romário Martins, Jayme Ballão, Marins Camargo, Eurides Cunha e Telêmaco Borba.

O debate sobre o local de instalação da futura Escola Agrônômica do Paraná demonstra as tensões existentes no campo político paranaense, em que deputados da capital, representados por Romário Martins, e deputados do interior do Estado, representados por Generoso Borges, duelaram pela hegemonia do projeto de ensino agrônômico no Estado.

A resistência dos deputados em permitir a inclusão da emenda no projeto, mesmo que voltada apenas para a autorização de outras instituições de ensino agrícolas, sinaliza a tentativa de manutenção do monopólio do grupo político de Romário Martins, no que concerne às ações voltadas à modernização agrícola. O ensino superior agrícola assumia um papel estratégico para o desenvolvimento do

Estado, motivo pelo qual era necessário delimitar quais seriam os agentes autorizados a dar prosseguimento ao projeto.

Assim, a Escola Agronômica do Paraná (EAP) foi autorizada a funcionar na cidade de Curitiba, a partir da Lei nº 1.788, de 5 de abril de 1918, firmada pelo Presidente do Estado Afonso Alves de Camargo; pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Caetano Munhoz da Rocha; e pelo Diretor da Fazenda, Alcides Munhoz. Consta no artigo 1º da referida Lei, que:

Fica o Poder Executivo autorizado a fundar na capital do Estado, pela maneira mais conveniente, um curso de ensino profissional agrícola com aplicação especial a produção econômica das plantas e dos animais mais úteis, adaptáveis às condições mesológicas do Estado, o conhecimento das indústrias mais intimamente ligadas a agricultura e a habilitação para a exploração racional das propriedades agrícolas. (PARANÁ, Lei n. 1788, 5 de abril de 1918).

A solenidade de inauguração da Escola Agronômica do Paraná realizou-se com a presença de importantes personalidades paranaenses, entre as quais devemos destacar: Afonso Camargo, Presidente do Estado; Caetano Munhoz da Rocha, Secretário da Fazenda e da Agricultura; Lindolfo Pessoa, chefe de Polícia; Lysimaco Ferreira da Costa, diretor da Escola Agronômica; e Adolar Hegreville Hintz, Secretário da Escola Agronômica. A respeito da inauguração da Escola Agronômica do Paraná, Romário Martins publica, na primeira página do jornal *A República*:

A inauguração, ontem, da Escola Agronômica do Paraná marca sem dúvida alguma uma conquista valiosa de nossa civilização. Estado cuja vida econômica assenta nas esperanças do intenso aproveitamento das suas terras de lavoura e onde um sistema feliz de colonização de agricultores está dando, neste momento, os mais brilhantes resultados com a expansão das forças étnicas desse sistema advindas e já desdobradas prometedormente por zonas ainda há pouco povoadas, - não se compreendia que permanecesse descuidado do ensino normal da agricultura, tal como está atualmente esse ensino desenvolvido em todos os centros cultos, europeus e americanos.

A agricultura, nos dias que correm é alguma coisa mais do que a ciência empírica do operário rude de nossos campos, que tudo espera na prodigalidade da nossa natureza. A sua sistematização em processos filhos das conquistas da física e da química, da observação das leis naturais que regem o ar e a terra e os seus fenômenos correspondentes, por toda parte está hoje substituído as tradições do empirismo, sobre o qual nenhum povo ainda fundou nenhuma condição estável de progresso.

Não havíamos nós – com uma população rural que se conta por quase dois terços da população geral do Estado, - de vivermos esperando que

a rotina do caboclo e do polaco, em sua rudeza, realizasse o milagre de obter o máximo e o melhor da produção agrícola, sondando os mistérios da criação com a ignorância de todos os recursos que a ciência já pôs ao serviço da multiplicação econômica das espécies vegetais, empregadas na alimentação.

Era preciso que o povo que já assumiu, como nós, um certo grau de cultura, se voltasse também para os fatores materiais de que, principalmente, depende a sua própria existência e os assegurasse e desenvolvesse dentro de fórmulas consentâneas com o seu progresso noutros departamentos de civilização. (MARTINS, *A República*, 2 de julho de 1918, Ano XXXIII, n. 156, p. 1).

No artigo reproduzido acima, intitulado *O solene início dos cursos da Escola Agrônômica do Paraná*, Romário Martins demonstra seu entusiasmo pelo início das atividades da instituição, a qual considera uma conquista da civilização paranaense, que já contava com a colonização dos imigrantes em seus territórios pouco povoados. Tal exposição evidencia que a concepção de civilização de Romário Martins estava relacionada com a condução apropriada da agricultura pelos processos científicos, devendo ser amplamente difundidos pela população paranaense, particularmente entre os pequenos produtores rurais.

A proposta de Romário Martins era a de civilizar a população cabocla⁷⁰ e imigrante⁷¹ através do ensino agrícola, livrando-os da ignorância e dos processos rudimentares de produção agrícola. Assim, Romário Martins ressalta a necessidade de que a população que possuísse “mais cultura” tomasse as rédeas na condução da população rural pela via do ensino agrícola, já que essa seria a alternativa encontrada para que se produzisse o “máximo e o melhor” nos campos. Podemos deduzir que a proposta de Romário Martins para a criação da Escola Agrônômica do Paraná tinha por objetivo não apenas formar profissionais habilitados a trabalhar nas propriedades agrícolas do Estado, mas também conduzir, orientar e ensinar os lavradores e pequenos proprietários rurais. Em

⁷⁰ Em 1940, Romário Martins escreve um programa denominado *Escolas Rurais Especiais para a Educação e Socialização do Caboclo*, a qual defende o combate ao atraso e ignorância dos caboclos ou mestiços a partir da garantia de terra, o auxílio às atividades rurais, a assistência médica e farmacêutica, a higiene e ensino primário e profissional.

⁷¹ Romário Martins considera o imigrante sob dois aspectos: se por um lado é o elemento novo que ameaça a integração nacional, por outro também contribui para a eugeniação do sangue brasileiro e para o ideal de democracia rural no Paraná, conquistado a partir da distribuição de pequenas propriedades produtivas nas colônias imigrantes. Por esse motivo, Romário Martins defende a distribuição racional dos imigrantes no território paranaense, a fim de propiciar a integração dos mesmos. A partir de tal mecanismo, os traços resultantes do amalgamento das contribuições culturais e econômicas dos imigrantes possibilitaria a formação de um trabalhador pacífico, construtor e esforçado, capaz de garantir a ordem e o progresso do Estado. (SZVARÇA, 1993).

suma, o papel dos agrônomos não estava restrito à aplicação das técnicas amparadas nas ciências agrícolas, possuindo também uma função pedagógica, voltada à formação do “homem do campo”.

Consideramos que Romário Martins não apenas estava defendendo a ideia de condução da população agrícola paranaense, mas também atuava como representante legítimo dos grupos dirigentes do Estado no que se referia à difusão do ensino agrícola. Deve-se ressaltar o fato de que, além de deputado estadual atuante na causa da agricultura paranaense, Romário Martins também era Redator-Chefe do jornal *A República*, o que explicaria a visibilidade da trajetória institucional da Escola Agrônômica do Paraná nas publicações do jornal. A título de exemplo, consta no jornal a seguinte declaração acerca da instituição de ensino agrônômico, em matéria intitulada “*Quem lavra a terra serve à Pátria*”:

Instituída por um grupo de infatigáveis trabalhadores que só desejam concorrer para bem aparelhar este Estado no caminho do Progresso, amparada em todos os seus passos pelos Exmos. Srs. Drs. Affonso de Camargo, Presidente do Estado; e Caetano Munhoz da Rocha, Secretário da Fazenda e Agricultura, a “Escola Agrônômica do Paraná” surge esperando merecer a atenção e o apoio de todos os nossos patrícios, para fornecer em curto espaço de tempo o maior número possível de Agrônomos hábeis, cheios de iniciativa e trabalho, e capazes de transformar os nossos campos incultos e improdutivos nas mais fecundas e estáveis fontes de riqueza. Aí está uma oportunidade que a mocidade paranaense deve aproveitar para contribuir efetivamente no progresso e na civilização desta terra. O Paraná assim o espera, para a exurgência⁷² definitiva do aproveitamento de todos os imensos recursos naturais (*A República*, 12 de junho de 1918, Ano XXXIII, n. 139, p. 1).

O texto anuncia que o propósito da EAP estava diretamente relacionado ao progresso do Paraná, a partir do melhor aproveitamento das terras improdutivas e dos recursos naturais, possibilitados pela aplicação das ciências agrônômicas. Tal característica será recorrente ao longo da trajetória institucional da Escola Agrônômica do Paraná, principalmente em sua primeira década de funcionamento, em que se evidencia o pleno suporte do governo estadual para a concretização do projeto de ensino agrônômico.

Assim, podemos afirmar que a Escola Agrônômica do Paraná se constituiu como um projeto pertencente aos grupos dirigentes do Estado do Paraná, intermediados por figuras como Affonso Camargo e Caetano Munhoz da Rocha, que naquele momento assumiam os cargos respectivos de Presidente do Estado

⁷² Ato ou efeito de exsurgir, levantar-se, erguer-se, elevar-se. (HOUAISS; VILLAR, 2001).

e Secretário da Fazenda e Agricultura, e que acompanharam todos os “passos” para a concretização de tal iniciativa.

Sebastião Paraná, diretor do Ginásio Paranaenses e da Escola Normal, escreveu um artigo a fim de prestar seu apoio à implementação do projeto de ensino agrônômico, em que manifesta que a sua concretização somente foi possível graças à participação direta do Governo Estadual, presidido por Affonso Alves de Camargo. Sebastião Paraná considerava que a iniciativa de criação da Escola Agrônômica do Paraná era uma prova sólida do interesse da administração pública estadual no sentido de intensificar a produção agrícola do Estado, sendo essa a “causa cardeal do Paraná”. Por fim ressalta que o aprendizado agrícola seria uma iniciativa indispensável, pois a “cultura da terra reclama hoje os conhecimentos técnicos dos que se dedicam ao seu amanhã”, e declara que o solo, “sem o domínio do trabalho disciplinado não pode suportar o peso da aldeia mais humilde, quanto mais o império de uma nação, que só é adquirido depois da segurança do pão cotidiano”. (PARANÁ, *A República*, 3 de julho de 1918, Ano XXXIII, n. 157, p. 1).

Também no periódico *A República*, consta a reprodução de artigo publicado pelo *Comércio do Paraná*, que apresentava amplo apoio e elogios à iniciativa de criação da Escola Agrônômica do Paraná. Mesmo sem constar o autor da publicação no *Comércio do Paraná*, observa-se que a criação de um estabelecimento de ensino superior agrônômico no Estado do Paraná foi um grande acontecimento público, que correspondia aos projetos de modernização agrícola e de desenvolvimento econômico do Estado do Paraná:

Pelo Sr. Dr. Presidente do Estado foi assinado na semana última o decreto que nomeia o corpo docente da Escola Agrônômica do Paraná, útil instituto oficial de ensino teórico e prático das ciências vinculadas à Agricultura. Estado, como o nosso, essencialmente agrícola, segundo a velha chapa, carecia de um estabelecimento dessa natureza para incremento da agricultura racional e científica, numa forte reação à rotina que tantos males tem causado, impedindo que se extraia da terra o máximo que ela pode dar. [...]

Efetivamente não se compreende como até agora não possuíamos uma escola agrícola, quando os Estados do Norte, de área cultural muito menor, possuíam há muito tempo institutos congêneres e que grandes serviços têm prestado, estimulando o fomento econômico daquelas circunscrições da República, onde, com a extinção gradual da rotina, reflorescem regiões ao influxo da noção agrônômica moderna. (*A República*, 11 de junho de 1918, Ano XXXIII, n. 138, p. 1)

O artigo define a Escola Agronômica do Paraná como um “instituto oficial de ensino teórico e prático das ciências vinculadas à agricultura”, a qual viria a proporcionar ao Estado, essencialmente agrícola, o incremento de uma agricultura “racional e científica”, em oposição às tradições rotineiras dos agricultores. Tal projeto de modernização agrícola tomava como referência os países desenvolvidos economicamente, que já teriam adotado institutos de pesquisa e ensino agrícolas semelhantes à Escola Agronômica do Paraná. Devemos salientar que a proposta da Escola Agronômica do Paraná se inseria na mesma linha de outras escolas superiores de agricultura que já existiam no Brasil, que apresentavam como atribuições, além do ensino agronômico, também a experimentação e a pesquisa, devendo, sobretudo, dirigir os trabalhos educacionais para a população rural. (OLIVER, 2005).

Desse modo, a Escola Agronômica do Paraná era apontada como símbolo do progresso do Estado, na medida em que era depositadas as esperanças acerca da atuação de tal estabelecimento de ensino para a prosperidade e desenvolvimento econômico. Na continuidade do artigo publicado em *A República*, é apresentada a vocação da Escola Agronômica, como a de propagar o cultivo da terra a partir dos “bons preceitos da moderna ciência agrícola”. (*A República*, 11 de junho de 1918, Ano XXXIII, n. 138, p. 1)

A terra não é só a mansão destinada ao repouso eterno dos mortos; ela é também a fonte máxima da vida, de riqueza, de poder, e assim como dá o pão ao indivíduo que a cultiva, dá a prosperidade e a grandeza aos povos que a cuidam carinhosamente. E, melhor falando, a base única da força econômica dos Estados que devem nela considerar uma fonte inesgotável de riqueza. Cultivá-la de acordo com os bons preceitos da moderna ciência agrícola, é o maior dever de todos quantos almejam o bem-estar individual e coletivo. (*A República*, 11 de junho de 1918, Ano XXXIII, n. 138, p. 1)

Assim, a Escola Agronômica do Paraná apresentava como propósito principal o de sistematizar e modernizar os processos agrícolas do Estado do Paraná, garantindo a formação de agrônomos, lavradores e pequenos proprietários agrícolas, de modo a torná-los capazes de “enfrentar com coragem e êxito as surpresas reservadas pelo solo paranaense, ainda que pouco conhecido”. Acreditava-se, naquele momento, que a formação de agrônomos seria uma solução para a enorme extensão de terras improdutivas, considerado um entrave

para o desenvolvimento do progresso geral do Estado do Paraná. (COSTA, A *República*, 24 de julho de 1919, Ano XXXIV, n.172, p. 1).

No jornal de abrangência nacional denominado *O País*⁷³, constam duas publicações, referentes aos anos de 1918 e 1919, sobre a Escola Agrônômica do Paraná, ambas com reproduções do jornal *A República*, órgão do Partido Republicano Paranaense. A primeira publicação, demonstra que o jornal *A República*, “louva a ação dos poderes públicos, especialmente os esforços do Presidente Affonso Camargo e dos Drs. Caetano Munhoz da Rocha, Secretário da Agricultura e Vieira Souto, Delegado da produção nacional”, e ainda afirma que “o Governo do Paraná levantou a cúpula de reconstrução sistemática da lavoura paranaense” a partir da fundação da Escola Agrônômica do Paraná (*O País*, 5 de junho de 1918, Ano XXXIV, n. 12.291, p. 5). Na segunda publicação, de 1919, é mencionado que a Escola Agrônômica do Paraná estaria em pleno funcionamento, com “a matrícula de 80 alunos e animadora frequência”. Além disso, aponta que a EAP seria “um fator poderoso para a fixidez da cultura racional”, levada ao campo por essa “plêiade de moços”, que eram os “verdadeiros pioneiros da nossa futura grandeza econômica”. (*O País*, 12 de fevereiro de 1919, Ano XXXV, n. 12.543, p. 7).

Em 1919, o otimismo em torno da função da Escola Agrônômica do Paraná foi reforçado pelo reconhecimento federal do estabelecimento de ensino superior agrícola, em ato do Presidente Federal Epitácio Pessoa. Deve-se frisar que a Escola Agrônômica do Paraná conquistou o reconhecimento federal antes das Faculdades de Engenharia, Direito e Medicina do Paraná. A imprensa afirmava:

(...) O Paraná é a terra do futuro, que em tempos não longínquos dará prova extraordinária das suas múltiplas possibilidades. Por tudo isso, o reconhecimento da sua Escola Agrônômica pelo governo federal é um fato muito significativo para todo o Estado, pelas vantagens que ele oferece. É uma ocorrência que vem estimular o desenvolvimento do Paraná, que já atualmente se destaca da melhor maneira nos centros produtores nacionais e que de avante mais tratará de sua afirmação por motivo desse mesmo incentivo que acaba de receber. (*A República*, Curitiba, 02 de outubro de 1919, Ano XXXVI, n. 232, p.1).

⁷³ Jornal diário de grande circulação, foi lançado no dia 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro (RJ), pelo empresário João José dos Reis Júnior, o conde de São Salvador de Matosinhos. Tido como o mais robusto órgão governista da República Velha, foi um dos principais formadores de opinião da sociedade brasileira, entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-paiz> Acesso em: 27 de Fevereiro de 2015.

Também, no ano de 1919, ocorreu por iniciativa dos alunos da Escola Agrônômica do Paraná a fundação da União dos Acadêmicos de Agronomia do Paraná (UAAP), instituição patrocinada pelo Presidente do Estado, Affonso Camargo, que teria apoiado a causa dos acadêmicos de Agronomia. Na ocasião da primeira reunião da União dos Acadêmicos de Agronomia do Paraná foi definido como presidente o acadêmico Gabriel Quadros. Lysimaco Ferreira da Costa, diretor da Escola Agrônômica do Paraná, foi nomeado como presidente honorário da UAAP. A EAP passou a receber subvenção federal e a estar subordinada à fiscalização do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) a partir do ano de 1922, quando foi registrada junto ao órgão como estabelecimento profissional agrícola, conforme Decreto nº 15.774, de 6 de dezembro de 1922.

Em seguida à aprovação da Lei que criava a Escola Agrônômica do Paraná, em 29 de maio de 1918, a instituição foi regulamentada pelo Decreto nº 437, no qual era apresentado em anexo o “*Regulamento para a Escola Agrônômica do Paraná*”⁷⁴, que previa a organização da instituição, bem como o funcionamento do curso de Agronomia. No documento, constava que as aulas teóricas do Curso de Agronomia da EAP seriam realizadas no Edifício do Ginásio Paranaense, durante o período noturno. Já as aulas práticas eram previstas, inicialmente, nas dependências da Escola Prática de Agricultura de Araucária. Além disso, o ano letivo compreendia o período de onze meses, dos quais oito meses eram dedicados ao curso teórico e três meses eram voltados ao curso prático.

A Escola Agrônômica do Paraná, estabeleceu-se assim, no Palácio da Instrução⁷⁵, juntamente com o Ginásio Paranaense, a Escola Normal e o Instituto Comercial. Seu *Regulamento* previa que as sanções disciplinares dos alunos que cometessem faltas fossem as mesmas do Regulamento do Ginásio Paranaense, assim como a aplicação das notas de estudos, as sabatinas e faltas, o que evidencia o aproveitamento da estrutura física e parte da estrutura funcional da

⁷⁴ O “Regulamento para a Escola Agrônômica do Paraná” encontra-se disponível no **anexo 2**, ao final da dissertação.

⁷⁵ O prédio do Palácio da Instrução abriga atualmente a Secretaria da Cultura do Paraná, localizado na Rua Ébano Pereira, entre as ruas Saldanha Marinho e Cruz Machado.

mesma instituição. Entretanto, a fiscalização da EAP era realizada pela Secretaria de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, a qual designou Romário Martins como funcionário de confiança para assumir a função de Fiscal do Estado.

Desse modo, além de ter contribuído com a formalização do projeto da Escola Agrônômica do Paraná, Romário Martins continuou exercendo um papel estratégico na instituição, na medida em que intermediava as relações entre a direção da EAP e o Governo Estadual. Além disso, consta no documento que, embora algumas regras, principalmente didático-burocráticas fossem cumpridas em conformidade com o Regulamento do Ginásio Paranaense, a gestão e decisões referentes à Escola Agrônômica do Paraná eram exclusivas da Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.



Figura 4 - Palácio da Instrução: Edifício do Ginásio Paranaense, Escola Normal e Escola Agrônômica do Paraná, a qual permaneceu no prédio até o ano de 1927. Fonte: Casa da Memória de Curitiba.

Segundo o *Regulamento para a Escola Agrônômica do Paraná*, a organização do curso de Agronomia compreendia o período de três anos. Além disso, havia a possibilidade de que os alunos recebessem o diploma de Engenheiro Agrônomo, caso optassem por realizar a especialização em qualquer uma das Cadeiras da instituição, durante o período de um ano. Os diplomas de Agrônomo e de Engenheiro Agrônomo eram diretamente conferidos pelo Diretor

da Escola Agrônômica do Paraná, pelo Presidente do Estado do Paraná e pelo Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

A matrícula custava o valor de 165 mil réis anuais, havendo também a previsão de uma matrícula gratuita a cada grupo de dez alunos. Em relação ao ingresso dos alunos no Curso de Agronomia da EAP, o regulamento indica que esses deveriam apresentar os seguintes documentos: um requerimento assinado, com firma reconhecida, na qual constasse a declaração de idade, filiação e naturalidade do candidato; a certidão de nascimento a fim de comprovar idade superior aos 15 anos, atestados de conduta, atestados de vacina contra a varíola e tifo, e comprovante de pagamento da matrícula.

Conforme apresentado na proposta original de Romário Martins, a Escola Agrônômica do Paraná manteve os exames de admissão dos estudantes realizados pela própria instituição, os quais consistiam em provas, escrita e oral, de Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia e História do Brasil e do Paraná. Também havia a possibilidade de dispensa dos exames para aqueles alunos que apresentassem certificado de aprovação em outros exames de admissão, para os que possuísem o 2º ano dos cursos da Escola Normal, do Ginásio Paranaense e dos Institutos Comerciais do Estado, ou mesmo para os que estivessem matriculados em qualquer estabelecimento oficial de instrução superior.

Para a realização de matrícula nos anos posteriores do curso de Agronomia, o Regulamento indicava a necessidade de comprovação da aprovação nos exames do ano anterior e a prova de pagamento das taxas respectivas. O aluno que dependia de exame em matéria poderia se matricular no ano seguinte desde que realizasse o pagamento da matrícula e que fizesse o exame em até noventa dias, contados da data de reprovação.

Abertas as primeiras inscrições para o curso no ano de 1918, compareceram ao todo 142 candidatos, dos quais 73 efetivaram suas matrículas. A adesão de tantos alunos matriculados na Escola Agrônômica do Paraná representou um sucesso inusitado, dado que a procura foi superior em relação aos outros cursos da Universidade do Paraná. Doni Filho (1995) ressalta que na primeira turma da Escola Agrônômica constavam diversos alunos de famílias

tradicionais da cidade de Curitiba. Do total de 73 alunos matriculados inicialmente na EAP, apenas 44 chegaram a formar a primeira turma de diplomados da Escola Agrônômica do Paraná, em 1920, conforme disposto no **Anexo 3**.

A partir do Decreto nº 464, de 07 de Junho de 1918, foram designados o Engenheiro Civil Lysimaco Ferreira da Costa e o Engenheiro Agrônomo Adolar Hegreville Hintz⁷⁷ para exercerem respectivamente os cargos de Diretor e Secretário da Escola Agrônômica do Paraná. É provável que as relações entre Romário Martins e Lysimaco Ferreira da Costa tenham sido estabelecidas ainda no Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP). Durante o ano de 1911, Lysimaco Ferreira da Costa assumiu a Comissão Permanente de Geografia da instituição. No mesmo período, Romário Martins estava na Presidência e Victor Ferreira do Amaral era responsável pela Comissão de Admissão de Sócios do IHGP.

Em seguida, com o Decreto nº 466, de 07 de junho de 1918, a EAP iniciou suas atividades com a nomeação dos seguintes professores para as cadeiras de ensino da instituição: Luiz Renot, Lysimaco Ferreira da Costa, José Maria de Paula, Alberto de Moraes Aguiar, Adolar Hegreville Hintz e João Soares Barcellos. As Cadeiras e disciplinas ministradas no Curso de Agronomia da Escola Agrônômica do Paraná foram distribuídas da seguinte forma:

TABELA 3 – Cadeiras e Disciplinas da Escola Agrônômica do Paraná – Ano de 1918

1ª Cadeira	Revisão de Matemática, Agrimensura, Drenagem, Irrigação, Mecânica Agrícola e Construção Rural	Luiz Renot (Engenheiro Civil)
2ª Cadeira	Anatomia e Fisiologia Vegetal, Agricultura Geral e Especial, Fitopatologia e Entomologia Agrícola	José Maria de Paula (Engenheiro Agrônomo)
3ª Cadeira	Anatomia e Fisiologia Comparadas dos Animais Domésticos, Zootecnia Geral e Especial, Bromatologia e Medicina Veterinária de urgência	Adolar Hegreville Hintz (Engenheiro Agrônomo)

⁷⁷ Adolar de Hegreville Hintz nasceu em Curitiba em 30 de maio de 1889. Frequentou o Ginásio Paranaense e diplomou-se como agrônomo em 1911 pela Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz (ESALQ), em Piracicaba (SP). Assumiu a Cadeira de Zootecnia Geral e Especial, Patologia Veterinária e Higiene dos Animais Domésticos do Curso de Agronomia da Universidade do Paraná. Em 1919, assumiu a Diretoria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. (DONI FILHO, 1995)

4ª Cadeira	Química Geral, Inorgânica, Orgânica, Agrícola, Industrial, Analítica e Microbiologia Agrícola	Hugo Oswaldo Riedel (Farmacêutico)
5ª Cadeira	Física Agrícola, Meteorologia, Mineralogia e Geologia Agrícolas	Lysimaco Ferreira da Costa (Engenheiro Civil)
6ª Cadeira	Contabilidade Agrícola, Economia Política e Rural.	João Soares Barcellos (Advogado)

Fonte: PARANÁ, Diário Oficial, 17 de abril de 1918.

Em uma prévia análise do currículo da Escola Agrônômica do Paraná, podemos perceber certa correspondência entre a formação profissional dos lentes catedráticos e as disciplinas correspondentes a cada cadeira de ensino. Muito provavelmente, tal característica teria imprimido na formação dos estudantes de agronomia as particularidades do corpo docente da instituição. Percebemos também o caráter interdisciplinar do currículo, no qual são evidenciadas as ciências naturais, química, física, fundamentos da engenharia, noções de contabilidade e economia.

Consoante a análise de Graciele Oliver (2005), podemos concluir que a formulação do currículo do curso de Agronomia da EAP possuía relações estreitas com o período inicial de consolidação do campo agrônômico no Brasil, na medida em que conhecimentos científicos de diferentes áreas passaram a ser incorporados aos currículos das instituições de ensino superior, de modo a aparentar certa unidade e garantir relativa autonomia às ciências agrônômicas. Assim, interpretamos que a Escola Agrônômica do Paraná pode ser entendida como um movimento mais concreto para a institucionalização do ensino agrícola no Paraná, defendido desde o final do século XIX, assim como o primeiro impulso para a formação do campo científico agrônômico, mesmo que estivesse submetido aos vínculos políticos, especialmente aos interesses do governo estadual.



Figura 5 - Corpo Docente da Escola Agronômica do Paraná. Sentados, da esquerda para a direita: Romário Martins (Fiscal do Estado), Lysimaco Ferreira da Costa e Adolar de Hegreville Hintz. Em pé, da esquerda para a direita: João Barcelos, Hugo Osvaldo Riedel, Plínio Tourinho e João Cândido Ferreira Filho. Fonte: DONI FILHO, Luiz. **Escola Agronômica do Paraná: 1918-1993**. Curitiba: Editora da UFPR, 1995.

Destaca-se o fato de que Romário Martins continuou intercedendo pela causa agrícola do Estado, mesmo após a criação da Escola Agronômica do Paraná. Em uma sessão do Congresso Legislativo do Estado, no ano de 1919, Romário Martins participou de uma discussão acerca da inserção dos profissionais formados pela Escola Agronômica do Paraná em escolas de ensino primário do Estado. Romário Martins tentava adicionar uma emenda à Lei de Orçamento, que autorizasse o Poder Executivo a estabelecer o ensino de agronomia em locais que julgasse convenientes no território do Estado, nomeando, para esse fim, professores diplomados pela Escola Normal e pela Escola Agronômica do Paraná. Além dessa iniciativa, Romário Martins havia acrescentado à emenda a concessão um “*pro labore*” adicional aos professores das escolas rurais de ensino primário do Estado que tivessem formação dupla, na Escola Normal e na Escola Agronômica.

Tal medida, foi parcialmente contestada pelo deputado Hugo Simas⁷⁸, pois esse julgava que a concessão de tal benefício aparentava ser prejudicial às

⁷⁸ Hugo Gutierrez Simas nasceu em Paranaguá, em 23 de outubro de 1883. Em 1905 formou-se em Farmácia pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro e em 1908 graduou-se em Direito pela

aspirações do próprio Estado, quer seja por motivos de ordem financeira, social ou moral. O deputado argumentou que não lhe parecia ser justo ou sequer razoável o estabelecimento de uma condição de privilégio para os professores que também possuísem o título de agrônomos, preocupando-se com o efeito de sobrevalorização dos profissionais provenientes da Escola Agrônômica, em detrimento dos profissionais formados pelas Escolas Normais do Estado.

Hugo Simas expressou que o fato de se posicionar contrariamente à emenda, no que dizia respeito à concessão do benefício aos professores que detivessem o diploma de Agronomia, não significava que estaria se recusando a apoiar a causa da difusão do ensino agrícola no Estado, a qual reconhecia ser de essencial importância para o desenvolvimento da agricultura científica no território paranaense. Em suas palavras:

Ninguém, mais do que eu, vê a necessidade imperiosa, que temos, de facultar, de facilitar para a nossa lavoura, a entrada de homens capazes, com a cultura técnica, com o desenvolvimento teórico, com a capacidade científica indispensável, para tornar a agricultura o que ela é de fato nos países em que assumiu o lugar e situação que lhe estão reservados no desenvolvimento econômico dos povos. Ninguém, mais do que eu, compreende a necessidade que tem o Estado de ir em auxílio desses agrônomos, para facilitar a ingerência dos mesmos nos trabalhos da agricultura que entre nós se ressentem ainda de uma rotina perniciosa e prejudicialíssima que só uma base científica pode, à custa de muito trabalho, de muita perseverança e muita persistência, remover e deixar para o plano secundário. (SIMAS, *Sessão do Congresso Legislativo do Estado do Paraná*, 3 de abril de 1919).

É possível que o posicionamento de Hugo Simas em defesa dos professores normalistas tenha ocorrido em razão do seu vínculo com a Escola Normal, tendo em vista a sua atuação como professor da cadeira de Português e de Pedagogia da Escola Normal de Curitiba. Nesse sentido, Hugo Simas declarou que:

De fato, se nós estabelecermos que o rapaz formado pela Escola de Agronomia e que tem o curso da Escola Normal tenha vantagens pecuniárias, materiais sobre os demais professores, é evidente que chamamos o professor para a Escola Agrônômica. Assim, desviamos o professor, que tem de ensinar o menino da escola primária, de desenvolver-lhe as faculdades intelectuais, o raciocínio, a capacidade de

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Foi professor das cadeiras de Português e Pedagogia da Escola Normal (1912), professor da cadeira de História da Literatura e Filosofia do Ginásio Paranaense (1916) e Catedrático de Economia Política e Direito Público Constitucional na Universidade do Paraná (1913-1923). Foi deputado estadual, Procurador Geral do Estado (1932), Desembargador do Tribunal de Apelação (1933), Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1937). (CROCETTI, 2011).

apreensão e percepção das coisas, vamos desviá-lo, repito, para um mister em que ele mais ou menos poderá sacrificar o problema da escola primária. (SIMAS, *Sessão do Congresso Legislativo do Estado do Paraná*, 3 de abril de 1919).

Por fim, o deputado alegou desconhecer quais eram as intenções para a proposição da emenda, ao mesmo tempo em que insinuou o fato de que Romário Martins estivesse beneficiando indiretamente a Escola Agrônômica do Paraná:

Hugo Simas – Eu não sabia, Sr. Presidente, nem que a emenda era do meu ilustre colega, Sr. Romário Martins. Não sei quais os intuitos que o levaram a apresentar essa emenda. É preciso que se note que não acredito que nenhum dos colegas, desta Casa, tenha intuitos subalternos, no apresentar projetos ou emendas e muito menos, no caso, em que o ilustre colega é fiscal da Escola Agrônômica. S. Exa., naturalmente, levado pelo engrandecimento dessa Escola...

Romário Martins: Pelo engrandecimento do Estado.

Hugo Simas – De perfeito acordo; tudo quanto pudermos fazer em prol do desenvolvimento da agricultura, faremos em benefício do Estado. Mas, por outro lado, tudo quanto, prejudicando a escola primária, fizermos em favor da agricultura, não sei se aproveitará ao Estado, se não o prejudicará igualmente.

Hugo Simas – Não pode deixar de ser prejudicada. O dispositivo orçamentário fará com que se desvie uma porção de indivíduos que se consagra à escola primária, um dos problemas fundamentais de nossa terra. Acredito que só, exclusivamente pela escola primária, o Estado se pode fazer grande, próspero e rico. (*Sessão do Congresso Legislativo do Estado do Paraná*, 3 de abril de 1919).

Outra proposta apresentada por Romário Martins que possibilitaria novas alternativas profissionais aos egressos da Escola Agrônômica do Paraná, foi a instituição do Ensino Ambulante Agrícola no Estado, através do Projeto de Lei n. 3, apresentado ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1º de março de 1921. Tal projeto autorizava o Poder Executivo a “aproveitar os agrônomos diplomados pela Escola Agrônômica do Paraná, como professores dessas especialidades, com os vencimentos e vantagens, e sem prejuízos, dos atuais Subinspetores de Ensino”. (MARTINS, *Sessão do Congresso Legislativo do Estado do Paraná*, 8 de março de 1921). O Ensino Ambulante Agrícola, segundo a proposta de Romário Martins, previa o manejo de máquinas agrícolas, o emprego de adubos, os processos de culturas das plantas, as condições racionais da criação de gado, a higiene e tratamento de moléstias comuns e o desenvolvimento das indústrias derivadas da pecuária.

Embora a fundação da EAP tenha sido inicialmente estabelecida a partir da estrutura já existente de ensino, com instalações no prédio do Ginásio

Paranaense e a realização das práticas agronômicas na Escola Prática de Agricultura de Araucária, verifica-se que aos poucos foram avançando as conquistas por espaço e recursos para a Escola Agronômica do Paraná. Assim, Lysimaco Ferreira da Costa, em 12 de setembro de 1918, encaminhou ofício ao então Secretário da Fazenda, Obras Públicas, Viação e Agricultura, Caetano Munhoz da Rocha, solicitando a doação de um terreno a ser destinado ao Ensino Prático, de modo que a EAP dispusesse de seu próprio espaço para as aulas práticas agrícolas.

Caetano Munhoz da Rocha respondeu imediatamente à solicitação de Lysimaco da Costa e cedeu um terreno e suas benfeitorias pertencentes ao governo estadual, situado no “arrabalde do Portão”, bairro de Curitiba, para que nele se efetuasse o curso prático. Assim, o “Campo do Portão”, denominado “Chácara Luiz Xavier” se transformou em campo de experiência sob a direção da Escola Agronômica para o cultivo de arroz, batatas, milho, centeio, feijão e forragens diversas, de modo a verificar quais culturas seriam mais adaptáveis ao solo e clima do Estado. Em nota publicada em *A República*, intitulada “Já é uma verdade o ensino superior agrícola no Paraná”, consta a informação da concessão da Chácara Luiz Xavier para uso da Escola Agronômica do Paraná:

Está, pois, a nossa escola de ensino superior agrícola aparelhada agora de todos os elementos indispensáveis à sua eficiência, graças ao amparo forte que lhe presta o orientado governo de S. Exa. o Sr. Presidente Affonso Camargo, à competência de seu corpo docente, à operosidade e sábia direção que lhe imprime o culto espírito do Dr. Lysimaco Costa e ao entusiasmo de uma brilhante mocidade que se prepara ali, para intervir em nosso futuro econômico, despertando todas as forças aproveitáveis à propulsão do nosso progresso. (*A República*, 02 de outubro de 1918, Ano XXXIII, n. 235, p. 1).

Gradualmente, os ânimos que antes se voltavam à atuação do Instituto Agrônomo do Bacacheri (IAB) foram direcionados à Escola Agronômica do Paraná. No Relatório referente ao período de 1917-1918, apresentado pelo Secretário da Agricultura, Caetano Munhoz da Rocha, fica evidente a sua insatisfação com o Instituto Agrônomo do Bacacheri, determinando com urgência a remodelação da instituição, a fim de que o estudo das diferentes culturas agrícolas solucionasse as necessidades práticas e econômicas do Estado.

Ao observarmos as Mensagens e Relatórios de Governo do Estado do Paraná, encontramos o argumento frequentemente mencionado de que a Escola Agrônômica do Paraná assumiria a tarefa de concretizar, além da formação de agrônomos, também a experimentação de diferentes culturas e o atendimento e aos agricultores locais em relação às técnicas e processos agrícolas. Por esse motivo, o Presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha, que já havia realizado críticas acerca do funcionamento do IAB quando ainda era Secretário da Agricultura, determinou em 1920, que a instituição fosse administrada pela Escola Agrônômica do Paraná, inclusive no que se referia à incorporação das verbas recebidas pelo instituto, centralizando em um só estabelecimento as atividades de ensino, pesquisa e consultoria agrícolas.

Este instituto não preenchia os seus fins, como eu havia declarado nos relatórios da Secretaria da Fazenda. Pelo relatório que apresentou-me o Diretor do Instituto Agrônômico do Bacacheri verifica-se que foram também feitas nesse estabelecimento plantações de trigo, centeio, cevada, aveia, milho, linho etc. A aplicação do Instituto, porém, para essas plantações não preenche os fins de sua existência. O Estado tem necessidade de um Instituto Agrônômico onde sejam efetuadas plantações experimentais a fim de que o Governo possa certificar-se das qualidades das plantas que melhor se adaptam ao nosso clima e das condições em que essas plantas podem satisfazer às necessidades práticas e econômicas de sua produção. Além dessa demonstração experimental, o Instituto deveria ter um curso prático a fim de serem ministradas instruções e informações aos lavradores que as solicitassem. (MUNHOZ DA ROCHA, *Mensagem Presidencial do Estado do Paraná*, 1921).

Assim, a direção do Instituto Agrônômico do Paraná foi assumida pelo lente catedrático da Escola Agrônômica do Paraná, João Cândido Ferreira Filho⁷⁹, que teria transformado a instituição, nas palavras do Presidente do Estado “em um amplo e perfeito campo experimental, sendo completa a praticagem dos alunos em todos os tratos culturais e das máquinas agrárias”. (MUNHOZ DA ROCHA, 1921). De mesmo modo, o lente catedrático de Química Agrícola, Frederico Perracini⁸⁰, teria assumido a direção do Campo de Experiências do Portão,

⁷⁹ João Cândido Ferreira Filho (1896-1992) nasceu no distrito da Lapa (PR). Filho do médico e ex-presidente do Estado do Paraná João Cândido Ferreira. Foi professor e diretor da Escola Agrônômica do Paraná. Publicou os livros *Elementos da Agricultura Geral* e *Elementos da Agricultura Especial*. Foi Secretário da Agricultura no governo de transição de Clotário Portugal e Brasil Pinheiro Machado.

⁸⁰ Frederico Perracini foi contratado como lente catedrático de Química Analítica, Química Agrícola e Microbiologia no ano de 1920. Perracini nasceu na cidade de Curitiba, em 29 de setembro de 1894. Realizou seus estudos primário e superior na Itália. Em 1912, Perracini formou-se em

destinado à horticultura e fruticultura em geral. Portanto, a EAP encerrou o ano de 1920, contando com espaço para a realização das aulas práticas e das experiências agrônômicas, tanto no Instituto Agrônômico do Bacacheri como no Campo de Experiências do Portão.

Percebemos que na concretização do projeto central de ensino superior agrônômico, bem como dos projetos secundários tais como o Instituto Agrônômico do Bacacheri, o campo de experiências do Portão e o Patronato Agrícola do Paraná, havia o alinhamento político entre as ações desenvolvidas por Caetano Munhoz da Rocha, Romário Martins e Lysimaco Ferreira da Costa. A parceria entre o apoio governamental de Caetano Munhoz da Rocha, principalmente no que dizia respeito aos recursos financeiros, materiais e o espaço de realização das atividades da EAP, o apoio parlamentar e a intermediação de Romário Martins, e a atuação direta de Lysimaco Ferreira da Costa na gestão da EAP, propiciaram o êxito institucional da EAP em seus dez primeiros anos de funcionamento.

Lysimaco Ferreira da Costa permaneceu como Diretor da Escola Agrônômica até o ano de 1927, sendo posteriormente substituído, a seu pedido, por João Cândido Ferreira Filho, através do decreto nº 923, de 13 de agosto de 1927. No mesmo ano em que João Cândido Ferreira Filho assumia a Direção da EAP, ocorreu a transferência da instituição para o “Palácio das Luzes da Universidade do Paraná”. A transferência de sede teria ocorrido oficialmente no dia 29 de novembro de 1927, sendo instaladas as salas de aulas, gabinetes e laboratórios.



Figura 6 - Palácio das Luzes: Edifício da Universidade do Paraná, e espaço destinado à Escola Agrônômica do Paraná em 1927. Fonte: Relatório dos Trabalhos da Escola Agrônômica do Paraná – Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – 1928.

Além disso, acrescenta-se o fato de que a Escola Agrônômica do Paraná era responsável pela administração do Patronato Agrícola do Paraná (PAP), que foi criado e regulamentado pelo Decreto n. 943, de 03 de outubro de 1920. Tal decreto subordinava o Patronato Agrícola à Escola Agrônômica do Paraná, atribuindo ao Patronato a missão de assistência, tutela moral e proteção dos menores desvalidos e daqueles que foram postos à disposição da Escola Agrônômica. Configurou-se, assim, como uma instituição que conferia ao trabalho agrícola o objetivo de educar e regenerar os menores de classes sociais baixas e incorporá-los ao meio rural.

A ideia do Patronato Agrícola, que já contava com o mais entusiástico acolhimento do Sr. Presidente Munhoz da Rocha e do Sr. Dr. Marins Camargo, Secretário Geral, conta também com o apoio dos Srs. Albuquerque Maranhão, Chefe de Polícia; Lindolpho Pessoa, Juiz de Direito; César Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino; todos empenhados sinceramente em dar às crianças abandonadas uma oportunidade de salvação por meio de uma educação profissional dentro das normas gerais dos Patronatos Agrícolas instituídos pelo Governo Federal. Todas essas altas personalidades da administração do Estado, têm parte no dever de prestar amparo às crianças desprotegidas e bastante coração para não regatear a mais decidida solidariedade à obra que a Escola Agrônômica está benemeritamente iniciando em nosso meio social. (*A República*, 27 de agosto de 1920, Ano XXXIV, n. 205, p. 1).

O PAP apresentava o mesmo propósito que os demais Patronatos Agrícolas localizados em outros Estados, ou seja, o de intervir sobre os problemas sociais dos grandes centros urbanos, em particular a questão da “infância desvalida”, o que incluía tanto os menores abandonados, os que eram tomados pelas forças de segurança, ou mesmo que seus responsáveis declaravam sem recursos para manter. A criação do PAP ocorreu devido à iniciativa do Governo Estadual, seguindo as diretrizes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) a respeito da intervenção no meio rural. Milton Ramon de Oliveira (2003) afirma que os Patronatos Agrícolas possuíam duas finalidades: a escolar, pautada no ensino profissional voltado ao trabalho agropecuário; e a correccional, dedicada à regeneração por intermédio da vida no campo com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares.

Os menores abandonados eram atendidos e assistidos pelo PAP, em regime de internato, sendo previstos alimentação, vestuário, atendimento médico e odontológico, instrução primária e ensino profissional agrícola, em que se aplicavam durante a maior parte do dia. Após um ano de internato, era cobrada uma mensalidade aos menores, proporcionalmente a seu trabalho. No primeiro ano de funcionamento, o Patronato Agrícola atendeu vinte e dois alunos, encaminhados pela Repartição Central de Polícia, sendo que nos anos seguintes esse número aumentou para vinte e cinco. Os menores atendidos pelo PAP, além de exercerem atividades agrícolas, também auxiliavam os alunos do curso de Agronomia no campo experimental. (PARANÁ, 1922, p. 55).

No *Relatório da Escola Agrônômica do Paraná*, referente ao ano de 1928, consta uma breve descrição das atividades realizadas pelos alunos da Escola Agrônômica do Paraná e Patronato Agrícola do Paraná. A respeito das atividades no Patronato Agrícola, a frequência média era de 20 (vinte) menores no estabelecimento, todos encaminhados por intermédio do Departamento de Polícia.

Quanto à rotina diária dos menores internos, o período da manhã era destinado para as aulas do ensino primário, ficando o período da tarde reservado para os diversos trabalhos práticos no campo de cultura, no estábulo, nas estrebarias, nos viveiros, na horta e nas outras dependências do Campo

Experimental do Bacacheri. Além disso, consta no documento que graças aos trabalhos desses “desprotegidos da sorte”, que a Escola Agronômica “agasalha e alimenta, ministrando-lhes instrução primária e agrícola e assistência médica”, tornou-se dispensável o auxílio de muitos trabalhadores rurais na instituição. (RELATÓRIO da Escola Agronômica do Paraná, 1928, p. 11). Ou seja, o documento evidencia que as atividades desenvolvidas pelo Patronato Agrícola otimizavam os recursos financeiros e humanos da Escola Agronômica do Paraná, visto que a mão de obra dos internos era empregada no cultivo e manutenção do Campo Experimental do Bacacheri.

Embora o *Relatório da Escola Agronômica* tenha o total de 70 (setenta) páginas, somente 1 (uma) página era destinada ao Patronato Agrícola do Paraná. Em relação aos registros fotográficos presentes no documento, das 35 (trinta e cinco) fotos anexadas, apenas 2 (duas) registravam os alunos internos do Patronato Agrícola do Paraná, enquanto 10 (dez) fotos registravam os alunos e professores da Escola Agronômica do Paraná, e as demais o espaço físico, os gabinetes de ensino prático e os campos de demonstração da instituição. As fotos em que apareciam alunos internos enfatizavam mais o local ou a instalação, não registrando as atividades práticas ou aulas do Patronato Agrícola. Já as fotos dos alunos da Escola Agronômica retratavam os mesmos em contexto de sala de aula, em aulas práticas de agronomia ou zootecnia ou ainda com os professores da instituição.



Figura 7 – “Grupo de Alunos da Escola Agrônômica do Paraná”. Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná – Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – 1928.



Figura 8 - “Cela Zimotérmica “Beccari”⁸¹ do Campo Experimental do Bacacheri”. Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná – Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – 1928.

⁸¹ Processo Beccari foi idealizado e patenteado pelo agrônomo Giovanni Beccari, no ano de 1922, em Florença, na Itália. Emprega uma grande câmara de fermentação conhecida como “cela Beccari”, na qual o ambiente é anaeróbico e, ao final do processo, aeróbico. Assim, o material a ser decomposto (lixo ou esterco) é depositado na câmara, a qual, sendo hermeticamente fechada, impede a saída de maus odores. (ENCICLOPÉDIA Agrícola Brasileira, São Paulo: ESALQ, 1995).

Analizando as fotografias acima elencadas, identificamos na **figura 7**, um grupo de alunos da Escola Agronômica do Paraná – todos bem trajados, com ternos, gravatas e chapéu – em frente à escadaria do Palácio das Luzes, da Universidade do Paraná. Pela disposição dos alunos na fotografia, assim como a pela legenda, podemos indicar que a intencionalidade na produção de tal imagem consistia nitidamente na representação do corpo discente da Escola Agronômica do Paraná, constituindo-se assim como um imagem-monumento⁸². Assim, podemos dizer que a forma pelo qual os alunos estão portados, assim como o local escolhido para a foto – Palácio das Luzes da Universidade do Paraná - correspondem à uma seleção de elementos a serem eternizados a fim de consagrar uma representação da instituição de ensino superior.

É relevante apontarmos também a presença masculina absoluta, tanto na fotografia como nas listas de egressos da Escola Agronômica do Paraná. Oliver e Figueirôa (2007), apontam que a literatura sobre o ensino superior agrícola no Brasil praticamente não menciona o ingresso de mulheres na carreira até a década de 1930, havendo um pequeno ingresso de mulheres no período posterior até a década de 1950. Isso significa que o ensino superior agrícola no Paraná, seguiu a tendência nacional no que concerne ao perfil de seus alunos, exclusivamente masculino. Além disso, as autoras ressaltam o fato de outras profissões serem procuradas por mulheres no período como odontologia, farmácia e música.

Na **figura 8** temos o registro de uma criança, a qual deduzimos ser um aluno do Patronato Agrícola do Paraná, tendo em vista a idade e o modo como está trajado, em frente à Cella Zimotérmica “Beccari”, estação para a compostagem de estrume dos animais localizada no Campo Experimental do Bacacheri⁸³. A criança aparece no canto direito e a legenda da foto não faz

⁸² As imagens também podem ser compreendidas de acordo com a noção de documento-monumento de Jacques Le Goff (1990). No caso de uma imagem-monumento, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como elemento a ser eternizado. Assim, mais do que informar, a fotografia também conforma determinadas visões e representações de mundo.

⁸³ Interessante mencionar que a técnica empregada para a compostagem realizada na Cella Zimotérmica foi inventada pelo italiano Giovanni Beccari, no ano de 1922. Muito provavelmente, a técnica tenha sido incorporada pelo lente catedrático de Química Agrícola, Frederico Perracini, que realizou seus estudos agrônômicos na Itália.

qualquer menção à sua presença, o que nos faz pensar que a intencionalidade da imagem era, tão somente, a de registrar as novas instalações de compostagem agrícola do Campo Experimental do Bacacheri.

Evidentemente, a Escola Agrônômica do Paraná e o Patronato Agrícola do Paraná visavam atender públicos bem específicos e diferenciados – e que ficam expressos na forma como são representados nas fotografias. Enquanto o Patronato Agrícola do Paraná (PAP) buscava moralizar as camadas sociais mais baixas da população, através da educação primária e do trabalho agrícola; a Escola Agrônômica do Paraná (EAP) atendia ao propósito de formação de profissionais que viriam a dominar as técnicas modernas e racionais na produção agropecuária, que passariam a receber formação superior em Agronomia. Este duplo projeto educacional era realizado no mesmo espaço de convivência, porém com práticas muito diferenciadas de formação e de divisão do trabalho. Assim, ambas as instituições contribuiriam para o estabelecimento de uma divisão do trabalho na produção rural a partir de uma dupla formação: daqueles que comandam e os que executam as atividades agrícolas.

Considerando as particularidades existentes entre a Escola Agrônômica do Paraná e o Patronato Agrícola do Paraná, no que se refere ao público de estudantes, ao currículo, à finalidade e às práticas educativas, entendemos que essas instituições visavam corresponder a demandas distintas - a formação de agrônomos e a regeneração da infância pelo trabalho - mas, que convergiam na concretização de um mesmo ideal de modernização agrícola, que visava a racionalização das técnicas agrícolas por intermédio de uma educação voltada para a formação de agrônomos e de trabalhadores rurais.

Embora tenhamos abordado a relação entre os dois projetos de ensino agrícola, o *Relatório da Escola Agrônômica do Paraná* apresenta maior destaque para o ensino prático de agricultura, arboricultura, zootecnia, veterinária e tecnologia agrícola, que eram ministrados tanto nos gabinetes e laboratórios da Universidade do Paraná, como no Campo Experimental do Bacacheri. Além disso, o documento ressalta o fato de que a escola teria ampliado sua estrutura quanto à experimentação e demonstração agrícolas, contando com outros espaços criados

pelo Governo Estadual, tais como a Estação do Canguiri⁸⁴ e a Estação do Palmital. Nesse sentido, foi publicado no jornal *A República*, em 29 de junho de 1929, que:

Os serviços oficiais de agricultura do Estado do Paraná estão progressivamente assumindo uma feição característica própria, em correspondência com as necessidades do seu meio rural, e assim, realizando as conquistas práticas já observáveis, com nitidez, na melhoria e no aumento da produção da sua lavoura, graças ao descortino e ao idealismo realizador do seu preclaro Presidente. (MARTINS, *A República*, 29 de junho de 1929, Ano XLIV, n. 150, p. 1).

Na *Mensagem de Governo* de Caetano Munhoz da Rocha, dirigida ao Congresso Legislativo do Estado no ano de 1928, o Presidente do Estado ressalta o fato de que a Escola Agrônômica do Paraná continuava a desempenhar importante papel na vida econômica do Estado, ministrando não somente o ensino agrícola técnico e prático aos seus alunos, como também aos lavradores que procuravam no Campo de Experimentação do Bacacheri instruções relativas à lavoura e criações. No documento, consta que a “Diretoria do estabelecimento tem prontamente atendido a todas as consultas que lhe são dirigidas pelos agricultores do Estado e de outros pontos do país sobre os mais variados assuntos agrícolas”. (PARANÁ, *Mensagem de Governo*, 1928, p. 106).

Caetano Munhoz da Rocha destacava o fato de que a Escola Agrônômica do Paraná possuía um “magnífico laboratório de química e microbiologia”, além dos laboratórios de “física, mineralogia, geologia e história natural” e dos “gabinetes de topografia, máquinas, construções, eletricidade e resistência dos materiais”, motivo pelo qual a Escola Agrônômica possuiria todas as condições de ministrar com eficiência o ensino agrônômico sob os seus variados aspectos. (PARANÁ, *Mensagem de Governo*, 1928, p. 106).

⁸⁴ Atualmente corresponde à Fazenda Experimental do Canguiri da Universidade Federal do Paraná, localizada no município de Pinhais, utilizada em as atividades didático-pedagógicas dos cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia Industrial Madeireira, Medicina Veterinária e Zootecnia.



Figura 9 - “Trabalhos Práticos no Gabinete de Botânica”. Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná – Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – 1928.



Figura 10 - “Aula Prática de Agricultura”. Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná – Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – 1928.



Figura 11 - "Trator Fordson em serviço no Campo Experimental do Bacacheri". Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná – Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas – 1928.

As figuras acima representam os trabalhos práticos e experimentais realizados pelos alunos da Escola Agrônômica do Paraná. Pelas imagens, podemos perceber a estrutura dos gabinetes de ensino, os recursos de ensino e pesquisa, tais como os organogramas de desenvolvimento e reprodução vegetal, bem como o Campo Experimental do Bacacheri. Na **figura 9**, temos o registro de 3 (três) estudantes observando células vegetais através do microscópio. Na **figura 10**, temos 5 (cinco) estudantes analisando amostras de semente em uma aula prática de agricultura. Por fim, a **figura 11** representa a incorporação do maquinário agrícola no Campo de Experimentação do Bacacheri.

No Relatório da Escola Agrônômica do Paraná, referente ao ano de 1928, consta a reorganização da estrutura curricular da instituição estabelecida desde o momento de sua fundação. No documento, consta que a Escola Agrônômica do Paraná "ressentia-se, entretanto, de um regulamento bem elaborado capaz de colocar ao lado de suas coirmãs, que com mais eficiência e competência desempenham em nossa pátria as suas altas e nobres funções econômicas". Em suma, a reorganização curricular pretendia equiparar a Escola Agrônômica do Paraná às outras instituições congêneres de ensino agrônômico do país, em

particular, a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV), referência de ensino superior agrícola estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Assim, o novo currículo da Escola Agrônômica do Paraná foi estabelecido com a duração de quatro anos, conforme a **Tabela 4**:

TABELA 4 – Currículo do Curso de Agronomia da Escola Agrônômica do Paraná - 1927

Ano	Disciplina	Professor Catedrático	Formação
1º Ano	Revisão de Matemática, acompanhada das partes gráficas correspondentes	Francisco Ferreira Pereira	Engenheiro Civil
	Física, Climatologia e Meteorologia	Lysimaco Ferreira da Costa	Engenheiro Civil
	Química Geral e Química Inorgânica	Hugo Oswaldo Riedel	Farmacêutico Químico
	Botânica	Sylvano Alves da Rocha Loures	Agrônomo
	Zoologia Agrícola	Sylvano Alves da Rocha Loures	Agrônomo
2º Ano	Topografia e Estradas de Rodagem, com partes gráficas correspondentes e precedidas das Noções de Geometria Algébrica e Calculo Infinitesimal	Lysimaco Ferreira da Costa	Engenheiro Civil
	Mineralogia e Geologia	Lysimaco Ferreira da Costa	Engenheiro Civil
	Química Orgânica	Hugo Oswaldo Riedel	Farmacêutico Químico
	Química Analítica Qualitativa	Hugo Oswaldo Riedel	Farmacêutico Químico
	Agricultura Geral	João Cândido Ferreira Filho	Agrônomo
	Arboricultura e Horticultura	Adolar de Hegreville Hintz	Agrônomo
	Anatomia e Fisiologia de Animais Domésticos	Carlos de Freitas Lima	Médico Veterinário
3º Ano	Mecânica e Hidráulica Agrícolas, com as respectivas partes gráficas	Hugo de Mattos Moura	Engenheiro Civil
	Entomologia e Fitopatologia	Sylvano Alves da Rocha Loures	Agrônomo
	Zootecnia Geral e Especial dos Animais Domésticos	Carlos de Freitas Lima	Médico Veterinário
	Química Analítica Quantitativa	Frederico Perracini	Doutor em Ciências Agrárias
	Economia e Legislação Rurais	João Soares Barcellos	Bacharel

	Microbiologia Agrícola	Sylvano Alves da Rocha Loures	Agrônomo
	Agricultura Especial (Primeira Parte)	João Cândido Ferreira Filho	Agrônomo
4º Ano	Construções Rurais, com as partes gráficas correspondentes	Hugo de Mattos Moura	Engenheiro Civil
	Agricultura Especial (Segunda Parte)	João Cândido Ferreira Filho	Agrônomo
	Zootecnia Especial	Carlos de Freitas Lima	Médico Veterinário
	Higiene, Alimentação dos Animais Domésticos e Noções de Veterinária	Carlos de Freitas Lima	Médico Veterinário
	Química Agrícola	Frederico Perracini	Doutor em Ciências Agrárias
	Contabilidade Agrícola	João Soares Barcellos	Bacharel
	Tecnologia Agrícola e Industrial.	Adolar de Hegreville Hintz	Agrônomo

Ao cotejarmos a estrutura curricular dos cursos de Agronomia da Escola Agrônômica do Paraná (EAP) e da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV) identificamos diversas correspondências e semelhanças nas disciplinas ministradas pelos catedráticos. De acordo com o Quadro Comparativo apresentado na **Tabela 5**, abaixo, podemos perceber a correspondência direta entre as cadeiras que se referiam especificamente às ciências agrônômicas.

TABELA 5 - Estrutura Curricular dos Cursos de Agronomia da “Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária” - ESAMV (1910) e da “Escola Agrônômica do Paraná” - EAP (1927).

Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV) - 1910	Escola Agrônômica do Paraná (EAP) - 1927
Noções de Geometria Analítica	Revisão de Matemática acompanhada das partes gráficas correspondentes; Noções de Geometria Algébrica e Cálculo Infinitesimal.
Desenho a mão livre e Geométrico; Desenho de Aquarela e Topográfico; Desenho Organográfico e de Máquinas; Desenho e Projetos de Hidráulica Agrícolas e Construções Rurais	-
Topografia e Estradas; Estradas de Rodagem e Caminhos Vicinais	Topografia e Estradas de Rodagem com partes gráficas correspondentes.
Hidráulica Agrícola	Hidráulica Agrícola

Mecânica Agrícola; Noções de Mecânica Geral; Máquinas agrícolas e de indústria rural.	Mecânica Agrícola
Construções Rurais	Construções Rurais, com as partes gráficas correspondentes
Tecnologia Industrial e Agrícola; Indústria Frigorífica	Tecnologia Agrícola e Industrial
Fisiologia e Morfologia Vegetal; Botânica	Botânica
Agricultura Geral e Especial; Culturas Arbustivas; Horticultura; Fruticultura; Viticultura	Agricultura Geral e Especial; Arboricultura e Horticultura
Entomologia Agrícola; Fitopatologia	Entomologia; Fitopatologia
Zoologia Geral e Sistemática; Animais úteis e prejudiciais à agricultura; Hidrobiologia Aplicada	Zoologia Agrícola
Zootecnia Geral e Especial	Zootecnia Geral e Especial dos Animais Domésticos.
Medicina Veterinária; Higiene dos Animais domésticos	Higiene, Alimentação dos Animais Domésticos e Noções de Veterinária; Anatomia e Fisiologia dos Animais
Química Geral Inorgânica e Orgânica	Química Geral Inorgânica e Orgânica
Química Vegetal e Bromatológica	-
Química Agrícola	Química Agrícola
Análise Química	Química Analítica Qualitativa e Quantitativa
Microbiologia Agrícola; Conservação de Produtos Agrícolas	Microbiologia Agrícola
Física Experimental	Física
Meteorologia e Climatologia	Meteorologia e Climatologia
Mineralogia Agrícola	Mineralogia Agrícola
Geologia Agrícola	Geologia Agrícola
Contabilidade Agrícola; Organização Comercial da Agricultura	Contabilidade Agrícola
Economia Rural	Economia Rural
Noções de Direito Constitucional e Administrativo; Legislação Agrária e Florestal	Legislação Rural

A principal diferença entre os currículos das duas instituições dizia respeito a duas disciplinas específicas que constavam somente no currículo da Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária e que não identificamos correspondentes na Escola Agrônômica do Paraná: “Química Vegetal e Bromatológica” e “Desenho a mão livre, geométrico, topográfico, organográfico e de máquinas, de projetos de hidráulica agrícola e construções rurais”.

A aproximação entre os currículos da Escola Agrônômica do Paraná (EAP) e da Escola Superior de Medicina Veterinária (ESAMV), localizada no Distrito Federal, correspondia à uma tentativa de enquadramento da instituição perante as diretrizes do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Tal enquadramento se fazia necessário tanto para o reconhecimento da instituição como para o recebimento de subvenções.

Na análise do *Relatório da Escola Agrônômica do Paraná*, referente ao ano de 1933, percebemos que a estrutura curricular do curso de Agronomia manteve-se praticamente inalterada, com a inserção das cadeiras de Genética Animal e Genética Vegetal. A partir dessa inclusão, constatamos a correspondência entre a Escola Agrônômica do Paraná e as demais instituições de ensino superior do país, tendo em vista o fato constatado por Graciela Oliver (2005), de que os estudos de genética ingressaram no currículo das escolas a partir da década de 1930, como mais uma “ferramenta científica para agrônomos e engenheiros agrônomos no incremento da produção, além da adubação, manejo e mecanização das culturas”. (OLIVER, 2005, p. 241)

Deve-se destacar as modificações ocorridas na Escola Agrônômica do Paraná a partir do ano de 1932, em particular o fato do Interventor do Estado do Paraná, Manoel Ribas⁸⁵, ter transformado o Campo Experimental do Bacacheri em um Campo de Aviação⁸⁶, e por consequência, ter retirado da Escola Agrônômica do Paraná um de seus principais locais para a realização de experiências e demonstrações agrícolas. Na época, Joaquim Silveira da Mota ocupava a direção da Escola Agrônômica do Paraná, tendo substituído João

⁸⁵ Manoel Ribas nasceu em 08 de março de 1873, na cidade de Ponta Grossa. Em 1897 deslocou-se para Santa Maria, Rio Grande do Sul, convidado para organizar a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Foi eleito em 1927, prefeito daquela cidade. Assumiu a interventoria do Estado em 1932 e permaneceu durante treze anos à frente do governo paranaense, ora como interventor de 1932 a 1934, ora como governador de 1935 a 1937, e outra vez como interventor de 1937 a 1945.

⁸⁶ Através do Decreto Federal n. 22.735, em 19 de maio de 1933, o Campo de Aviação do Bacacheri foi transformado no 5º Regimento de Aviação, devido a reorganização da Aviação Militar Brasileira realizada pelo Ministério da Guerra do Governo de Getúlio Vargas. Atualmente o espaço é ocupado pelo CINDACTA II, Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

Cândido Ferreira Filho, que havia renunciado às suas funções para compor a comissão do Conselho Nacional do Café⁸⁷.

No *Relatório da Escola Agrônômica* de 1933, Joaquim Silveira da Mota manifesta seu inconformismo em relação à extinção do Campo Experimental do Bacacheri:

Ainda após o movimento revolucionário de 1930, o então interventor Federal, General Mário Tourinho, manteve em poder da nossa Escola esse próprio [Campo Experimental do Bacacheri]. Não entendeu assim, porém a atual administração estadual, por Decreto n. 516, de 1-3-32, Do Sr. Interventor Federal, Manoel Ribas, o CAMPO EXPERIMENTAL DO BACACHERI, foi arrancado das mãos desta Escola, e seja-me permitida a expressão, barbaramente transformado em campo de aviação, apesar do protesto veemente que esta Escola enviou à Interventoria, fazendo ver a inconveniência dessa transformação. [...] É difícil compreender como pôde um governo, instituído sobre os princípios liberais da revolução outubrina, destruir o trabalho de quase 20 anos, tal era o realizado no Campo Experimental do Bacacheri por esta Escola, para que arrasando tudo que aí era útil, transformá-lo em campo de aviação, quando nos arredores desta capital existem campos livres que muito melhor prestaria a esse fim. Ainda uma vez, deixo consignado nestas linhas, o mais enérgico protesto da ESCOLA AGRÔNOMICA DO PARANÁ, contra esse ato, condenável sobre qualquer ponto de vista. (MOTA, *Relatório da Escola Agrônômica*, 1933, p. 7-8).

É possível perceber pelo tom do discurso apresentado por Joaquim Silveira da Mota, que a extinção do Campo Experimental do Bacacheri foi um grande golpe para a Escola Agrônômica do Paraná, representando não apenas uma perda material, mas também simbólica. Perante tal circunstância, a Escola Agrônômica do Paraná viu-se obrigada a encontrar um novo local para a realização das aulas práticas e das experiências agrícolas, tendo arrendado uma propriedade localizada no arrabalde do Portão e que possuía um estábulo, instalação de água e esgoto, paióis, casa de residência, parreiral e pomar. Essa propriedade foi transformada em “Campo de Culturas e Posto Zootécnico” da EAP e passou a ser dirigida por Caio Graccho Pereira, professor da Cadeira de Genética Vegetal.

Além da perda do Campo Experimental do Bacacheri, Joaquim Silveira da Mota também criticava a revogação da subvenção estadual da Escola Agrônômica do Paraná, que recebia anualmente o valor de 97:360\$000, valor que

⁸⁷ O Conselho Nacional do Café foi criado em 1931, no Governo de Getúlio Vargas, como forma de estabelecer uma nova política cafeeira para conter os desdobramentos da Crise de 1929, evitando a superprodução e a depreciação do produto.

seria revertido para a criação de uma Escola de Capatazes Rurais. Diante de tal crise financeira, o Diretor da Escola afirmou que os professores catedráticos, em uma “atitude de nobreza, de caráter e de elevação do espírito”, aceitaram renunciar os seus vencimentos mensais, como forma de evitar a falência da instituição.

O atual governo do Sr. Interventor Manoel Ribas, logo após o seu advento, cassou a subvenção em apreço, evidenciando assim a sua má vontade para com a Escola Agronômica do Paraná, pois, de outra forma não se pode admitir esse ato interventorial. Estabelecimento que sempre soube cumprir fielmente a sua finalidade, com a mais absoluta honestidade, merecedor dos mais francos elogios de quantos a visitam, a nossa ESCOLA não merecia de forma alguma, o golpe que se lhe pretendeu desferir com a cassação de tal subvenção. Somente com o intuito de perseguir, de amesquinhar aquilo que tem valor, que é nobre, que é genuinamente paranaense, poderia motivar tal golpe. (MOTA, *Relatório da Escola Agronômica*, 1933, p. 9).

No jornal *Correio do Paraná*, órgão do Partido Liberal Paranaense, portanto, de oposição ao governo de Manoel Ribas, é possível perceber a insatisfação com a extinção e o desmonte de algumas instituições paranaenses, dentre elas, a Escola Agronômica do Paraná:

Com a Revolução, o Governo do General Mario Tourinho, mesmo com ingentes esforços, manteve integralmente o que, no correr dos tempos, havíamos conseguido. [...] Veio a atual Interventoria e, parece que tomou por empreitada, tudo destruir. A pretexto de economias, procura-se pôr o Paraná no atraso de meio século passado. [...]

Tínhamos uma inspeção médico-escolar, instituição necessária e que ia dando os melhores resultados, com pouquíssima despesa para o Estado; instituição que, realizados como vinham sendo, no Governo Tourinho, os seus intuitos, punha-nos a esse respeito, a par dos Estados mais adiantados. Mas... Em Santa Maria⁸⁸ não há semelhante organização, e, por isso, nós dela não precisamos: um decreto de extinção foi fácil conseguir com esse argumento. [...]

Tínhamos um Instituto Comercial, estabelecimento que contava já algumas décadas de existência e que vinha prestando inestimáveis benefícios [...]. De um golpe, extinguiu-se o Instituto, deixando prejudicados os interesses do Estado, muitos e muitos alunos e os ilustres professores que já contavam mais de 10 e 20 anos de serviços.

Mantinha o Estado a Escola Agronômica do Paraná, estabelecimento que desafia os “técnicos” da Instrução Pública, a virem dizer se constitui ela uma inutilidade. Fala-se e repete-se em toda a parte que a riqueza máxima do Brasil repousa na agricultura; que estamos, porém, em lastimável atraso, ainda entre nós vigorando processos rotineiros de cultura dos campos, apenas porque não temos preparo, não temos técnicos. Pois bem, querem preparar-se os moços para cultivar a terra; quer-se e, disso se precisa urgentemente, introduzir novos métodos de cultura, ensinar o povo a melhor aproveitar a terra e os

⁸⁸ Antes de assumir a Interventoria do Estado, Manoel Ribas era prefeito da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

demais elementos naturais. Mas... Santa Maria não tem escola agrônômica e sim, apenas, “escola de capatazes”, e - zás! - priva-se a Escola Agrônômica do Paraná da subvenção que lhe garantia a existência, supondo-se que se lhe dava assim, o golpe de morte. Foi um dos maiores erros, constituindo um verdadeiro crime contra os nossos foros de Estado civilizado. Porque, diga-se com verdade: não há razões financeiras que justifiquem, nem de longe, a extinção de um estabelecimento que tantas relações têm com nosso desenvolvimento econômico, tanto mais que tudo estava a indicar a possibilidade e a conveniência de um entendimento com a Faculdade de Engenharia do Paraná para incorporar aos seus cursos mais este, de real utilidade, incorporação que se faria necessariamente com um pequeno auxílio do governo. (CORREIO DO PARANÁ. Nada se constrói, tudo se destrói. 23 de maio de 1932). (grifo acrescido).

As fontes documentais as quais tivemos acesso não permitiram a análise dos desdobramentos entre o Interventor do Estado, Manoel Ribas e o Diretor da Escola Agrônômica do Paraná, Joaquim Silveira da Mota. Apesar das dificuldades iniciais, a instituição conseguiu manter-se financeiramente por meio de uma subvenção federal, após a visita do Inspetor dos Estabelecimentos Subvencionados pelo Ministério da Educação, José Pedro Ferreira da Costa.

Todavia, o que se observa é que a partir da gestão de Manoel Ribas houve um redirecionamento das políticas de modernização agrícola, que passaram a priorizar a institucionalização e expansão do ensino primário agrícola no Estado. Na Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa do ano de 1937, Manoel Ribas declarou os seus esforços para a consolidação das Escolas de Trabalhadores Rurais:

No ano de 1936, continuei a aparelhar o ensino profissional, com a construção de novos edifícios. Introduzi diversos melhoramentos nos prédios da Escola dos Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti⁸⁹” e “Escola de Pescadores “Antônio Serafim Lopes”, cujas construções datam de 1935. Determinei a construção de dois novos e importantes edifícios nos quais serão instaladas mais duas escolas profissionais com programas idênticos aos da já existente. Uma em Ponta Grossa que abrigará sessenta alunos internos e quantidade igual de externos e outra em Castro com a mesma capacidade. Essas duas obras, que estão concluídas e mobiliadas, custaram ao Estado a importância de cerca de duzentos contos de réis. Outros prédios para escolas rurais deverão ser construídos em diversas localidades do Estado. (PARANÁ, Mensagem de Governo à Assembleia, 1937).

Em 31 de outubro de 1937, o jornal *O Estado*, veiculou uma matéria sobre a Escola de Trabalhadores Rurais, na primeira página, intitulada “*Como é e o que*

⁸⁹ A Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti” foi instalada na propriedade onde encontra-se, atualmente, o Setor de Agrárias da Universidade Federal do Paraná.

já fez a Escola de Trabalhadores Rurais”, destacando que a escola já havia preparado vários aradores e que a partir de 1939 teria sua primeira turma de capatazes. Segundo a notícia, a Escola de Trabalhadores Rurais “Carlos Cavalcanti” tinha por objetivo “formar trabalhadores rurais com conhecimentos técnicos para o desempenho de sua profissão” e possuía 208 (duzentos e oito) alunos internados.

Ao contrário da Escola Agrônômica, cujo ensino tinha caráter predominantemente científico e teórico, voltado à formação de profissionais agrônomos, as Escolas de Trabalhadores Rurais tinham por propósito a formação prática de mão-de-obra agrícola. Esse aspecto foi destacado no final da matéria:

Pela sinopse acima, se verifica se tratar de uma instituição em plena operosidade, dando os frutos que dela o descortino do grande administrador Manoel Ribas entreviu. Não se ficou na estiolação⁹⁰ do papelório⁹¹ nem de um ensino intelectualista ou extremamente teórico. O que lá se ensina é para a vida, por meio da vida, no trato constante com a terra a que cada internado desde logo se apegava, numa demonstração comovente de amor e carinho. (*O ESTADO*. Como é e o que já fez a Escola de Trabalhadores Rurais. 31 de outubro de 1937, p. 1).

Podemos concluir que política de expansão das Escolas de Trabalhadores Rurais, capitaneada por Manoel Ribas, representou um ponto de inflexão no processo de modernização agrícola do Paraná, no qual o ensino primário agrícola, alinhado com o “ruralismo pedagógico⁹², passou a ser o carro-chefe das ações governamentais. Deve-se destacar que a atuação de Manoel Ribas foi, inclusive, elogiada por Sud Mennucci⁹³:

⁹⁰ Desenvolvimento anormal dos vegetais causado pela ausência de luz. (HOUAISS; VILLAR, 2001).

⁹¹ Quantidade de papéis, ger. sem serventia. (HOUAISS; VILLAR, 2001).

⁹² Tal corrente de pensamento defendia a importância da adaptação do currículo escolar à realidade agrícola, priorizando os conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e nas necessidades do cotidiano. Considerava-se necessário “fixar o homem no campo”, de modo que esse não precisasse se deslocar para as cidades em busca de melhores condições de vida. (BEZERRA NETO, 2003, p. 15).

⁹³ Sud Mennucci nasceu em 20 de janeiro de 1892, em Piracicaba, São Paulo. Iniciou sua carreira, em 1910, como professor do magistério, lecionando para escolas rurais. Prestou serviços para a Escola de Aprendizes da Marinha e como professor em escolas públicas de diversos municípios paulistas. Chegou a ocupar o cargo de Delegado de Ensino, em Campinas, após mapear os núcleos de analfabetismo no Estado de São Paulo. A partir de 1925 foi chamado para atuar como jornalista e redator em jornais como *O Tempo* e *O Estado de São Paulo* o que lhe permitiu dedicar carreira como escritor e crítico literário. Em 1930, foi nomeado para o cargo de Diretor-Geral do Ensino do estado de São Paulo.

Sud Mennucci, ex-Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, visitando o Paraná, foi surpreendido com os serviços postos em prática pelo Sr. Governador Manoel Ribas. E foi assim que, de regresso à terra bandeirante, aquele ilustre pedagogo, enviou uma expressiva carta ao Chefe do Executivo paranaense, através de cujas impressões em visita que nos fez, teve essa sincera confissão: “O Paraná tem governo empreendedor e de vistas largas. O seu Chefe é mais ruralista do que eu, porque enquanto eu prego, ele já fez e continua fazendo. Viemos comentando no caminho a sua obra benemérita, o seu esforço em prol da assistência social, o seu carinho pelas crianças necessitadas, o seu zelo pelos avanços da agricultura, toda uma massa enorme de trabalho, que o meu ilustre amigo realiza satisfeito e procurando sempre novos motivos de ampliá-lo”. (O ESTADO. Como é e o que já fez a Escola de Trabalhadores Rurais. 31 de outubro de 1937, p. 8).

Apesar da tensão latente entre o governo estadual e a Escola Agronômica, na colação de grau da turma de agrônomos e veterinários de 1937, Manoel Ribas foi homenageado e recebeu o título de Doutor Honoris Causa de Agronomia. No *Relatório da Escola Agronômica do Paraná*, consta que Manoel Ribas recebeu o referido título por ter sido “o reformador e o mantenedor do Estabelecimento, incentivador da agricultura racional e estimulador de nossos técnicos”. (*RELATÓRIO da Escola Agronômica*, 1937, p. 9).

Apesar da homenagem, não houve por parte do governo estadual qualquer iniciativa de apoio à Escola Agronômica. Os esforços de Manoel Ribas, no tocante ao ensino agrícola, estavam integralmente direcionados à proliferação das Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado, conforme disposto no Decreto nº 6.294, de 24 de janeiro de 1938, que aprovava a organização do quadro de funcionários do Departamento de Agricultura, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura e também dispunha sobre as previsões orçamentárias das seguintes Escolas de Trabalhadores Rurais: i) “Dr. Carlos Cavalcanti”, em Curitiba; ii) “Augusto Ribas”, em Ponta Grossa; iii) “Olegário Macedo”, em Castro; d) “Canguiri”.

Romário Martins, por ocasião da colação de grau de 1937, também recebeu o título de Doutor *honoris causa* em Agronomia, além de ter sido escolhido como orador. Iniciou o seu discurso citando o intelectual Arthur Neiva, que defendia a necessidade de organizar o “problema econômico do país”, para que se pudesse “fornecer os elementos imprescindíveis à construção de uma nação culta, próspera e independente”. A escolha da citação de Arthur Neiva não

foi aleatória, mas pautada na admiração por sua trajetória como intelectual, cientista e político engajado.

Na concepção de Arthur Neiva⁹⁵, o maior problema nacional era a mentalidade dos intelectuais e das elites dirigentes que pouco faziam pelo progresso da Nação. Neiva identificava como causa da incapacidade do Brasil em encontrar alternativas viáveis para os seus problemas, a falta de ação pública e a tradição intelectual brasileira extremamente retórica. O intelectual via na Educação uma alternativa viável para a reforma da sociedade, especialmente a partir da formação de uma nova educação da elite brasileira, que criaria ambiente adequado ao desenvolvimento da ciência e de instituições científicas.

Percebe-se que o discurso de Romário Martins está em consonância com a política de ensino agrícola de Manoel Ribas, voltada à formação de trabalhadores do campo, porém, sem deixar de sinalizar a importante missão que os egressos da Escola Agrônômica possuem de instruir os lavradores “na arte de racionalizar a produção agrícola”. Para o intelectual, o ensino primário agrícola e o ensino agrônômico não são excludentes, mas sim complementares. Além disso, também manifesta sua preocupação com a diferenciação entre o ensino agrícola nas cidades e no campo:

O ensino agrícola deve acompanhar os cursos da escola primária e da complementar. Nas cidades, pode esse ensino ficar na teoria, que é a metade ou mais, talvez, dos percursos certos. Mas nas escolas rurais a teoria deve ser seguida das demonstrações objetivas e dos cursos práticos. (MARTINS, 1937, p. 7).

Conforme mencionamos anteriormente, um dos interesses e ações de Romário Martins como deputado estadual era o de possibilitar o ingresso dos profissionais formados pela Escola Agrônômica do Paraná no ensino primário agrícola. Podemos dizer que Romário Martins atribuía ao ensino agrícola,

⁹⁵ Arthur Neiva nasceu em 22 de março de 1880, em Salvador, Bahia. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1903. Dois anos depois, ingressou no Instituto de Manguinhos, sendo nomeado por Oswaldo Cruz como auxiliar técnico do Laboratório Bacteriológico, na área de entomologia. Realizou expedições científicas pelo interior do Brasil, anos depois, ingressou no Instituto de Manguinhos, sendo nomeado por Oswaldo Cruz como auxiliar técnico do Laboratório Bacteriológico, na área de entomologia. Realizou expedições científicas pelo interior do Brasil, juntamente com Belisário Penna. Em 1923 foi Diretor do Museu Nacional. Em 1927 foi convocado pelo Governo de São Paulo para solucionar o problema da “broca-do-café”, praga que assolou os cafezais da região de Campinas. Tornou-se diretor do Instituto Ambiental de Defesa Agrícola e Animal (1927-1931), voltado para a defesa da agropecuária paulista do ponto de vista sanitário e biológico. (SILVA, 2007).

principalmente realizado pelas instituições escolares primárias e complementares, a formação dos lavradores em conformidade com as técnicas científicas. Assim, mais do que formar agrônomos para atuarem nas propriedades rurais do Estado e prestarem consultoria aos agricultores, Romário Martins tinha uma visão de longo prazo na qual os agrônomos colaborariam com a educação dos filhos de agricultores, sendo essa a base de um novo direcionamento da agricultura paranaense.

A reforma do meio rural, defendida e empreendida por Romário Martins, tinha por objetivo a instrução dos trabalhadores rurais em seu próprio ramo de atividade. Para tanto, era necessário formar profissionais que atuariam na instrução dos lavradores, ensinando-lhes os melhores métodos agrícolas a serem utilizados no meio em que viviam e trabalhavam. No entendimento de Martins, a atuação do agrônomo não dizia respeito apenas aos trabalhos técnicos no campo, mas à condução adequada dos trabalhadores rurais. Para isso, era necessário estabelecer de fato, um ensino prático de agronomia nas escolas do campo e não ficar apenas no plano teórico tal como acontecia nas escolas das cidades. Por isso, atenta para o fato de que:

Se os livros didáticos ensinarem as populações rurais as douradas misérias do urbanismo, estarão plasmando um egresso do campo. Feito homem, será a cidade que existirá no subconsciente do filho do camponês urbanizado pela escola. Se por “escolas rurais”, chamarmos as escolas dos núcleos rurais que seriam urbanas se localizadas nas cidades, sua eficiência sobre a educação da população infantil camponesa será de molde a criar no espírito do jovem camponês a ideia e o desejo de uma vida diversa da do campo. (MARTINS, 1937, p. 8).

A preocupação expressa por Romário Martins em relação ao ensino primário agrícola possui semelhanças com o pensamento de Sud Mennucci no aspecto da necessidade de fixar o homem no campo através de uma educação prática que contemple as necessidades do meio rural. Sud Mennucci manifestava a necessidade de formar educadores voltados para a realidade do campo, a fim de valorizar a vocação essencialmente agrícola do Brasil. De modo semelhante, Romário Martins defendia uma educação voltada exclusivamente para as crianças do campo, a fim de ensiná-las não somente a ler e escrever, mas também a manusear a terra, a ter contato com o meio em que vive e com o trabalho que será a sua principal fonte de sustento. Portanto, em seu projeto de ensino

agrícola, a figura do agrônomo assume a centralidade, na medida em que se constitui como uma autoridade legítima para a reforma do meio rural.

Nesse aspecto, devemos ressaltar o relevante papel desempenhado por Romário Martins como um mediador cultural e político, no sentido atribuído por Sirinelli (1998), na medida em que construía em sua produção intelectual e em sua atuação política, as condições necessárias para a intervenção naquilo que lhe parecia ser a solução para o problema econômico do Estado: a agricultura. Assim, Martins teria se constituído com um dos principais agentes intelectuais para a criação do campo agrônomo no Paraná, tendo em vista que o agrônomo, na virada do século XIX para o XX, ainda era uma categoria em processo de legitimação profissional, que tentava consolidar suas próprias demandas por serviços. Nesse processo, o intelectual reforçou a crença de que os agrônomos - profissionais legitimados cientificamente - deveriam atuar diretamente na orientação dos lavradores, visando homogeneizar, racionalizar e ordenar a produção agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o longo percurso de pesquisa trilhado, no qual identificamos diversos fragmentos de um mosaico constituído por agentes intelectuais e políticos, representações acerca do meio rural e urbano, projetos de progresso, civilização, modernidade e ciência, instituições de fomento, ensino e pesquisa agrícolas; chegamos ao momento derradeiro em que é possível entrever alguma ordem em meio ao caos.

Considerando a liberdade do historiador em recortar a história a seu modo, tal como nos afirma Paul Veyne (1998), alertamos ao leitor sobre o conjunto de escolhas - teóricas e metodológicas - realizadas ao longo do trajeto, visto que a cada passo da pesquisa, inúmeros foram os caminhos a serem seguidos. Tecemos uma trama histórica entre diversas tramas possíveis, a partir da escolha inteligível das fontes e teorias que consideramos mais adequadas à interpretação do objeto de pesquisa. Reconhecemos a presença de lacunas a serem preenchidas com diferentes olhares e perspectivas históricas, o que faz parte do processo de pesquisa histórica, que deve ser entendida não como mera representação dos fatos em si, impossíveis de serem narrados em sua totalidade, mas como resultado do esforço de interpretação e análise operado pelo historiador.

Ao iniciarmos a pesquisa, nos propomos a compreender a atuação dos intelectuais paranaenses, entendidos como indivíduos engajados direta e indiretamente na vida política, em defesa de determinados projetos de modernização agrícola do Estado. Nossa preocupação inicial era a de compreender quais foram os fatores e as propostas que levaram à criação de um ensino agrônomo no Estado do Paraná.

Para tanto, empreendemos o levantamento do cenário político-intelectual, nos âmbitos nacional e regional e identificamos os principais debates e políticas atinentes à modernização agrícola e ao ensino agrônomo. Constatamos que houve no Paraná um processo análogo aos interesses nacionais acerca da modernização e diversificação da agricultura, motivado pela conjuntura político-econômica do Estado.

Verificamos que a criação da Escola Agronômica do Paraná, em 1918, foi uma alternativa encontrada para a continuidade do curso de Agronomia no contexto de crise institucional e financeira da Universidade do Paraná. Essa iniciativa atendeu aos interesses políticos tanto daqueles que defendiam o ensino superior paranaense, quanto dos que pregavam os ideais de modernização agrícola.

No momento de sua fundação até a década seguinte, a EAP esteve fortemente atrelada à administração pública estadual, que garantiu as condições materiais e financeiras da instituição. Nesse contexto, a consolidação do ensino superior agronômico ocorreu graças à articulação de importantes agentes intelectuais da política paranaense, tais como Afonso Camargo, Caetano Munhoz da Rocha, Romário Martins e Victor Ferreira do Amaral. Outros agentes também estavam envolvidos com a concretização do projeto, tais como Lysimaco Ferreira da Costa e Adolar Hegreville Hintz.

A Escola Agronômica do Paraná tinha por propósito o ensino teórico e prático das ciências vinculadas à agricultura, tendo como referência outros estabelecimentos de ensino superior agronômico que existiam no Brasil. Na visão de seus articuladores, a instituição tinha por objetivo não apenas formar profissionais habilitados a trabalhar nas propriedades agrícolas, mas, sobretudo, proporcionar ao Estado uma agricultura racional e científica, por meio de condução e orientação dos lavradores e dos pequenos proprietários rurais.

Em suma, a EAP, assim como outras instituições voltadas ao ensino superior agrícola no país, estabeleceu-se como um espaço institucional que objetivava o monopólio da competência científica, colocando-se como lugar de conhecimentos e de técnicas capazes de outorgar a determinados agentes a atribuição de falar e de agir legitimamente a respeito das questões agrícolas do Estado do Paraná.

Cumprе destacar que o projeto de ensino superior agrícola atendia aos interesses das elites dirigentes da época, que intentavam modernizar o Estado por meio da consolidação e aplicação das ciências agrícolas. Nesse contexto, o Patronato Agrícola do Paraná, projeto assistencial destinado à tutelar moralmente

os menores desvalidos e incorporá-los ao meio rural, acabou ficando em segundo plano, subordinado à Escola Agrônômica.

Dentre os agentes intelectuais mencionados, merece destaque a contribuição de Romário Martins para a constituição de um campo agrônômico no Paraná, tanto pela iniciativa de apresentação do Projeto de Lei que previa a criação da Escola Agrônômica, quanto por sua preocupação em providenciar espaços de atuação para os profissionais formados em agronomia. Romário Martins foi um intelectual politicamente engajado com a defesa da modernização agrícola e sua atuação visava legitimar os agrônomos como agentes reformadores do meio rural. Mais do que o desenvolvimento econômico do Estado, o intelectual defendia a reforma do meio rural a partir da formação dos trabalhadores rurais pelas modernas técnicas e processos científicos da agricultura.

Observamos que na década de 1930, durante o governo de Manoel Ribas, as políticas de modernização agrícola do Estado do Paraná assumiram uma nova configuração, na qual o ensino agrônômico deixou de ser tutelado pela administração estadual. A atuação de Manoel Ribas, no que concerne à modernização agrícola, direcionou-se à institucionalização e expansão das Escolas de Trabalhadores Rurais. A supressão do Campo Experimental do Bacacheri em Campo de Aviação e da subvenção estadual representou um duro golpe à Escola Agrônômica, que precisou buscar outras fontes de investimento e locais para as aulas práticas. A partir de então, a Escola Agrônômica teria inaugurada uma nova fase, visto que os objetivos da instituição já não estavam alinhados com os interesses do governo estadual.

As mudanças na estrutura institucional da Escola Agrônômica do Paraná durante o governo de Manoel Ribas constituem um aspecto relevante a ser averiguado em pesquisas acadêmicas futuras. Ainda há muito a ser explorado, tanto sobre a história da Escola Agrônômica do Paraná, quanto em relação aos desdobramentos da expansão do ensino agrícola paranaense. Nesse sentido, entendemos que o arquivo do Setor de Agrárias da Universidade Federal do Paraná tem muito potencial a ser explorado pelos historiadores da educação.

FONTES E DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Jornais e Periódicos

A REPÚBLICA. **A caminho...** 02 de janeiro de 1888, Ano III, n.1.

A REPÚBLICA. **Estatuto da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná** (primeira parte). 07 de outubro de 1898, Ano XIII, n. 220.

A REPÚBLICA. **Instituto Histórico.** 24 de maio de 1902, Ano XVII, n. 116.

A REPÚBLICA. **Dia a Dia: Interior.** 20 de setembro de 1906, Ano XXI, n. 222.

A REPÚBLICA. **Notas e Fatos: Colônia infantil.** 07 de junho de 1909, Ano XXIV, n. 131.

A REPÚBLICA. **Escola de prática de Agricultura de Araucária.** 05 de março de 1917, Ano XXXI, n. 53.

A REPÚBLICA. **A escola agrônômica está apoiada pela opinião pública.** 11 de junho de 1918, Ano XXXIII, n. 138.

A REPÚBLICA. **Quem lavra a terra serve a pátria.** 12 de junho de 1918, Ano XXXIII, n. 139.

A REPÚBLICA. **Já é uma verdade o ensino superior agrícola no Paraná.** 02 de outubro de 1918, Ano XXXIII, n. 235.

A REPÚBLICA. **A Escola Agrônômica do Paraná: o seu reconhecimento pelo governo federal.** Curitiba, 02 de outubro de 1919, Ano XXXVI, n. 232.

A REPÚBLICA. **A Escola Agrônômica e o seu Patronato Agrícola.** 27 de agosto de 1920, Ano XXXIV, n. 205.

AMARAL, Victor Ferreira do. Aos Lavradores. **A República**, 8 de fevereiro de 1901, Ano XVI, n. 33.

AZAMBUJA, Laurentino de. Instituto Agrônômico. **A Escola.** Curitiba: Imp. Paranaense, Tomo III, 1908.

CORREIO DO PARANÁ. **Nada se constrói, tudo se destrói.** 23 de maio de 1932. Ano I, nº 36.

COSTA, Lysimaco Ferreira da. Escola Agronômica. **A República**, 24 de julho de 1919, Ano XXXIV, n.172.

FERREIRA, João Candido. Instituto Agronômico. **A República**, 19 de setembro de 1906, Ano XXI, n.221.

LA-TORRE, J. Gerônimo. Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná: Cultura Racional. **A República**, 14 de abril de 1898, Ano XIII, n. 81.

MARTINS, Ivahy. O ensino da agricultura no Paraná. **A República**, 29 de junho de 1929, Ano XLIV, n. 150.

MARTINS, Romário. Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. **A República**, 24 de maio de 1900, Ano XV, n.113.

_____. Dois Projetos Importantes. **A República**, 22 de março de 1918, Ano XXXIII, n. 67.

_____. O Solene Início dos Cursos da Escola Agronômica do Paraná. **A República**, 2 de julho de 1918, Ano XXXIII, n. 156.

_____. Paranística. In: **A Divulgação**. Curitiba, Ano I, n.3-4, 1948.

MOURA, Brazilino. **Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná**. *A República*, em 29 de julho de 1902, Ano XVII, n. 168.

MOURA, Brazilino. **Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná**. *A República*, 25 de agosto de 1902, Ano XVII, n. 190.

O ESTADO. **Como é e o que já fez a Escola de Trabalhadores Rurais**. 31 de outubro de 1937. Ano II, nº 351.

O ARQUIVO RURAL. **Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas**. Lisboa: Tipografia Universal, 1870.

O PAÍS, **Últimos telegramas: Paraná**. 5 de junho de 1918, Ano XXXIV, n. 12.291.

O PAÍS, **Escola Agronômica do Paraná**. 12 de fevereiro de 1919, Ano XXXV, n. 12.543.

PARANÁ, Sebastião. **Crônica**. *A República*, 3 de julho de 1918, Ano XXXIII, n. 157.

PLAISANT, Euclides. **A Emancipação da Indústria Agrícola**. *A República*, 07 de Maio de 1898, Ano XIII, n. 99.

RIBAS, João Taborda. **Congresso do Estado**. *A República*, 05 de abril de 1905, Ano XXI, n. 80.

SILVA, Francisco Xavier da. **Mensagem**. *A República*, 02 de fevereiro de 1904, Ano XIX, n. 26.

SOUZA, Ennes de. **Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná**. *A República*, 2 de fevereiro de 1898, Ano XIII, n. 26.

VELLOZO, Dario. **A Escola Moderna e a Educação Agrícola**. *A Escola*. Curitiba: Imp. Paranaense, Tomo III, 1908.

Documentos oficiais

BRASIL. **Decreto nº 1.606**. 29 de dezembro de 1906.

BRASIL. **Decreto nº 8.319**. 20 de outubro de 1910.

BRASIL. **Decreto nº 8.659**. 05 de abril de 1911.

BRASIL. **Decreto nº 12.893**. 28 de fevereiro de 1918.

BRASIL. **Decreto nº 13.706**. 25 de julho de 1919.

BRASIL. **Decreto nº 15.774**. 06 de dezembro de 1922.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Sessão da Câmara dos Deputados, 18 de agosto de 1906.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Sessão da Câmara dos Deputados, 20 de junho de 1907.

ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ. **Regulamento para a Escola Agronômica do Paraná**. Curitiba, de 29 de maio de 1918.

ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ. **Relatório da Escola Agronômica do Paraná**. Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Curitiba-PR, 1928.

ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ. **Relatório da Escola Agronômica do Paraná**. Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Curitiba-PR, 1932.

ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ. **Relatório da Escola Agronômica do Paraná**. Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, Curitiba-PR, 1937.

ESCOLA AGRONÔMICA DO PARANÁ. **Discurso do Dr. Romário Martins, orador da turma no ato de colação de grau.** 5 de novembro de 1937.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados consultados no Banco de Dados Agregados.** Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em 10 dez. 2014.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARANAENSE. **Escolas Rurais Especiais para a Educação e Socialização do Caboclo.** In: Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Vol. 5, n. 9, 1940.

PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado. **Ata da 37ª sessão do dia 25 de março de 1918.**

PARANÁ. Congresso Legislativo do Estado. **Ata da 37ª sessão do dia 25 de março de 1918.**

PARANÁ. **Decreto nº 359.** 18 de setembro de 1906.

PARANÁ. **Decreto nº 624.** 08 de julho de 1912.

PARANÁ. **Decreto nº 17.** 09 de janeiro de 1917.

PARANÁ. **Decreto nº 437.** 29 de maio de 1918.

PARANÁ. **Decreto nº 466.** 07 de junho de 1918.

PARANÁ. **Decreto nº 15.774.** 06 de dezembro de 1922.

PARANÁ. **Decreto nº 6.294.** 24 de janeiro de 1938.

PARANÁ. **Diário Oficial do Paraná.** 24 de abril de 1918.

PARANÁ. **Diário do Congresso Legislativo do Estado do Paraná.** Sessão de 03 de abril de 1919.

PARANÁ. **Diário do Congresso Legislativo do Estado do Paraná.** Sessão de 08 de março de 1921.

PARANÁ. **Lei nº 632.** 14 de março de 1906.

PARANÁ. **Lei nº 887.** 12 de abril de 1909.

PARANÁ. **Lei nº 1.093.** 11 de março de 1912.

PARANÁ. **Lei nº 1.788.** 05 de abril de 1918.

PARANÁ. Mensagem de Governo dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Doutor José Pereira Santos Andrade, Governador do Estado. Curitiba: Atelier Novo Mundo, 1897.

PARANÁ. Mensagem de Governo dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo 2º Vice-Presidente do Estado Cor. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Curitiba: Annibal Rocha e C., 1908.

PARANÁ. Mensagem de Governo dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Xavier da Silva. Curitiba: Tipografia de “*A República*”, 1909.

PARANÁ. Mensagem de Governo dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente do Estado Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: Tipografia do Diário Oficial, 1914.

PARANÁ. Mensagem de Governo dirigida ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Doutor Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado. Curitiba, 1921.

PARANÁ. Mensagem de Governo dirigida ao Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado Se. Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba, 01 de Fevereiro de 1922.

PARANÁ. Mensagem de Governo dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente do Estado Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Curitiba, 1928.

PARANÁ. Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Snr. Governador Manoel Ribas à Assembleia Legislativa do Estado. Curitiba, 1937.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, Diretor Geral da Instrução Pública. Curitiba: Tipografia d’A República, 1903.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário de Finanças, Comércio e Indústrias Joaquim P. P. Chichorro Júnior. Curitiba: Tipografia d’A República, 1909.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário de Finanças, Comércio e Indústrias Joaquim P. P. Chichorro Júnior. Curitiba: Tipografia d’A República, 1910.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório Geral da Universidade do Paraná**. Curitiba, 1913. In: CORRÊA LIMA, Eduardo. Victor Ferreira do Amaral e Silva – o reitor de sempre. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório Geral da Universidade do Paraná**. Curitiba, 1914. In: CORRÊA LIMA, Eduardo. Victor Ferreira do Amaral e Silva – o reitor de sempre. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório Geral da Universidade do Paraná**. Curitiba, 1915. In: CORRÊA LIMA, Eduardo. Victor Ferreira do Amaral e Silva – o reitor de sempre. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil. Apontamentos biográficos sobre todos os Presidentes e Vice-presidentes da República, Ministros de Estado, e Senadores e Deputados ao Congresso Nacional – 1889 a 1917**. São Paulo, vols. 1 e 2, 1918.

ABREU, Geysa Alcoforado de. **A Trajetória de Lysimaco Ferreira da Costa: Educador, Reformador e Político no Cenário da Educação Brasileira**. São Paulo: PUC, 2007. (Tese de Doutorado – Educação)

ALVES, Cláudia. **Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (orgs.). Pensadores Sociais e História da Educação. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ARAÚJO, Bruno Melo de. **Educação e Poder: O ensino superior agrícola em Pernambuco nas décadas de 1930 e 1940**. Recife: UFRPE, 2013. Dissertação (Mestrado em História).

BACKHEUSER, Everardo. **A Escola Ativa nos Centros Urbanos**. In: A Escola Regional. Rio de Janeiro: Biblioteca da Associação Brasileira de Educação – Imprensa Nacional, 1931.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional**. São Paulo: USP, 2001. Tese (Doutorado em Sociologia).

BELOTO, Divonzir Lopes. **A criação da Província do Paraná: a emancipação conservadora**. São Paulo: PUC, 1990. (Dissertação – Economia).

BELTRAMI, Rafael C. de C. **Da Poesia na Ciência. Fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, uma história de suas ideias.** Curitiba, 1900. Curitiba: UFPR, 2002. Dissertação (Mestrado em História).

BEREJANO, Jesús. **As Ciências Agropecuárias em Colombia.** In: VESSURI, Hebe (org.) *História Social de la Ciência em Colombia.* Bogotá: COLCIENCIAS, 1993.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na Educação Rural no Brasil.** Campinas: UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado – Educação).

BHERING, Marcos Jungmann; MAIO, Marcos Chor. **Ciência, positivismo e agricultura:** uma análise do Ministério da Agricultura, indústria e comércio na Primeira República. In: *Varia história.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 689-709, 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853-1953.** Curitiba: UFPR, 2007. Tese (Doutorado em História).

CAMPOS, Nívio de. **Intelectuais Paranaenses e Concepções de Universidade: 1882-1950.** Curitiba: UFPR, 2006. (Tese de Doutorado – Educação).

CAPDEVILLE, Guy. **O Ensino Superior Agrícola no Brasil.** Viçosa: Imprensa Universitária (UFV), 1991.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná.** Curitiba: SAMP, 2013.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e Fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931).** Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

_____. **Educação e Política nos anos 1920: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação.** In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. *A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno.* São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CORAZZA, Gentil. **Teoria Econômica e Estado** (de Quesnay a Keynes). Porto Alegre: FEE, 1985.

CORRÊA. Amélia Siegel. **Imprensa e Política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX**. Curitiba: UFPR, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

CORRÊA LIMA, Eduardo. **Victor Ferreira do Amaral e Silva – o reitor de sempre**. Coleção Mestres da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1982.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Maria José Franco Ferreira. **Lysimaco Ferreira da Costa – O Educador**. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1987.

CROCETTI, Priscila Soares. **Ciência, Ensino e Código: Lentes, Elites e Direito Civil nos Albores da Faculdade de Direito do Paraná (1912-1945)**. Curitiba: UFPR, 2011. Dissertação. (Mestrado em Direito).

CUNHA, Luiz Antonio. **O Ensino de Ofícios nos Primórdios da Industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DONI FILHO, Luiz. **História da Escola Agrônômica do Paraná: 1918-1993**. Curitiba: Editora UFPR, 1995.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

ENCICLOPÉDIA Agrícola Brasileira/ ESALQ. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995

FARIA, Maria Auxiliadora. **A Política da Gleba: As Classes Conservadoras Mineiras; discurso e prática na Primeira República**. 1992. 394 f. (Tese de Doutorado, História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FERRARO, Mário Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo**. Piracicaba: USP, 2005. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais).

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. **Mundialização das ciências e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil** (de fins do século XVIII à transição ao século XX). Asclepio, 1998.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História da Educação e História Cultural**. In: FONSECA, Thais Nívia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs). História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. **O Poder Local e o Coronelismo no Estado do Paraná (1880-1930)**. Curitiba: UFPR, 2004. (Dissertação – Sociologia).

GRANZIERA, Rui Guilherme. O Brasil depois da Grande Guerra. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Os Manuais de Medicina Popular de Chernoviz na Sociedade Imperial**. In: Revista Cantareira, UFF, n. 5, v. 1, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salle. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOLLER, Cláudio Adalberto. **A Perspectiva Histórica da Criação da Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e sua relação com o Modelo Agrícola Convencional**. Florianópolis: UFSC, 2003. (Dissertação de Mestrado – Agroecossistemas).

LAHUERTA, Milton. **Os Intelectuais e os Anos 1920: Moderno, Modernista, Modernização**. In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

LARA, Ângela Mara. **Apontamentos Históricos sobre a Educação Infantil no Estado do Paraná: 1904-1940**. In: SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes. (orgs.). Campinas: Autores Associados, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEÃO CARNEIRO, Antônio. **Panorama Sociológico do Brasil**. Rio de Janeiro: INEP – Ministério da Educação e Cultura, 1957.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MAGALHÃES, Fernando. **A Emancipação Mental do Brasil pelo Ensino Rural**. In: A Escola Regional. Rio de Janeiro: Biblioteca da Associação Brasileira de Educação – Imprensa Nacional, 1931.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Evolução Histórica da Economia Paranaense**. Curitiba: Revista Paranaense de Desenvolvimento – IPARDES, 1996, p. 131-148.

MARACH, Caroline Baron. **Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico *A Escola* (1906-1910)**. Curitiba: UFPR, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação).

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARTINIAK, Vera Lúcia. **Processo Histórico de Institucionalização das Primeiras Escolas Agrícolas nos Campos Gerais, PR**. Campinas: UNICAMP, 2011. (Tese de Doutorado – Educação).

MARTINIAK, Vera; SANFELICE, José Luis; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A Produção Historiográfica sobre as Instituições Escolares Agrícolas no Brasil**. Ponta Grossa: Revista Publicatio UEPG, 2010.

MARTINS, Francisco Dias. **ABC do Agricultor – ensino agrícola, propaganda popular**. São Paulo: Duprat, 1908.

MARTINS, Romário. **O Paraná Antigo e Moderno**. Esboço de um livro. Curitiba: Annibal, 1900.

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

_____. **Terra e Gente do Paraná**. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

MATTOS, Isabel Cristina Rossi. **A Concepção de Educação nas Obras de Sud Mennucci**. Campinas: UNICAMP, 2004. (Dissertação – Educação).

MAYER, Vera Lúcia de Oliveira. **Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá: Dados Biográficos**. In: Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, 2013. Disponível em: http://issuu.com/ihgpalmeira/docs/jesuino_marconde_dados_biograficos?e=8856026/4165832. Acesso em 27 de Agosto de 2014.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva. **A Sociedade Nacional de Agricultura em Revista: Divulgação Científica e Uso Racional da Natureza em *A Lavoura* (1897-1926)**. In: Revista Brasileira de História da Ciência. Rio de Janeiro, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina. **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Conflitos Intraestatais e Políticas de Educação Agrícola no Brasil (1930-1950)**. In: Revista Tempos Históricos. Cascavel, 2007.

_____. **Agronomia, Agrônomos e Política no Brasil (1930-1961).** Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, jul/dez 2010

MENNUCCI, Sud. **Crise Brasileira da Educação.** São Paulo: Editora Piratininga, 1930.

_____. **Brasil Desunido.** Col. Assuntos Sociais. Editora Salles Oliveira, Rocha Cia, 1932.

MOTA, André. **Higienizando a raça pelas mãos da educação ruralista: o caso do Grupo Escolar Rural do Butantan em 1930.** In: Interface – Comunicação, Saúde, Educação. n. 32, p. 9-22, 2010.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências – 1881 a 1903.** Campinas: Unicamp, 2011. (Dissertação de Mestrado – Educação).

NAGAMINI, Marilda. **1808-1889: Ciência e Técnica na Trilha da Liberdade.** In: MOTOYANA, Shozo (Org.). Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **Pelos Caminhos de Deméter: Os Aprendizados Agrícolas Federais e as Políticas para o Ensino Agrícola Primário no Início do Século XX.** Salvador: UFBA, 2010. (Tese de Doutorado – Educação).

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar Cidadãos Úteis: os Patronatos Agrícolas e a Infância Pobre na Primeira República.** Bragança Paulista: Estudos CDAPH, 2003.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIROA, Silvia Fernanda de Mendonça. **Características da Institucionalização das Ciências Agrícolas no Brasil.** In: Revista Brasileira de História da Ciência (SBHC). Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Ceres, as mulheres e o sertão. Representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX.** In: Cadernos Pagu. julho-dezembro de 2007, p. 365-397.

OLIVER, Graciela de Souza. **O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional.** Campinas: UNICAMP, 2005. Tese (Doutorado em Geociências).

_____. **Institucionalização das Ciências Agrícolas e seu Ensino no Brasil – 1930-1950.** São Paulo: Annablume, 2009.

OTRANTO, Célia Regina. **Do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio ao Ministério da Educação e Cultura: A Trajetória Histórica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.** In: Revista Educação. Santa Maria, 2005.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República.** Curitiba: UFPR, 1996. Dissertação. (Mestrado em História).

PERISSINOTTO, Renato Monseff. **Classes Dominantes, Estado e os Conflitos Políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920.** In: LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres. A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997.

PIZZETTI, Silvia. **Os fundamentos epistemológicos e metodológicos do conhecimento histórico: algumas reflexões entre passado e futuro.** História Social. Campinas-SP, n. 10, p.13-34, 2003.

RAMAL, Camila Timpani. **O Ruralismo Pedagógico no Brasil: Revisitando a História da Educação Rural.** In: X Jornada do HISTEDBR – História da Educação: Intelectuais, Memória e Política. Vitória da Conquista – BA, 2011.

ROSEVICS, Larissa. **Instituto Histórico e Geográfico Paranaense e a construção de um imaginário regional.** Curitiba: UFPR, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

SALTURI, Luís Afonso. **Frederico Lange de Morretes, liberdade dentro de limites: trajetória do artista cientista.** Curitiba: UFPR, 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia)

_____. **Gerações de Artistas Plásticos e suas Práticas: a Sociologia da Arte Paranaense das primeiras décadas do século XX.** Curitiba: UFPR, 2011. Tese (Doutorado em Sociologia)

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Alimentar o Paraná Província. A Formação da Estrutura Agroalimentar.** Curitiba: UFPR, 1992. (Tese – Concurso Titular de Docência – História do Brasil).

SANTOS, Nestor Vítor dos. **Terra do Futuro (Impressões do Paraná).** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Cia das Letras, 1993.

_____. **As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos Trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIRINELLI, Jean-François. **As elites culturais.** In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Rio de Janeiro: Estampa, 1998.

_____. **Os intelectuais.** In: RÉMOND, René (org.) Por uma história política. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA, André Felipe Cândido da. **Arthur Neiva, Cientista, Político e Intelectual: Novos elementos para a compreensão do processo de criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola (1927).** In: Biológico, São Paulo, v.69, n.2, p.107-111, jul./dez., 2007.

SILVA, José Granziano da. **A Modernização Dolorosa.** Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SUZUKI, Júlio César. **Modernização, Território e Relação Campo-Cidade: Uma outra leitura da modernização da agricultura.** In: Agrária, São Paulo, n. 6, 2007.

_____. **Geografia agrícola brasileira: gênese e diversidade.** In: Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía. Bogotá, n.º 17, 2008.

SZVARÇA, Décio. **O forjador: ruínas de um mito – Romário Martins.** Curitiba: UFPR, 1993. Dissertação (Mestrado em História).

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional.** São Paulo: Ed. UnB, 1982.

VEIGA, José Antônio de Souza. **A Organização do Ensino Superior Agrícola subordinado ao Ministério da Agricultura**. Piracicaba: Unimep, 2012. Tese (Doutorado em Educação).

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora UnB, 1998.

VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelligentsia e intelectuais. Sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual**. In: Revista brasileira de história da educação. Maringá, nº 16, jan/abr 2008.

_____. **Erasmus Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil**. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenções, Tradições e escrita da História da Educação no Brasil. Vitória-ES. 2011.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora dos Professores, 1967.

_____. **Universidade do Mate – História da UFPR**. Curitiba: Editora da UFPR, 1983.

WARDE, Mirian Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 161-165, 2000.

ANEXOS

1. Documentos históricos, acervos e locais de consulta.....	149
2. Regulamento para a Escola Agrônômica do Paraná (1918).....	151
3. Formandos da primeira turma de Agronomia - Escola Agrônômica do Paraná - Ano: 1922.....	154
4. Fotografias da Escola Agrônômica do Paraná. Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná - Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas - 1928.....	155

ANEXO 1

Documentos históricos, acervos e locais de consulta.

FONTES HISTÓRICAS PRIMÁRIAS E LOCAIS DE CONSULTA				
Local	Fontes	Período	Descrição	Principais Agentes
Biblioteca Pública do Paraná Seção Paranaense	"A Casa do Lavrador"	1912-1915	Publicação Mensal da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.	Julio Pernetta, Julio Cezar Hauer, Vicente Nascimento Junior
	"Boletim da Sociedade Agrícola do Paraná"	1918-1921	Publicação da Sociedade Agrícola do Paraná	Manoel F. Ferreira Correia, Octavio Ferreira do Amaral, Zacarias de Paula Xavier, Alberto de Moraes Aguiar, Francisco de Paula Dias Negrão, Julio Pernetta, Olympio Lisboa, Manoel de Souza Franco, Alberto Moraes Aguiar, José Maria de Paula, Carlos Alberto Gonçalves, Santiago Colle, Antonio de Souza Mello, Casemiro de Souza Lobo
	"Revista Agrícola"	1927	Revista vinculada ao Centro Agrônomo do Paraná e a Escola Agrônoma do Paraná. Assinatura Anual. Público: estudantes de Agronomia e interessados.	Lysimaco Ferreira da Costa, Leocádio Correia, Silveira da Mota, Fred Perracini, José S. Ângelo, F. Zicarelli Filho, João Cândido Filho.
	"Revista Agrícola do Paraná"	1936-1937	Revista de iniciativa dos alunos da Escola Agrônoma do Paraná	Marcos Augusto Enrietti, Sandoval Ribeiro Ribas, Waldemar L. Campos, Eunilo Corrêa de Oliveira
Arquivo Público do Paraná	Fundo Público: "Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas"	1917-1920	Decretos e Portarias	Afonso Camargo
	Fundo Público: "Secretaria Geral do Estado"	1920-1930	Decretos, Portarias, Livros da Inspeção Geral, Títulos Científicos (Agrônomos)	-

Arquivo Público do Paraná	Fundo Privado: "Romário Martins"	1845-1948	Documentos diversos a respeito das Escolas Agrícolas no Paraná, a Escola Agrônômica do Paraná, Ensino Rural em São Paulo, Reivindicação de continuidade da Escola Agrônômica do Paraná e Instituto Técnico de Agronomia, Veterinária e Química no Paraná.	Romário Martins
Acervo Particular: Lysimaco Ferreira da Costa	Vitrine 9: "Escola Agrônômica do Paraná". (ABREU, Geysa; 2007)	1918-1930	Livro de Atas das Sessões da Congregação da Escola Agrônômica do Paraná, Livro "Diário da Escola Agrônômica do Paraná", Fotografias da Escola Agrônômica do Paraná e do Patronato Agrícola.	Lysimaco Ferreira da Costa
Hemeroteca Digital Brasileira	"A República"	1988-1930	Órgão do Partido Republicano Federal/ Partido Republicano Paranaense.	Joaquim Antônio da Silva; Vicente Machado; Manoel José Gonçalves; Romário Martins
	"A Escola"	1906-1921	Revista do Grêmio dos Professores Públicos	Dario Vellozo
Arquivo do Setor de Agrárias	-	1920-1933	Relação dos Agrônomos e Engenheiros Agrônomos desde a sua fundação até 1944 (1944), Livro de Registros de Notas de Sabatinas (1929), Relatório Referente aos Trabalhos realizados na Escola Agrônômica do Paraná (1933), Cópia dos Ofícios - 1º Semestre (1931), Livro de Atas dos Exames Finais do 1º, 2º e 3º Anos dos Cursos Especiais (1921), Correspondência Recebida A-Z (1928), Cópia dos Ofícios (1927-1929), Relatório da Escola Agrônômica (1937), Pagamentos de Faturas (1929), Correspondência Recebida A-Z (1929).	Lysimaco Ferreira da Costa, Romário Martins, João Cândido Ferreira, Adolar Hegreville Huintz, Hugo Oswaldo Riedel, Frederico Perracini

ANEXO 2

Regulamento para a Escola Agronômica do Paraná (1918).

Decreto Estadual n. 437, 29 de Maio de 1918.

CAPÍTULO I

Da Escola e seus fins.

Art. 1º - A Escola Agronômica do Paraná, criada pela Lei n. 1.788, de 5 de Abril de 1918, é um instituto de ensino profissional e tem por fins:

1º O Ensino da agricultura com aplicação especial à produção econômica das plantas e dos animais mais úteis, adaptáveis às condições mesológicas do Estado;

2º O Conhecimento das industrias mais ultimamente ligadas à agricultura;

A habilitação para a exploração racional das propriedades agrícolas.

CAPÍTULO II

Da Organização dos cursos

Art. 2º - O curso da Escola Agronômica do Paraná compreenderá três anos, habilitando a formação de Agrônomos.

§ Único. – Aos que, findo esse curso, se especializarem em qualquer das cadeiras da Escola, será conferido o diploma de Engenheiro Agrônomo, passando pelo Diretor e assinado pelo Presidente do Estado, Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas e pelo professor da cadeira prevista, com declaração do objeto da especialização.

Art. 3º - O ano letivo compreenderá onze (11) meses, dos quais oito (8) de curso teórico e três (3) de curso prático, durando as aulas do primeiro uma (1) hora e as do segundo o tempo conveniente.

Art. 4º - O curso teórico será ministrado no edifício do Ginásio Paranaense ou em qualquer outro estabelecimento designado pelo Governo, e o prático será feito na Escola Prática de Agricultura de Araucária, ou em outros campos de experiências para tal fins designados.

Art. 5º - As matérias que constituem o curso da Escola Agronômica do Paraná serão lecionadas nas (6) cadeiras seguintes:

1ª Cadeira – Revisão de Matemática, Agrimensura, Drenagem, Irrigação, Mecânica Agrícola e Construção Rural.

2ª Cadeira – Anatomia e Fisiologia vegetal, Agricultura geral e especial, Fitopatologia e Entomologia Agrícola.

3ª Cadeira – Anatomia e Fisiologia comparadas dos animais domésticos, Zootecnia geral e especial, Bromatologia e Medicina Veterinária de urgência.

4ª Cadeira – Química Geral, Inorgânica, Orgânica, Agrícola, Industrial, Analítica e Microbiologia Agrícola.

5ª Cadeira – Física Agrícola, Meteorologia, Mineralogia e Geologia Agrícolas.

6ª Cadeira – Contabilidade Agrícola, Economia Política e Rural.

Art. 6º - O ensino prático será assim repartido pelos três anos de curso escolar:

1º Ano – Aplicação de máquinas agrícolas, enxertia e seleção

2º Ano – Prática de Agrimensura, aplicação dos adubos, culturas e trabalhos de laboratório.

3º Ano – Cuidados culturais, racionamento dos animais, colheitas, laticínios e indústrias agrícolas e trabalhos de laboratórios.

Art. 7º - A Escola terá o seguinte pessoal docente e administrativo: um professor catedrático para cada cadeira, podendo o Governo reunir, para efeito de nomeação de um só professor, duas ou mais cadeiras; um diretor e secretário, que poderão ser escolhidos dentre os professores.

§ 1º - O pessoal dos corpos docente e administrativo, não terão vencimentos especiais, serão nomeados por decreto do Presidente do Estado e perceberão uma gratificação correspondente à divisão equitativa do produto das matrículas, após desse produto serem retirados 20% que constituirão patrimônio da Escola.

§ 2º - As nomeações interinas e substituições de professores serão feitas pelo Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

CAPÍTULO III

Da matrícula escolar

Art. 8º - Para admissão à matrícula é necessário: requerimento assinado e selado com firma reconhecida, no qual se declare a idade, filiação, naturalidade do candidato, juntando-se a certidão de idade, provando ter mais que 15 anos; atestados de conduta, de vacinas contra a varíola e tifo, de não sofrer moléstia contagiosa e prova de ter pago a importância da matrícula, de acordo com o artigo 14.

Art. 9º - Serão dispensados do exame de admissão: os que apresentarem certificado de aprovação em exames de admissão ou do 2º ano dos cursos da Escola Normal, do Ginásio Paranaense, dos Institutos Comerciais do Estado ou de matrícula de qualquer estabelecimento oficial de instrução superior da República.

Art. 10 – Os exames de admissão feitos na Escola constarão de prova escrita e oral de Português, Francês, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia e História, especializadas, estas duas últimas disciplinas, referentes ao Brasil e ao Estado do Paraná.

§ Único. – Os programas dos exames de admissão serão organizados pelo Diretor da Escola, com aprovação do Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas do Estado.

Art. 11 – Para a matrícula nos outros anos o candidato apresentará a certidão de aprovação nos exames do ano anterior e prova de pagamento da taxa respectiva.

Art. 12 – Para a matrícula do curso de Revisão, são exigidos:

- a) Requerimento ao Diretor, indicando a cadeira preferida.
- b) Certificado provando haver concluído o curso agrônomo.
- c) Prova de pagamento da taxa de um ano.

Art. 13 – O aluno que ficar dependendo do exame de uma matéria, poderá se matricular no ano seguinte, uma vez que pague a taxa da matrícula e que faça o exame que lhe faltar até noventa dias contados da data de reprovação.

Art. 14 – A taxa de matrícula na Escola Agronômica do Paraná é de 165\$000 anuais, cujo pagamento será feito em prestações mensais de 15\$000.

§ Único. – A cada grupo de 10 alunos, o Governo poderá permitir a matrícula gratuita de um aluno.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

Art. 1º - As penas disciplinares aos alunos que cometerem faltas serão as mesmas constantes no Regulamento do Ginásio Paranaense.

Art. 2º - A aplicação das notas de estudos, de sabatinas, faltas e comportamentos serão também idênticas as estabelecidas para o Ginásio Paranaense.

Art. 3º - A Escola Agronômica do Paraná será fiscalizada pela Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, cujo Secretário designará um funcionário de sua confiança para esse fim.

Art. 4º - O Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas resolverá sempre pelo cumprimento dos artigos 1º e 2º deste capítulo, nos casos em que, no Ginásio Paranaense, competiriam à reunião da Congregação.

Art. 5º - Os professores catedráticos serão nomeados mediante concurso das respectivas cadeiras, podendo o Governo fazer as nomeações dos primeiros professores, independente desse concurso, escolhendo pessoas de reconhecida competência.

Art. 6º - Todos os casos omissos no presente Regulamento, serão resolvidos por decisões do Secretário de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas

Curitiba, 29 de Maio de 1918.

Caetano Munhoz da Rocha.

ANEXO 3

Formandos da primeira turma de Agronomia - Escola Agrônômica do Paraná - Ano: 1922.

1	Artur Lins de Vasconcelos
2	Alvaro Martins de Albuquerque
3	Acrísio Lagos Marques
4	Agostinho Bernardo da Veiga
5	Arlindo Loiola Camargo
6	Altino Terra Franco
7	Alceu Martins de Albuquerque
8	Antônio Tuiuti Ferreira
9	Arnaldo de Sousa Macedo
10	Paulo F. Beckert
11	Arueto Darcanchy Agner
12	Antônio Alves de Araújo
13	Altair de Barros
14	Antônio Lisímaco Fruet
15	Ariam Faria Pessoa
16	Custódio Raposo Neto
17	Childerico Bevilacqua
18	Esmerino Gomes Parente
19	Eduardo C. Rocha
20	Flávio Lisboa
21	Francisco de Sousa
22	Gabriel Quadros

23	Gabriel Leão da Veiga
24	Hermes Machado Cardoso
25	Ivaí Martins
26	José Sotero Ângelo
27	José Darcanchy
28	José Macedo Sobrinho
29	José Corrêa da Mota Filho
30	João Ambrósio Vercesi
31	Leocádio Correia
32	Liguarú Espírito Santo
33	Luís Ciruelos
34	Lucídio Correia Junior
35	Milton de Macedo Munhoz
36	Manoel Berardino da Costa
37	Nelson Batista Ribas
38	Osvaldo Lombardi Dias
39	Omilio Scares
40	Portos Moraes de Castro Velozo
41	Raul de Carvalho
42	Romário Martins Junior
43	Sadi Romanguera Santos
44	Teodorico Moreira da Costa

ANEXO 4

Fotografias da Escola Agronômica do Paraná. Fonte: Relatório da Escola Agronômica do Paraná - Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas - 1928.



Figura 12 - "Campo de Experimentação - Cultura do Milho". Fonte: Relatório da Escola Agronômica do Paraná, Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1928.



Figura 14 - "Campo Experimental do Bacacheri, Escola Agronômica do Paraná por ocasião da nevada em 30 de julho de 1928". Fonte: Relatório da Escola Agronômica do Paraná, Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1928.



Figura 13 - "Laboratório de Química Orgânica e Inorgânica". Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná, Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1928.

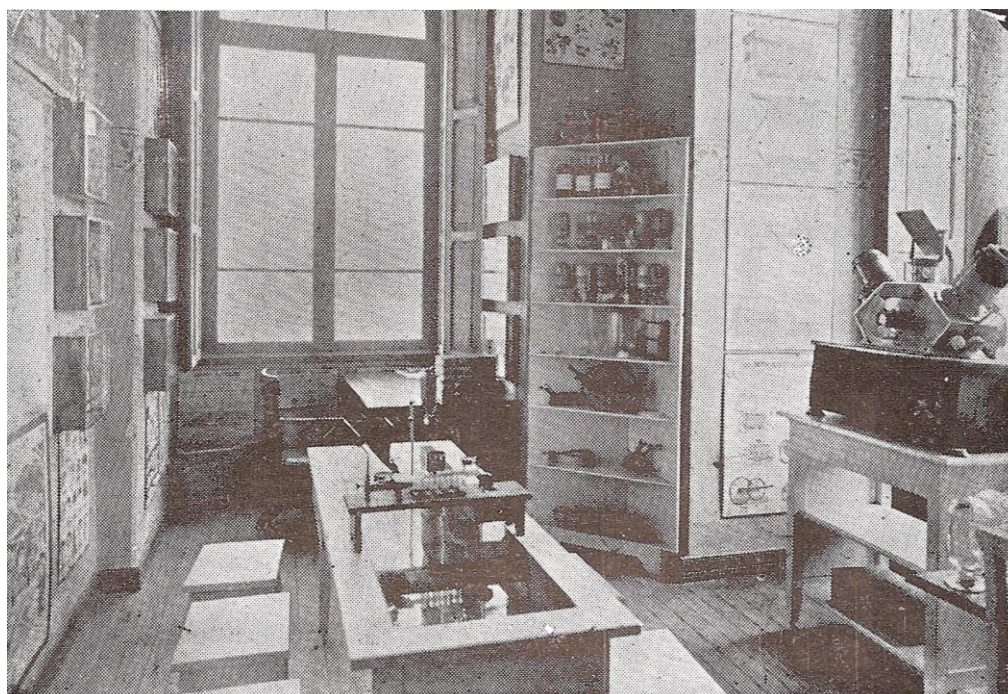


Figura 15 - "Gabinete de Agricultura". Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná, Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1932.

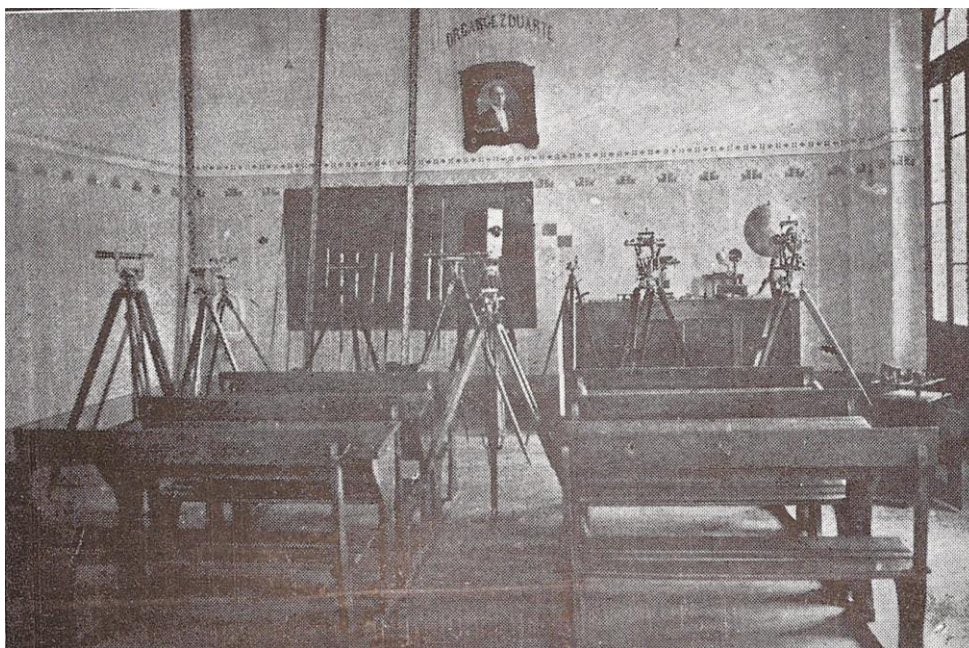


Figura 16 – “Instrumentos e Aparelhos da Cadeira de Topografia”. Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná, Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1932.

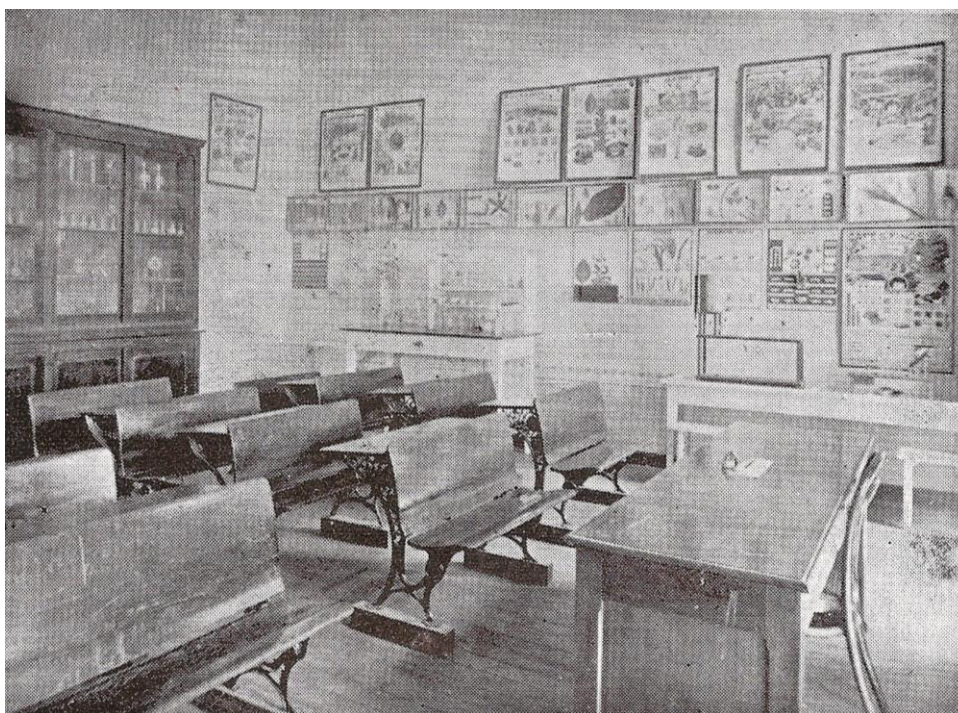


Figura 17 – “Sala de Aula de Agricultura”. Fonte: Relatório da Escola Agrônômica do Paraná, Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas, 1932.